



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

MARIANA BATISTA DA SILVA

**ASSISTÊNCIA À CRIANÇA POBRE: A SOCIEDADE PESTALOZZI NO
TERRITÓRIO DO ACRE E O PROVIMENTO MATERIAL AO ESCOLAR
(1945-1960)**

Rio Branco

2024

MARIANA BATISTA DA SILVA

**ASSISTÊNCIA À CRIANÇA POBRE: A SOCIEDADE PESTALOZZI NO
TERRITÓRIO DO ACRE E O PROVIMENTO MATERIAL AO ESCOLAR
(1945-1960)**

Dissertação abaixo submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa 1: Políticas e Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Dra. Giane Lucélia Grotti.

Rio Branco

2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

S586a Silva, Mariana Batista da, 1994 -
Assistência à criança pobre: a Sociedade Pestalozzi no território do Acre e o provimento material ao escolar (1945 – 1960) / Mariana Batista da Silva;
Orientadora: Dr^a Giane Lucélia Grotti. - 2024 .
111 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Educação, Mestre em Educação, Rio Branco, 2024.
Inclui referências bibliográficas, anexos e apêndice.

1. Assistência. 2. Sociedade Pestalozzi. 3. Território do Acre, Giane Lucélia (orientador). II. Título.

CDD: 370

Bibliotecária: Nádia Batista Vieira CRB-11º/882

MARIANA BATISTA DA SILVA

**ASSISTÊNCIA À CRIANÇA POBRE: A SOCIEDADE PESTALOZZI DO
TERRITÓRIO DO ACRE E O PROVIMENTO MATERIAL AO ESCOLAR
(1945-1960)**

O presente trabalho em nível de dissertação de mestrado foi avaliado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Banca examinadora:

Profa. Dra. Giane Lucelia Grotti

Universidade Federal do Acre

Orientadora e Presidente – PPGE/UFAC

Prof. Dr. João Francisco Lopes de Lima

Universidade Federal do Acre

Examinador Interno – PPGE/UFAC

Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos

Universidade de Brasília

Examinador Externo – UnB

Rio Branco

2024

AGRADECIMENTOS

Santa Teresa D'Ávila disse a seguinte frase: "é justo que muito custe o que muito vale". E esse mestrado custou muito, por ele significar muito para mim. Desde que entrei na graduação em pedagogia sonhei em ser mestre e quiçá, doutora em educação. Esse sonho custou muita abdicção do que mais vale e custa para mim, o tempo com a minha família. Sendo assim, é com eles e para eles que abro essa seção de agradecimentos.

Primeiramente, na pessoa de minha mãe, minha Rosa. Dedico toda essa jornada a ela, em nome de todas as noites que passou em claro por mim, em razão de todos os esforços, todas as batalhas que empreendeu e todos os chãos que você limpou como doméstica, para que eu e meus amados irmãos (a) tivéssemos o melhor. É por ela e graças a ela, que carrego o título de primeira filha graduada professora, e carregarei o título de mestra em educação, em uma universidade pública federal.

Aos meus filhos, Raissa e Augusto Magno, por toda a paciência. Por todo o entendimento quando estava ausente estudando. É por vocês e para vocês que todos os dias busco ser melhor e tornar o mundo melhor. Raissa me acompanhou na empreitada da graduação em pedagogia nos anos de 2015 a 2019, foi minha pedagoga mirim. Augusto, logo nos seus dois primeiros anos de vida tem me acompanhado no caminhar como pesquisadora no mestrado acadêmico. Obrigada, pois suas presenças, seus sorrisos e seus abraços tornaram esse caminho mais fácil para a mamãe.

Ao meu esposo, Carlos Henrique, por toda a força, apoio e cuidado que tem comigo. Obrigada por me incentivar todos os dias mostrando que eu posso ser aquilo que eu quiser e que consigo fazer tudo que me proponho a fazer.

As minhas queridas irmãs, Marilene e Madalena, por todo o amor, apoio e fraternidade. Por todo o cuidado com o Guto, para que eu pudesse estudar. Ao meu irmão amado, Magno, que "há muito me deixou", sua memória e a vontade de te orgulhar permanece em mim, todos os dias.

À minha sogra, por todo o cuidado que tem comigo e com minha família, por todo o apoio afetivo e financeiro, sem você Milena, eu não seria quem sou hoje. Obrigada por ser abrigo e morada para mim e para os meus.

Aos meus sobrinhos, por todas as vezes que me mostraram que a vida pode ser leve, por todos os sorrisos que me arrancaram com suas graças, por todo apoio e cuidado que têm com o Augusto e por entenderem minhas ausências, já que eu estou sempre estudando (como vocês dizem).

Vocês são quem tornam minha vida feliz, sem vocês não sou nada!

A minha orientadora Giane Grotti, obrigada por todo esse caminho trilhado ao seu lado, de bolsista PIBIC à orientanda de mestrado. Não poderia ousar em pensar noutro nome para percorrer essa caminhada, tinha que ser você, sempre foi você.

Aos meus colegas de turma da graduação em Pedagogia turma 2015/2019 e aos colegas da turma de Mestrado por todas as experiências, trocas e aprendizados, em especial ao meu grupo de apoio nas pessoas de Emy e John, obrigada pelo nosso compromisso firmado.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal do Acre – UFAC, pelo conhecimento socializado. Agradeço também aos meus professores do Curso de Licenciatura em Pedagogia (Turma 2019) e aos demais professores da Educação Básica, que juntos me permitiram chegar até aqui.

A todos os colaboradores da pesquisa, que me receberam com muito carinho nos espaços onde fiz a busca de fontes e que cooperaram para a realização deste estudo.

A Banca Examinadora, Dr. João Francisco Lopes de Lima e Dr. Juarez Tuchinski dos Anjos, pelo carinho, respeito, leitura atenciosa e pelas valiosas contribuições para com o meu trabalho.

“É justo que muito custe o que muito vale”.

Santa Teresa D’Ávila

RESUMO

A presente dissertação de mestrado aborda a assistência à infância carente explorando a atuação da Sociedade Pestalozzi no Território do Acre entre 1945 e 1960, com ênfase na cultura material escolar e na relação entre representação e apropriação de Chartier (1990). O estudo busca entender como a assistência da Sociedade Pestalozzi moldou a materialidade educativa, identificando as instituições atendidas, os sujeitos envolvidos, eventuais apoios do governo e como a assistência era percebida pela sociedade da época. Nesse contexto, a Sociedade Pestalozzi desempenhou um papel crucial, fornecendo assistência material e educacional às crianças pobres. A organização forneceu diversos recursos, como material didático, uniformes, merenda escolar e atendimento médico, para permitir que as crianças pobres frequentassem a escola. Buscamos ater nosso olhar a partir do viés da cultura material, devido a gama de provimentos materiais que foram destinados aos escolares pobres da capital acreana fornecidos pela Sociedade Pestalozzi. O objetivo que nos direciona neste estudo, é o de compreender como foi se constituindo a materialidade escolar a partir da assistência prestada pela Sociedade Pestalozzi aos escolares da época. Esta pesquisa insere-se no campo da historiografia da educação e da infância e da história da assistência, sendo, portanto, de abordagem qualitativa, a qual apresenta o método investigativo de caráter subjetivo em relação ao objeto. O procedimento técnico é documental e bibliográfico. Como fonte principal deste trabalho, nós apoiamos no jornal “O Acre - Órgão Oficial”. As conclusões nos levam na direção de que a Sociedade Pestalozzi surgiu no Território do Acre como uma alternativa para convencer a população, especialmente as famílias pobres, a enviar seus filhos para a escola devido ao alto índice de analfabetismo na região. Maria Angélica de Castro, diretora do Departamento de Educação e Cultura, empreendeu a implementação da Sociedade Pestalozzi no Acre, seguindo os moldes da Sociedade Pestalozzi do Brasil.

Palavras-chave: Assistência. Sociedade Pestalozzi. Cultura Material Escolar. Infância pobre. Território do Acre.

ABSTRACT

The present master's dissertation addresses assistance to underprivileged children by exploring the role of the Pestalozzi Society in the Acre Territory between 1945 and 1960, with an emphasis on school material culture and the relationship between representation and appropriation as outlined by Chartier (1990). The study seeks to understand how the Pestalozzi Society's assistance shaped educational materiality, identifying the institutions served, the individuals involved, potential government support, and how society perceived the assistance at that time. In this context, the Pestalozzi Society played a crucial role by providing material and educational assistance to poor children. The organization offered various resources, such as teaching materials, uniforms, school meals, and medical care, enabling impoverished children to attend school. Our focus is on the perspective of material culture due to the range of material provisions provided to poor students in the Acre capital by the Pestalozzi Society. The objective guiding this study is to comprehend how school materiality was formed through the assistance provided by the Pestalozzi Society to students of that era. This research falls within the field of the historiography of education, childhood, and the history of assistance, adopting a qualitative approach with a subjective investigative method concerning the object. The technical procedure is documentary and bibliographic. The primary source for this work is the newspaper "O Acre - Órgão Oficial." The conclusions lead us to the understanding that the Pestalozzi Society emerged in the Acre Territory as an alternative to persuade the population, especially poor families, to send their children to school due to the high illiteracy rate in the region. Maria Angélica de Castro, director of the Department of Education and Culture, undertook the implementation of the Pestalozzi Society in Acre, following the model of the Pestalozzi Society of Brazil.

Keywords: Assistance. Pestalozzi Society. School Material Culture. Impoverished Childhood. Acre Territory.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ALUNOS DO GINÁSIO ACREANO, EM CLASSE. SALA DE CIÊNCIAS NATURAIS, EM 1940.....	73
FIGURA 2 – PROPAGANDA ENFATIZANDO A IMPORTÂNCIA DE SER SÓCIO DA SOCIEDADE PESTALOZZI DO TERRITÓRIO DO ACRE.....	76
FIGURA 3 – FALA DE MARIA ANGÉLICA DE CASTRO NO RELATÓRIO DO DEC DE 1947.....	77
FIGURA 4 – DA FINALIDADE DA SOCIEDADE PESTALOZZI.....	80
FIGURA 5 – GABINETE DENTÁRIO DO GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE GASPAR EURICO DUTRA, NA DÉCADA DE 1940.....	82
FIGURA 6 – BALANCETE DO MOVIMENTO DA SP DE CRUZEIRO DO SUL.....	84
FIGURA 7 - RENOVAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PRESTADOS PELA SOCIEDADE PESTALOZZI AS ESCOLAS DA CAPITAL.....	92
FIGURA 8 – GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE DUTRA 1949.....	93
FIGURA 9 – ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE DUTRA 1940.....	94
FIGURA 10 – BALANCETE DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE PESTALOZZI EM 1949.....	95
FIGURA 11 – AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PARA SOCIEDADE PESTALOZZI.....	101

FIGURA 12 – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE
PESTALOZZI.....102

FIGURA 13 - NOVA DIRETORIA DA SOCIEDADE
PESTALOZZI.....103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAFE – COMUNIDADE ACADÊMICA FEDERADA

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

DEC – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

LBA - LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

PIBIC – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

SP – SOCIEDADE PESTALOZZI

UFAC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1 BREVE HISTÓRICO DA ASSISTENCIA À INFÂNCIA	35
1.1 PARA DAR A VER: breve olhar sobre a história da infância e seus enfoques assistenciais.....	36
2 HISTÓRIA DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE PESTALOZZI NO BRASIL: UNIÃO ENTRE PODER PÚBLICO E FILANTROPIA	45
2.1 HELENA ANTIPOFF E AS PESTALOZZIS: alento para “as crianças em perigo moral”	45
3 “SER SÓCIO DA SOCIEDADE PESTALLOZI É PROPORCIONAR AOS ALUNOS POBRES DA ESCOLA PRIMÁRIA OS MEIOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À SUA INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO”: ATUAÇÃO DA SOCIEDADE PESTALOZZI NO TERRITÓRIO DO ACRE.....	53
3.1 A PRESCRIÇÃO DO UNIFORME ESCOLAR E SUA FUNÇÃO NIVELADORA NA EDUCAÇÃO: alguns apontamentos	60
4 AJUDA A SOCIEDADE PESTALOZZI NA SUA OBRA DE PROTEÇÃO AO ESTUDANTE POBRE DO ACRE: FRAGMENTOS DA SUA CONSTITUIÇÃO E ATUAÇÃO EM TERRITÓRIO ACREANO	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICES	106

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um projeto educativo não pode ser implementado sem considerar aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos de determinada época e localidade. Considerando a realidade do território acreano, a assistência aos alunos pobres era uma questão emergente na década de 1940, período marcadamente em busca de um projeto educativo que objetivava estar *pari passu* com os anseios propostos para a nação brasileira, quais sejam: de civilidade e modernização.

No período do Acre territorial (1920-1962), a educação da infância, juntamente com outros setores sociais, buscava superar diversos problemas a fim de, conforme o discurso à época, reconstruir a nação. Em relação às crianças, um grande problema era a alta taxa de mortalidade infantil, e de modo geral a nação padecia de grande índice de analfabetismo, pobreza, desemprego, alta criminalidade, dentre outros problemas sociais. Nesse sentido, “a criança simbolizava a esperança, o futuro da nação”, se fosse devidamente educada, civilizada, retirada de meios enfermos a seu caráter, “e reeducada, ela se tornaria útil a sociedade”, se bem-educada evitaria as adversidades destacadas (Rizzini, 2011, p 25).

Diante desse contexto, o papel da assistência social passou a ser mais evocado. A assistência à infância pobre, como redentora das mazelas que afligiam as crianças, deveria ser alavanca para a construção de uma criança civilizada que mudaria os rumos da nação brasileira e acreana, contribuindo com o progresso futuro e com a ideia de modernização local.

Grotti (2016) salienta que a diligência em torno da infância era concebida por políticos, juristas, médicos, higienistas como algo que deveria ser observado e assistido, para que futuramente não se tornasse um problema para o desenvolvimento do país, assim esse atendimento demandou a criação de todo um olhar social em torno da criança. A lógica era a de que salvando a criança, a nação seria salva, “educar a criança era cuidar da nação; moralizá-la, civilizá-la. Cuidar da criança e vigiar a sua formação moral era salvar a nação” (Rizzini, 2011, p. 27).

A criança era o projeto mais importante para se construir uma nação forte, assim, o reconhecimento de que havia um problema a ser resolvido e que “este comprometia o desenvolvimento da nação” se apresenta nessas questões de superação da pobreza “que deram sustentação ao delineamento de uma política de assistência à infância e à criança

pobre” (Grotti, 2016, p. 95). Nessa busca, muitas instituições, sujeitos e organizações do território acreano procuraram resolver o chamado “problema da infância”.

Entre esses sujeitos se encontra o chefe de governo Guimard dos Santos, que governou o Acre de 1946 a 1950, trazendo para sua agenda política os ideais característicos de modernização do Território, com preceitos de elevação da instrução pública e modernização do ensino, os quais se pautaram na luta contra o analfabetismo, obrigatoriedade escolar, na ampliação do número de matrículas, melhor preparo do professorado, compra de equipamentos e mobiliário próprio ao ensino, utilização dos métodos pedagógicos mais modernos, ampliação do ensino secundário e normal, a criação de prédios públicos em alvenaria destinados ao funcionamento das escolas, e (nosso foco de estudo) ações de assistência às famílias e crianças pobres.

Dentre as organizações que juntamente com o chefe de governo e outros sujeitos, apresentavam um olhar direcionado para a assistência aos alunos carentes no Acre com a preocupação de manter as crianças pobres na escola, suprindo-lhes com as condições materiais, tivemos a Sociedade Pestalozzi (SP) do Território do Acre. De acordo com os estudos de Grotti (2016), a Sociedade Pestalozzi do Brasil foi criada a partir da ação de Helena Antipoff, pedagoga e psicóloga russa, que foi pioneira no trabalho com crianças excepcionais. Estes atores sociais, na busca por modernização e civilização da população, apropriaram-se dos ideais da Sociedade Pestalozzi, e os implementou localmente.

Grotti (2016) acrescenta que no Acre o nome dado a essa Sociedade foi referente ao trabalho de João Pestalozzi¹, que foi um pedagogo e educador infantil de referência. Lima (2010, p 124) destaca que esse grande pedagogo se calcava em uma pedagogia que “vinculava formação moral e formação religiosa, vendo na educação dos pobres uma possibilidade de redenção social”. No Acre, essa Sociedade tinha a peculiaridade de olhar para a infância pobre, sendo assim, a organização da SP, trazia como seu foco central, o de propiciar meios para que as crianças permanecessem na escola, cumprindo com a premissa de orientá-las a partir de moldes idealistas e de formação de civilidade. A SP, supria as crianças com diferentes materialidades, desde “material didático, uniformes e merenda escolar, consultório médico-dentário pedagógico, cooperativa escolar, clube

¹ Para mais aprofundamento sobre o discurso social e pedagógico de João Pestalozzi, consultar o artigo “Pestalozzi: o Romantismo e o nascimento da Pedagogia Social”, de João Francisco Lopes de Lima.

agrícola e de saúde, além de estabelecer o -serviço de caixa de assistência” (Grotti, 2016, p. 170).

No território do Acre, essa Sociedade foi instituída seguindo os mesmos moldes da Sociedade Pestalozzi do Brasil, que tinha sua sede no Rio de Janeiro. E segundo a Irmã Giovanna Ginelli, freira e professora do Departamento de Educação da UFAC, a Sociedade Pestalozzi do Território do Acre foi “uma Sociedade fundada por Maria Angélica de Castro, durante sua permanência na direção do DEC” (Departamento de Educação e Cultura)². É a partir de Guimard dos Santos que surge o convite para Maria Angélica de Castro vir ao Acre como diretora do DEC, no intento de trazer a modernização que o chefe de Estado via como política educacional para o território.

A professora Ginelli destaca ainda que para Maria Angélica “era dever de toda a Sociedade prestar assistência as crianças pobres, para que essas pudessem frequentar a escola sem humilhação ou constrangimento” (Ginelli, 2008 p.149). Maria Angélica de Castro é um elemento importante deste trabalho, pois teve uma relação direta com a educadora Helena Antipoff, precursora das Sociedades Pestalozzi no Brasil.

Isto posto, a presente dissertação de mestrado, tem como objeto central, a atuação da Sociedade Pestalozzi no Território do Acre, destacando a cultura e a materialidade escolar a partir da assistência prestada por esta Sociedade aos escolares da cidade de Rio Branco, no Acre Território, especialmente entre os anos de 1945 e 1960.

E como chegamos ao tema?

A motivação que levou a escolha da temática não é só acadêmica, mas parte também de um olhar pessoal e íntimo de alguém que, desde 2016, sonha em ser pesquisadora e que viu na historicidade cultural da infância acreana um farol para guiar esta viagem.

Lembro-me muito bem do meu primeiro contato com a história da infância, nas disciplinas: Infância e Pedagogia I e II, no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre, ministradas pela professora Giane Grotti, que me proporcionaram um contato mais próximo com estudiosos da infância, como por exemplo: Philippe Àries (1979); Miguel Arroyo (1994); Freitas (2006); Del Priori (2008); Kuhlmann (2000, 2004, 2011) e Câmara (2010) e outros, os quais me possibilitaram fazer várias relações e análises no sentido de

² Departamento de Educação e Cultura, é o órgão que esteve à frente da administração dos assuntos educacionais do Território do Acre.

compreender a construção das concepções sobre o atendimento à infância ao longo do percurso histórico na Sociedade, sejam elas educacionais ou assistencialistas.

Foi também nessas disciplinas que tive contato com o texto de Moysés Kuhlmann Jr: “Educando a Infância Brasileira”, no qual o autor cita a participação do Território do Acre no 1ª Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que aconteceu juntamente com o 3ª Congresso Americano da Criança, em 1922, na cidade do Rio de Janeiro (Kuhlmann, 2011, p. 470). O texto trouxe uma citação breve sobre essa participação, mas que acendeu aos meus olhos, indicando a direção que eu trilharia no meu percurso acadêmico. Dessa primeira aula em diante, fui percorrendo meu caminho, seguindo a direção para o qual meu olhar brilhava.

A partir dessas disciplinas tive a oportunidade de estar inserida em um Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC-UFAC), sob a orientação da mesma professora, no período de 2016, 2017 e 2018, enquanto graduanda do Curso de Pedagogia.

O projeto do PIBIC trazia como tema, “A Constituição histórica das instituições educacionais de atendimento à criança pequena na capital do Acre” (1940-1960). Fizemos pesquisas com temáticas referentes ao “Atendimento Educacional e Assistencial à Infância em Rio Branco de 1950 a 1960” à “Constituição Histórica das Instituições de Atendimento as Crianças Pobres na Capital do Acre nos anos de 1961 a 1980”.

Essas pesquisas realizadas com as temáticas assinaladas, citaram a Sociedade Pestalozzi, no entanto, não houve aprofundamento nas ações que esta instituição realizou, nos aspectos relativos ao seu funcionamento, materialização, sujeitos, dentre outros. Entretanto, esta instituição apareceu com certa regularidade. Dessa maneira, com este vislumbre do que havíamos contemplado à época da graduação no projeto PIBIC, a Sociedade Pestalozzi compareceu junto às atividades desenvolvidas na educação do então território do Acre ao que verificamos que esta atuação se deu mais fortemente entre os anos de 1945 até 1960, o que coincide com a vinda de Maria Angélica e Guiomard Santos ao Acre, dado este que nos levou a definir este recorte temporal.

Ao realizarmos um mapeamento inicial, encontramos dados sobre a Sociedade Pestalozzi nos jornais do Acre a partir de 1945, todavia é entre 1946 e 1950 que essa assistência se intensifica. Avançamos até o início dos anos 1960 para uma abrangência maior de fontes e na busca de observar até onde esta organização se estende, o que coaduna com o término do período do Acre território em 1962.

Buscamos ater nosso olhar a partir do viés da cultura material, devido à gama de provimentos materiais que foram destinados aos escolares pobres da capital acreana fornecidos pela Sociedade Pestalozzi. A pergunta que nos inquieta, portanto, é: Como se constituiu a materialidade escolar a partir da assistência prestada pela Sociedade Pestalozzi aos escolares no Acre no período de 1945 a 1960?

Desta interrogação desprende-se outras questões, quais sejam:

- a) Quais instituições eram atendidas, quais os sujeitos estavam à frente desta Sociedade?
- b) Havia subvenção governamental?
- c) Para além dos materiais já citados, quais outros provimentos a Sociedade Pestalozzi destinavam aos escolares pobres da capital acreana?
- d) Como essa assistência era vista e apreendida pela Sociedade da época, e como ela comparecia na cultura material escolar?

Assim, como **objetivo geral** deste estudo, buscamos compreender como foi se constituindo a materialidade escolar a partir da assistência prestada pela Sociedade Pestalozzi aos escolares da época. Desse desprende-se focos mais específicos que impulsionaram nosso caminhar sendo eles:

- a) Identificar quais instituições eram atendidas, quais os sujeitos estavam à frente da instituição.
- b) Identificar se/quais subsídios o governo da época prestava a essa organização.
- c) Descrever olhando a partir do viés da cultura material escolar, quais provimentos materiais eram destinados pela Sociedade Pestalozzi aos escolares pobres da capital acreana;
- d) Investigar como essa assistência era vista e apreendida pela Sociedade da época, e como ela comparecia na cultura material escolar.

Para responder tais inquietações e cumprir com os objetivos propostos nos fundamentamos a partir da teoria da História Cultural de Chartier (1990), que nos faz refletir sobre a perspectiva da História Cultural como uma forma de identificar e apreender a realidade social. Sendo um modo de entender e fazer a leitura, dos códigos, símbolos e significados da Sociedade a partir do que o autor denomina de esquemas intelectuais, por meio dos quais os homens se apropriam do mundo que os cercam e do universo a qual estão inseridos.

Roger Chartier é um renomado historiador e teórico da história, conhecido por seu trabalho na área da história cultural e das práticas de leitura. Ele tem contribuído significativamente para o entendimento das noções de representação e apropriação em contextos históricos e culturais. Em relação à representação, Chartier (1990), argumenta que as representações são construções sociais e culturais que moldam a forma como percebemos o mundo ao nosso redor. Ele enfatiza que as representações não são reflexos diretos da realidade, mas sim construções mediadas pelas normas, valores e linguagem de uma sociedade em um determinado momento histórico. As representações incluem textos escritos, imagens visuais, símbolos e outras formas de expressão cultural que transmitem significado e permitem que as pessoas compreendam o mundo à sua volta. Chartier (1990), destaca a importância de analisar as representações em seu contexto histórico e social para compreender como elas eram usadas para construir identidades e poder.

Em relação à apropriação, Chartier (1990), examina como as pessoas interagem com as representações culturais. Ele argumenta que a apropriação envolve a recepção e interpretação ativa das representações culturais pelos indivíduos. As pessoas não são passivas em relação às representações, mas as incorporam em suas vidas de maneiras que fazem sentido para elas. Essa apropriação pode incluir a leitura de textos, a interpretação de imagens, a adaptação de conceitos culturais e a reutilização de elementos culturais para atender às suas necessidades e objetivos pessoais. A apropriação, segundo Chartier, é uma parte essencial do processo de construção de significado e identidade individual e coletiva.

Chartier (1990) destaca que o objetivo da história cultural é a descrição de como a Sociedade constrói a realidade e como os grupos sociais elaboram e idealizam o mundo que os circundam. Olhando para nosso objeto, cabe-nos pensar de que maneira os sujeitos a frente da Sociedade Pestalozzi do Acre leram o mundo e a realidade que os cercaram?

O homem é um sujeito situado historicamente, como também, as organizações e instituições a qual ele coordena. Dessa maneira, na busca de situarmos nosso objeto historicamente, esse estudo se apoia nos conceitos de “representação” e de “apropriação”. Conforme Chartier (1990) entendemos a representação se tratando de como os homens constroem de forma intelectual a realidade que os cercam, ou seja, essa representação não é neutra ou objetiva, mas parte de interesses que podem ser conflituosos.

Para Chartier (1990), as representações se materializam nos atos e no âmbito das práticas, ocorrendo tanto na teoria, quanto na vida concreta coletiva, sendo construções coletivas da realidade vivida e apreendida socialmente, através das leituras que os sujeitos fazem do meio. O conceito de apropriação, para o teórico, diz respeito, a forma como o sujeito se “apropria” da leitura que ele faz ativamente do mundo. Essa apropriação se dá de forma individual a partir das leituras sociais, culturais e institucionais, sendo uma prática singular que se dá partir de interesses específicos, disseminados pelos grupos e pelo meio no qual o sujeito está imerso. Assim, o autor exprime que as mentalidades coletivas constroem as representações de forma naturalizada, “[...] que fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores” (Chartier, 1990 p. 41).

Dessa forma, representação e apropriação não são conceitos dissemelhantes. São homólogos, como evidencia Chartier (1990). Se há apropriação, há representação, e o inverso. Assim, à medida que o sujeito lê o mundo, ele faz uma representação da sua leitura e se apropria dessa representação gerando novos significados e novas visões da realidade, do coletivo e do próprio eu. Em resumo, o autor enfatiza que as representações são construções sociais que moldam nossa compreensão do mundo, enquanto a apropriação envolve a interpretação ativa e a incorporação de representações culturais nas vidas das pessoas

Dito isso, realizamos uma revisão sistemática de literatura a fim de dar sustentação teórica e científica, bem como acadêmica, ao presente trabalho. Assim, fizemos uma na área da educação, referente à assistência prestada pela Sociedade Pestalozzi aos escolares pobres e à atuação da Sociedade Pestalozzi para encontrarmos estudos e pesquisas que possam subsidiar esse trabalho que ora realizamos.

Pensando nos caminhos já desbravados, mas não esgotados, apresentarmos alguns trabalhos produzidos nacionalmente e as publicações localizadas na Região Norte do país. Tendo a sociedade Pestalozzi existido no país inteiro, somente este olhar abrangente conseguirá identificar o que era geral ou peculiar à Pestalozzi do território do Acre. Como critérios de busca, optamos por fazer a pesquisa nas principais plataformas dos periódicos CAPES e no Catálogo de teses e dissertações da CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR).

Na plataforma de periódicos CAPES, fizemos acesso/login via CAFE³ – Comunidade Acadêmica Federada, a partir da instituição a qual temos vínculo, Universidade Federal do Acre (UFAC), para que nossa pesquisa dentro do site fosse mais bem validada e pudéssemos baixar os trabalhos encontrados. A pesquisa foi feita apenas em periódicos revisados por pares, por se tratar de trabalhos que têm um maior crivo de avaliação e apresentam uma maior qualidade no estudo. As palavras chaves utilizadas na pesquisa foram: Sociedade Pestalozzi; Sociedade Pestalozzi do Território do Acre; Assistência aos escolares; Cultura Material Escolar; Infância Acreana.

Para otimizar a pesquisa dentro do portal, utilizamos os chamados operadores booleanos⁴, no qual fizemos combinações das palavras chaves pesquisadas. Usamos basicamente 2 (dois) operadores “AND e OR” com os seguintes descritores: Sociedade Pestalozzi AND Sociedade Pestalozzi do Território do Acre AND Cultura Material Escolar OR Infância Acreana OR instituições de assistência aos escolares). O uso desses operadores tinha a pretensão de nos trazer de forma mais específica, trabalhos que continham em seu corpo somente os descritores/assuntos que buscamos.

Copiamos esse modelo montado com os descritores na busca por assunto do portal de periódicos da CAPES, e nenhum resultado foi encontrado. Refinamos a busca e diminuimos os caracteres das palavras, somente por Sociedade Pestalozzi AND assistência AND cultura material escolar. Nenhum resultado foi encontrado.

Tentamos somente o descritor Sociedade Pestalozzi AND assistência e somente 4 (quatro) resultados que continham essas palavras combinadas foram encontrados. Dentre os resultados encontrados somente 1 (um) tratando da atuação da Sociedade Pestalozzi, mas o destaque se dava em prol dos excepcionais ou anormais.

Na necessidade de ampliar os estudos e refinar a busca, optamos por escrever as palavras chaves uma a uma, sem o uso dos operadores. Ao pesquisarmos somente a palavra Sociedade Pestalozzi, 32 (trinta e dois) resultados surgiram. E somente 24 (vinte e quatro) destes eram revisados por pares.

³ Provida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), a CAFE permite que usuários utilizem login e senha institucionais para diversos serviços – entre eles, é possível acessar de forma remota o conteúdo assinado do Portal de Periódicos.

⁴ Os Operadores Booleanos atuam como palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de sua pesquisa. São eles: AND, OR e NOT e significam, respectivamente, E, OU e NÃO e, a fim de facilitar a visualização da busca, é importante que estes sejam escritos em letras maiúsculas. O operador booleano AND funciona como a palavra “E”, fornecendo a intercessão, ou seja, mostra apenas artigos que contenham todas as palavras-chave digitadas, restringindo a amplitude da pesquisa (disponível em: CAPCS - Você sabe o que são Operadores Booleanos? (uerj.br)).

Os mecanismos de aceitação e exclusão se deram a partir da leitura do título, resumo e palavras-chaves, buscando vestígios que se aproximassem da melhor forma possível da temática estudada. Para melhor sistematização dos artigos e dissertações que mais se aproximavam do que buscamos, foram elaboradas três tabelas⁵, nas quais destacamos o título, resumo do que trata o trabalho e a referência/forma de citá-lo. Depois baixamos todos os documentos que se aproximavam do tema em uma pasta, para posterior leitura. Dentre os artigos encontrados sobre a temática da Sociedade a nível nacional, muitos se tratava da atuação da Sociedade Pestalozzi no campo da Educação Especial, em prol dos anormais, ou excepcionais referentes às crianças com necessidades especiais, dentre elas motoras e cognitivas.

Desse quantitativo de 24 (vinte e quatro) artigos, somente 7 (sete) se aproximaram da temática. Desses, 4 (quatro) tratam mais especificamente da atuação de Helena Antipoff, nome muito importante, frente a criação e atuação da Sociedade Pestalozzi no Brasil. Estes trabalhos foram separados para leitura mais aprofundada e utilizados como aporte teórico deste trabalho, nos revelando informações importantes a respeito de como se deram a atuação e os ideais de criação da Sociedade Pestalozzi em nível nacional, nos direcionando para uma lacuna importante que demonstrou a peculiaridade da Sociedade Pestalozzi no território do Acre.

Dando continuidade, fizemos buscas no catálogo de teses e dissertações da CAPES, utilizando os mesmos descritores, no entanto, não utilizamos os operadores booleanos. Ao pesquisar a palavra-chave “Sociedade Pestalozzi”, 14 (quatorze) resultados foram encontrados. Para caráter de organização e observação de quais teses e dissertações poderiam se aproximar do tema estudado, foi feita a leitura do título, quando este fazia menção à Sociedade Pestalozzi e seu trabalho com os “anormais/excepcionais” separávamos para leitura do resumo, introdução e conclusão.

Consideramos estes termos pois na década de 1940 abrangia condições, tanto médicas quanto sociais, dado ao fato que eram consideradas crianças “anormais” aquelas com deficiência sensorial, física ou intelectual; as que apresentavam problemas comportamentais; crianças moradoras das ruas; e até mesmo as órfãs, “anormais” por

⁵ Ver tabelas nos anexos do trabalho. As tabelas formuladas, organizam as dissertações e os artigos encontrados na busca, que se aproximam de alguma maneira da temática estudada, destacando que outros estudiosos já se debruçaram sobre a atuação da Sociedade Pestalozzi, entretanto, em se tratando de assuntos mais específicos do seu campo de atuação e regionalidade.

viverem em abrigos (Borges & Barbosa, 2019, p. 1) eram aquelas consideradas fora do padrão de normalidade esperado pelos médicos, educadores, juízes e higienistas na época.

Todos os trabalhos encontrados nessa busca, a partir dos descritores usados, estão voltados para a educação inclusiva e para a psicologia, tendo como foco central a atuação da Sociedade Pestalozzi com as crianças “anormais ou excepcionais” no campo da Educação Especial. Dos 14 (quatorze) estudos encontrados no banco de teses e dissertações da CAPES, 3 (três) deles fazem menção a atuação da Sociedade Pestalozzi no Território do Acre. Ressaltamos que essa busca pode nos demonstrar que a assistência a infância pobre era uma peculiaridade da SP no território do Acre.

Os estudos de doutoramento de Grotti (2016) intitulado “História da Assistência da Criança Pobre em Rio Branco-Acre: instituições sujeitos e ações na década de 1940”. Que analisa a partir de fontes documentais a história da assistência à criança pobre em Rio Branco, capital do Acre, destacando qual tipo de assistência essa criança recebeu, em meio a projetos e práticas dentro da perspectiva de modernidade, civilidade e progresso. A Sociedade Pestalozzi aparece nesta tese quando a autora a destaca como uma das instituições voltadas a resolver o “problema da infância”, suprindo os escolares pobres de material escolar, tratamento odontológico, fardamentos e alimentação.

Castro (2011) desenvolveu um estudo intitulado “Gestão Maria Angélica de Castro: apropriação das ideias sobre a escola nova no Território Federal do Acre (1946/1951)” nesse trabalho objetivou verificar como se deu o processo de apropriação das ideias sobre a Escola Nova no período do Acre Território, na gestão de Maria Angélica de Castro à frente do DEC. Apresentando aspectos que dão indícios importantes de destaque sobre a atuação da Sociedade Pestalozzi no território.

Barbosa Sobrinho (2016) em sua tese nomeada “A escola é a forja da civilização”: obrigatoriedade escolar no Território do Acre (1920-1950)”, busca responder como a necessidade de escolarizar a infância era percebida, compreendida e explicada pelos agentes responsáveis pela educabilidade da infância (pais, governantes e professores) no Território do Acre. A hipótese que sustenta a pesquisa de Barbosa Sobrinho (2016) é a de que a necessidade de escolarizar a infância acreana demandou uma exigência de reconfiguração da instrução pública primária cujo intuito era o de produzir sujeitos capazes de se tornarem fator de progresso individual que pudessem contribuir diretamente para o desenvolvimento da região acreana e da Nação brasileira, apontando como a Sociedade

Pestalozzi desenvolveu um papel importante de aliado do Estado no cumprimento dessa exigência de escolarização da infância pobre.

Vale ressaltar que os livros publicados por Ginelli (2008) também se fazem importantes para a compreensão do objeto a qual pesquisamos. A obra de Ginelli (2008) é percursora da história e historiografia da educação acreana, tornando-se indispensável às pesquisas de âmbito local. Trata-se de uma coletânea de três volumes, intitulada “História da Educação no Acre”, que se debruça a construir um panorama da História da Educação Acreana nos seus períodos organizacionais, desde o período da anexação do Acre ao Brasil, em 1903, até a sua elevação a Estado da Federação, em 1962. O primeiro volume aborda a organização da educação no período departamental (1904 a 1920) e os dois volumes que dão sequência, tratam da organização da educação acreana no período de unificação territorial (1920 a 1962). A autora faz um panorama geral sobre a atuação da Sociedade Pestalozzi do Acre, a partir de pesquisa documental, destacando-a como uma instituição educacional da época e apresentando alguns levantamentos de gastos e serviços ofertados pela instituição e outros.

Na busca de olhar para o que foi produzido em nosso solo, em termos de estudos, observamos que temos estudos importantes de autoridades, quando pensamos em história da educação do território do Acre. O que esses três estudos apresentados, anteriormente tem em comum é o fato de apresentarem alguns aspectos importantes que nos dão alguns vislumbres sobre a atuação da Sociedade Pestalozzi do Território do Acre, no entanto, o objeto de estudo das autoras eram outros. Como já dissemos, nosso foco é a assistência a partir da cultura material.

Com isso, podemos observar que há uma carência de dados/informações sistematizadas sobre a materialidade escolar promovida pela Sociedade Pestalozzi e o objetivo político e social dos sujeitos que estiveram envolvidos com a atuação dessa instituição no Acre Território. Dessa forma, procuramos com esta pesquisa contribuir para a historiografia nacional e regional partindo do que já foi produzido na área, como também para o campo da cultura material escolar.

Direcionando nosso olhar para a noção do alargamento da concepção de fontes e documentos que a cultura material escolar se insere nesse estudo. Entendemos cultura material escolar como tudo aquilo que compõe o cotidiano da escola. Os seres humanos são formados culturalmente e imbuídos de historicidade. É de história que somos

constituídos, de histórias que se criam a partir de práticas, lugares, objetos, ícones e vivências (Farge, 2009). A mudança e a ampliação da noção de fontes permitiram que essas materialidades culturais e históricas que nos constitui e institui nossas instituições sejam estudadas e utilizadas como fontes por pesquisadores e historiadores da área da educação. Embora a cultura material escolar não seja nossa fonte, buscamos nos debruçar sobre os jornais que nos deram vestígios dessas materialidades na busca de compreender como se efetivava essa cultura da assistência material aos escolares pobres.

Dessa forma, consideramos importante fazer o levantamento dos trabalhos que se inserem no campo da cultura material escolar que estão presentes no banco de teses e dissertações da CAPES. Ao buscar a palavra-chave “cultura material escolar” de imediato, encontramos 119 (cento e dezenove) resultados, 79 (setenta e nove) dissertações de mestrado e 37 (trinta e sete) teses de doutorado.

Para otimizarmos a busca concentramos os filtros nas áreas de ciências humanas com foco na educação, na qual ficamos com o total de 58 resultados, dentre eles 38 (trinta e oito) dissertações e 18 (dezoito) teses. O mesmo parâmetro de escolha e exclusão foi aplicado, a partir da leitura do título e resumo dos estudos. Buscamos o que mais se aproximava da temática de pesquisa que desenvolvemos e fomos catalogando nas tabelas disponíveis em anexo, para leitura posterior.

Dos 58 (cinquenta e oito) resultados encontrados, 4(quatro) se aproximam da temática referente à cultura material da assistência à infância de um modo geral. Vale ressaltar o significativo avanço que o campo da cultura material escolar teve nos últimos anos, dando enfoque a estudos mais regionalizados, com foco em temáticas mais específicas de cada *lócus*, abrindo caminho para novos enfoques e possibilidades de pesquisas no campo da história e historiografia da educação.

A descrição das pesquisas realizadas na busca de artigos e dissertações que dialogam com a temática pesquisada, evidenciam a importância do objeto de estudo e como a discussão sobre o assunto abordado se mantém pertinente a nível local, regional e nacional. Nesse contexto, embora a Sociedade Pestalozzi não seja um tema inédito dentro do contexto das universidades brasileiras e dos programas de pós-graduação, o objeto de estudo torna-se relevante para a historiografia acreana, podendo agregar aos demais estudos e pesquisas da área de história da educação por se tratar de uma abordagem diferente e nova, que visa demonstrar uma peculiaridade da Sociedade Pestalozzi na nossa

região e que se difere das demais pesquisas em torno da atuação da Sociedade amplamente divulgadas no campo da Educação Especial.

Ao propor uma visão de resgate sobre as concepções acerca da temática da assistência à infância no Acre território nossa pesquisa demonstra que a Sociedade Pestalozzi se constituiu em outros moldes, voltando seu atendimento para a infância pobre a partir de distribuição de proventos materiais escolares de origem alimentícia a objetos como fardamento, caderno dentre outros.

Para a fundamentação do estudo, foram utilizados teóricos de obras de referência em Historiografia, História da Educação, Assistência a Infância, Cultura Material Escolar a saber: Chartier (1990), Bloch (1993), Vidal (2005), Ciavatta (2009), Burke (1992), Kuhlmann, (2000), Freitas (2006), Faria Filho (2011), Rizzini (2009 e 2011), Kramer (1992), Grotti (2016), Ginelli (2008), Rafante e Lopes (2009), Camara (2010), Sanglard (2003 e 2015) dentre outros. Recorremos também a fontes secundárias sobre a história do Acre e a história da Sociedade Pestalozzi, bem como a artigos e dissertações sobre Helena Antipoff.

O estudo que ora apresentamos, insere-se num campo muito importante na historiografia da educação e da infância: o da história da assistência. Trata-se de uma pesquisa do campo da história e da historiografia da educação sendo de abordagem qualitativa, a qual apresenta o método investigativo de caráter subjetivo em relação ao objeto, buscando se livrar de um olhar do presente, conforme explícita (GODOY, 1995). Essa natureza de pesquisa privilegia a análise do pesquisador sobre os fenômenos sociais.

Nos guiamos também a partir do método onomástico de Carlo Ginzburg (1989), que utiliza o nome como fio condutor da investigação documental, o que nos ajudou na localização dos sujeitos atuantes na organização a qual estudamos. Para Ginzburg (1989), o que guia o pesquisador no labirinto documental é o nome [...] aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome” (GINZBURG; PONI, 1989, p. 174).

O procedimento técnico é documental e bibliográfico, por se tratar de um processo que nos apresentam infinitos e variadas vantagens, como destacado por (GIL, 2002, p. 46): “os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de

natureza histórica”. Os documentos impressos nos permitem olhar para a cultura do passado servindo como um farol que orienta e direciona o historiador.

Entendemos documento impresso, sobretudo, os jornais, a partir da perspectiva de Farge (2009, p. 13), como sendo um texto destinado ao público de forma intencional, organizado para ser lido e compreendido por inúmeras pessoas, na incumbência de divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão, independentemente da aparência que assuma, ele existe para convencer e transformar a ordem dos conhecimentos ao longo da história.

Apesar de haver oito jornais disponíveis na Hemeroteca Digital, optamos por trabalhar com o jornal “O Acre - Órgão Oficial”, tornando este a fonte de imprensa principal desse estudo. A escolha de torná-lo a fonte de imprensa principal deste estudo se justifica pela sua ampla divulgação e por uma maior circulação de exemplares. O periódico circulou semanalmente entre os anos de 1929 e 1972, com sede no município de Rio Branco, configurando-se como o principal meio de comunicação e circulação de ideias no território acreano e tendo funcionado como formador de mentalidades coletivas na busca de se constituir moderno.

Caracterizado como um porta voz oficial da gestão territorial, dispondo de informações que partem do ponto de vista dos governadores do período, o jornal apresentava documentos oficiais na íntegra. Grotti (2016), destaca que no período de sua atividade o impresso funcionou como “[...] um periódico explicitamente de caráter governamental, “ÓRGÃO OFICIAL DO GOVÊRNO DO TERRITÓRIO” (Grotti, 2016, p. 43, grifos da autora). O jornal nos traz marcas dos discursos e ideais políticos que se vinculam ao objeto de estudo.

A imprensa periódica da época informava à população os principais acontecimentos políticos e sociais do Território, no qual vinculavam-se leis, resoluções, pareceres, telegramas, fotografias, cartas, ofícios expedidos e recebidos, estatísticas escolares, balancetes de gastos públicos, relatórios de governos e instituições fatos, opiniões, estatutos, dentre outros aspectos importantes para o historiador. Sousa (2016) acrescenta que também circulavam as informações relativas à comunidade local, especialmente no que dizia respeito aos ‘fatos’ cotidianos sempre perspectivados pela ideia de ‘dar a ler’ a comunidade acreana informações que demonstrassem a civilidade de seus habitantes (SOUSA, 2016, p. 12, grifos da autora).

Apesar do jornal “O Acre – Órgão Oficial” apresentar o maior número de exemplares disponíveis nos acervos tanto *online* quanto físicos, também foram utilizados nesta pesquisa outros periódicos que circulavam no Território e nacionalmente e que abordavam a temática no recorte temporal, tais como: “Folha do Acre”, “O Alto Purús: Orgam Official”, “Correio da manhã”, “O Jornal”, entre outros. A necessidade aderir a mais impressos nesse estudo se justifica a partir da perspectiva de se alcançar uma maior visão do que circulava no Território no período delimitado pela pesquisa, além de observar o que era considerado como oficial pelo governo no território, dado que a Sociedade Pestalozzi se insere em uma parceria governamental.

Indo em acordo com Grotti (2016), destacamos que os jornais selecionados se inserem neste estudo como fontes fundamentais na busca de enriquecer a pesquisa historiográfica, sobretudo, a do Acre, uma vez que denotam as representações e as apropriações que foram realizadas por meio das práticas das instituições e dos sujeitos que constituíram a história da assistência à infância pobre em Rio Branco.

Assim definindo a fonte impressa, fizemos uma busca primária por informações no site da Hemeroteca Digital Nacional, a fim de levantar dados sobre o tema da pesquisa, realizamos a busca com as palavras chaves “Sociedade Pestalozzi”, o que foi possível encontrar no jornal “O Acre”, 88 (oitenta e oito) ocorrências na década de 1950. Assumimos que há limites na busca por palavras-chave na Hemeroteca, mas, apesar disso, dentre estas ocorrências, podemos observar que a Sociedade Pestalozzi do Acre, já atendia em 1950 cerca de 3.000 (três mil) escolares. Nesse atendimento era ofertado aos alunos carentes: fardas; alimentação e materiais escolares/didáticos, em várias ocorrências apareceram anúncios da Sociedade, convidando as pessoas a se associarem. Apareceram também nas fontes, comprovantes de recebimento e gastos; nomes de associados, a composição das diretorias que passaram pela organização, dentre outras informações que nos fez querer aprofundar os estudos, na busca de desvendar quais os ideais, políticos e sociais que estiveram diretamente ligados a atuação dessa instituição no Acre.

O *loci* da pesquisa se deu então, no acervo disponível *online* da Hemeroteca Nacional Digital Brasileira, no Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre, no Museu da Borracha e ainda no Acervo Arquivístico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Dentre as

fontes estão: registros fotográficos, documentos impressos/oficiais (leis, relatórios de governo, resoluções, pareceres, estatutos, balancetes) e jornais que circulavam a época.

Como já destacamos, O jornal — O Acre foi o impresso de maior contribuição, pois, devido ao recorte temporal estabelecido, apresentou maior número de volumes disponíveis, em relação às temáticas aqui abordadas, e por manter uma publicação constante dentro do período, possibilitando interpretações mais consistentes. Aproximadamente 60 matérias foram encontradas, selecionadas e consideradas pertinentes à temática, de forma que passaram a compor a pesquisa.

Os demais jornais contribuíram parcialmente, no sentido de complementar alguma informação, visto que o estado de deterioração dificultou a consulta, dado que alguns apresentavam páginas rasgadas, esbranquiçadas, outros faltavam datas, por isso, para melhor organização das referências, optamos por citar somente os anos de publicação das matérias, dados encontrados mais facilmente.

A organização das fontes jornalísticas, para posterior análise, deu-se da seguinte forma: já tendo estabelecido um primeiro contato com algumas fontes pesquisadas anteriormente, fizemos uma nova busca por palavras chaves na Hemeroteca Digital, buscando nomes como Sociedade Pestalozzi, Assistência, infância, Maria Angélica, Rotary Club, sendo que as palavras chaves de busca se davam a partir do que os descritores nos apontavam e na leitura parcial das fontes encontradas. Criamos uma pasta para cada ano de publicação, assim fazíamos o arquivamento das fotos e dos prints dos documentos em cada ano encontrado abrangendo de 1940 a 1962, em seguida renomeava-se com o conteúdo que abordava cada fonte.

Após toda essa busca e arquivamento, foi feita a leitura total dos documentos, observando o contexto e sobre o que cada um tratava, a partir da leitura, era feito um recorte contendo somente o conteúdo de interesse para a pesquisa, facilitado assim a análise e transcrição dos dados, a luz do referencial teórico. Esse processo foi feito em todas as fontes encontradas, desde o estatuto da Sociedade Pestalozzi aos relatórios de Governos que constavam balanços de gastos, descrição de materiais escolares e uniformes doados dentre outras materialidades. Feito isso, na medida em que cada capítulo foi tomando forma, as fontes foram chamadas a compor a trama das discussões levantadas. Assim, as fontes foram trabalhadas a partir dos caminhos e possibilidades metodológicas que a historiografia da educação nos fornece.

A pesquisa em história da educação nos oferece diversos caminhos e possibilidades metodológicas. Entre os anos de 1994 e 2010 houve expressivas mudanças no campo da pesquisa em educação, especialmente no que diz respeito /ao processo teórico-metodológico adotado pelos pesquisadores, devendo-se como aponta Vidal, (2005), a inclusão e a valorização de novas categorias de análise e fontes de pesquisa.

De acordo com Bica (2012) as pesquisas em História da Educação passaram a abranger estudos mais localizados, delimitados e regionalizados, fazendo com que seus pesquisadores mergulhem mais profundamente nos recortes temporais tendo um contato mais próximo com as fontes e dessa forma, podendo fazer um estudo mais crítico do acontecimento, ou objeto pesquisado.

No entanto, ainda é preciso ter um cuidado e uma maior atenção com essas novas categorias e novas formas de olhar o objeto estudado para que não se torne uma pesquisa que somente narre, celebre e elogie um acontecimento da história, Bica (2012, p, 8) destaca que para que os estudos historiográficos não se tornem apenas “inquéritos laudatórios, narrativas de fatos e acontecimentos históricos” o pesquisador em história da educação que se propunha a trabalhar com estudos mais focalizados, deve ter um “rigor metodológico muito firme para que os objetos em estudo possam ser revelados e revividos sobre uma perspectiva historiográfica privilegiada da história”.

Partindo de um rigor metodológico, o primeiro passo a ser dado na pesquisa em historiografia é delimitar a primeira fase da pesquisa e depois realizar um levantamento das fontes e documentos existentes, pesquisar em fontes e momentos diferentes, mapeando e decodificando os dados construindo assim um esboço de dados empíricos.

A segunda parte consiste em narrar e contextualizar as particularidades dos dados e documentos coletados, a fonte deve ser bem analisada, tomando cuidado com o contexto e com os interesses políticos, sociais e culturais do momento pesquisado, como destaca Bica (2012) o pesquisador faz uma releitura do passado, com os olhos do presente, portanto, não podemos e não devemos olhar um acontecimento de uma época passada tentando entendê-lo com o olhar e o entendimento que temos hoje.

Bloch (1993) nos chama a atenção para o fato de que um historiador deve ser imparcial, não devendo julgar segundo as suas inclinações. É claro que ao escrever história, ao analisar uma fonte, um acontecimento passado o pesquisador vai pôr um pouco de sua subjetividade. Mas é importante não julgar o passado com os olhos do presente tendendo

somente para um lado e distorcendo a narração dos fatos sem antes problematizar a fonte e entender como, quando e porque se fazia determinadas práticas ou ocorreu determinado acontecimento.

Bloch (1993) também chama atenção para a nomenclatura. Para ele é necessário que o historiador use de uma linguagem precisa dos fatos sem cometer o equívoco de trocar o sentido do que foi dito pela fonte, inventando outra palavra ou atribuindo um significado diferente e totalmente contrário ao que foi dito na época.

Se torna necessário também problematizar e criticar o vocabulário dos documentos, quando, como, por que, e por quem foi escrito tendo a cautela de não atribuir a uma época ou a um personagem ideias e sentimentos que são de outra época, ou em interpretar nas fontes, costumes e objetos de uma época a que não pertencem.

Os acervos documentais podem revelar outros olhares para o historiador, sendo preciso um olhar mais atento, onde o historiador vai dialogar com sua fonte, analisar nas suas entrelinhas, para procurar desvelar como se formulou tal acontecimento histórico, quem, como, e porque participou, porque se deu de determinada forma e não de outra, quem produziu determinada fonte, com que propósito, quais as intenções e os sentidos, sempre com um olhar apurado.

Bica (2012) acrescenta que o olhar acurado para os documentos pesquisados, nos possibilita a descoberta do passado silencioso das fontes historiográficas. Os documentos, as fontes não falam por si só, é preciso que o pesquisador as análises e reescreva a história escondida nas suas entrelinhas com um método que melhor se adeque para ele. A história não está pronta como verdade absoluta, é necessário problematizar a fonte, o documento, a imagem.

Os documentos-fontes são um caleidoscópio, registros particulares e particularizados que mudam e são variados “permeados de vários matizes escritos do passado, ancorados na tênue linha da história (Bica, 2012). Portanto, implica em o pesquisador ter uma postura investigativa, procurar a verdade por meio da oposição e da conciliação m/as “reconhecer os fenômenos educativos sempre como resultados e/ou efeitos de seu tempo e institucionalizados pelo passado”.

O problema das fontes é que diante da ampliação temos que ter um método eficaz para podermos interpretá-la, ficar atentos a confiabilidade e a veracidade de cada fonte, ter

o cuidado de não olhar um fato passado com o olhar do presente, pois são práticas que se dão de formas distintas.

Os pesquisadores em historiografia acabam diante de um dilema, se por um lado, “explicarem as diferenças no comportamento social nos diferentes períodos pelas diferenças nas atitudes conscientes ou nas convenções sociais, correm o risco da superficialidade”. Por outro lado, “se explicarem as diferenças no comportamento pelas diferenças na profunda estrutura do caráter social, correm o risco de negar a liberdade e a flexibilidade dos atores individuais no passado” (Burke, 1992, p. 12.).

Se torna importante lembrar que nem para todos os fatos se dão a mesma explicação, são muitas as explicações para um determinado acontecimento histórico, e o historiador acaba na berlinda, pois acaba correndo o risco de faltar contra a cronologia, errando a data dos acontecimentos e atribuindo a uma época ou a um personagem da história, sentimentos, costumes que não são de sua época.

As pesquisas em historiografia da educação pressupõem múltiplas possibilidades de fontes e materiais de análise, nas últimas décadas, os acervos jornalísticos, os museus escolares, os objetos da escola, uniformes, documentos e edifícios escolares têm se destacado enquanto fonte privilegiada de investigações, por permitir dar um rico sentido histórico-cultural, a investigação da cultura, da materialidade escolar e suas práticas (Vidal, 2005).

Para Paulilo (2019, p. 3) esse olhar atual e sensível para os suportes materiais que trazem para um texto “à leitura e aos artifícios de construção das fontes, quer elas sejam textos escritos, depoimentos orais, imagens ou artefatos, tem contribuído para desnaturalização da instituição escolar” e porque não dizer, da assistência ao escolar.

Observar a história da educação pelo viés da cultura escolar é entender como os objetos e recursos educacionais que vão desde o piso da escola, até os registros dos professores e sua evolução no processo de ensino constituem-se em elementos da cultura material escolar que contam histórias e guardam memórias, sejam elas políticas, sociais ou culturais.

Para Vidal (2005, p. 72) “os objetos e móveis localizados nas instalações escolares estão intrinsecamente ligados à constituição das práticas escolares atuais e antigas”, tais destaques enriquecidos com imagens e textos possibilitam “múltiplas histórias da escola e da educação”. A pesquisa documental em fontes jornalísticas e acervos escolares vem

ganhando espaço principalmente em pesquisas na área da história da educação, com isso os percursos teóricos metodológicos, opções e tratamento das fontes se alargam, de maneira a ampliar as possibilidades de descobertas do passado, a pesquisa com fontes documentais históricas tem se tornado um instrumento de grande valor para a investigação em história da educação, “principalmente porque fornece elementos que clarificam os debates realizados na esfera social, e que nem sempre estão próximos dos setores formais da prática escolar”. (Pasquini e Toledo, 2014. p .268).

Com a expansão da história, o surgimento de novos campos investigativos e com o processo de ligação entre as histórias que falam a mesma língua e dividem praticamente o mesmo objeto, ficou difícil estabelecer uma comunicação com os profissionais destes campos históricos diversos, conseqüentemente dificultando a construção de uma “História total” defendida pelos Annales.

Como destaca Burke (1992) “seria irrealista acreditar que esse objetivo poderia ser alcançado – mas alguns passos a mais foram dados em sua direção”. Alguns passos dados em direção a essa nova forma de fazer pesquisa em historiografia da educação, olhando para a cultura escolar e suas materialidades se liga diretamente à noção de fonte e de documento histórico que depende diretamente da abordagem adotada pelo pesquisador. Cellard (2008) exprime que definir documento é um desafio, haja vista que sua definição evolui ao passo em que as teorias metodológicas também evoluem.

Tendo a história social ampliado de maneira considerável a noção de documento “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”. Para Cellard (2008) objetos do cotidiano, textos escritos, documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, qualquer outro tipo de testemunho registrado, elementos folclóricos etc. podem ser fontes documentais (Cellard, 2008, p. 296-297).

Partindo da noção do alargamento de concepção de fontes e documentos que a cultura material se insere. Entendemos cultura material escolar como tudo aquilo que compõe o cotidiano da escola. Ciavatta (2009, p. 41) destaca que a cultura material escolar trata de “edifícios e seus espaços escolares, mobiliário, utensílios, materiais pedagógicos, manuais didáticos, troféus entre outros”. A cultura escolar é tudo aquilo que determina e define a incorporação de valores e práticas no cotidiano da escola, seja por meios de objetos e práticas materiais e imateriais.

Por se tratar de uma ferramenta teórica muito necessária e explorada nos estudos das relações entre escola e cultura, a cultura material escolar tem tornado “plausível o estudo da cotidianidade escolar, considerando: disciplinas, normas, práticas, currículo, arquitetura, tempo e espaço escolar, entre outros aspectos que muito diz sobre o viver e conviver das instituições escolares” (Bezerra; Grotti e Silva, 2021 p, 375).

Dessa forma, observar os escolares e a escola como todo, pelo viés da cultura escolar é entender que os objetos e recursos educacionais que vão desde o piso da escola, até os registros de alunos e dos professores e sua evolução no processo de ensino constituem-se em elementos da cultura material escolar que contam histórias e guardam memórias, sejam elas políticas, sociais ou culturais.

Para Vidal (2005, p, 72) “os objetos e móveis localizados nas instalações escolares estão intrinsecamente ligados à constituição das práticas escolares atuais e antigas, tecendo com os documentos textuais e fotográficos múltiplas histórias da escola e da educação”. Como salienta Paulilo (2019, p, 6), assim como “os edifícios e a sua arquitetura, os objetos escolares têm provocado questionamentos em relação à compreensão da história da escolarização e da constituição de uma memória social desse processo”. Estudiosos já se debruçam sobre a maneira de como objetos simples do cotidiano escolar, quanto a mesa, o quadro, a ardósia, o lápis de pedra, a pena metálica, o lápis de grafite, o papel e o caderno, recriaram a cultura e a aprendizagem dentro do espaço da escola.

Ainda de acordo com Certeau, (1982 *apud* Paulilo 2019, p. 81, grifo do autor) “[...] tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. É pensando na preservação e no resgate das memórias que este estudo se insere, na busca de demonstrar como esses simples objetos como lápis, cadernos, papel, uniformes estiveram imersos em uma cultura de assistência a infância pobre no território do Acre, contribuindo para explicar de que maneira e por quais ideais a Sociedade Pestalozzi compareceu no Território. Como muito bem frisou Juarez dos Anjos no parecer de qualificação, podemos dizer que desde o trabalho pioneiro nesta área, escrito por Arthur Moncorvo Filho, na década de 1920, muito se avançou no conhecimento sobre as práticas de cuidado e proteção voltadas à criança brasileira. Ainda não sabemos tudo: há instituições e lugares que não foram visitados pela pesquisa historiográfica, como é o caso da Sociedade Pestalozzi no Acre.

Assim, para chegarmos a esse intento, organizamos a estrutura textual dessa pesquisa da seguinte forma:

Primeiramente, temos estas “Considerações Iniciais”, em que contém a contextualização do tema, o problema de pesquisa, as questões de estudo, os objetivos gerais e específicos, a justificativa, sua relevância, os principais conceitos utilizados na investigação, bem como apresenta os caminhos teóricos e metodológicos da pesquisa, destacando as oportunidades e posturas do pesquisador mediante a ampliação de fontes e possibilidades de pesquisas em história da educação e da assistência relativas a cultura material escolar.

Na primeira seção, que consideramos de cunho histórico, com o título “Breve histórico da assistência a infância”, apresentamos uma abordagem histórica e sociológica do percurso da Assistência a Infância no Brasil, a partir do século XX.

Na segunda seção, “História da atuação da Sociedade Pestalozzi no Brasil: união entre poder público e filantropia” destacamos como se constituiu historicamente e socialmente a Sociedade Pestalozzi no Brasil desde seus primórdios enfatizando quais objetivos e representações estiveram vinculadas a essa organização filantrópica.

Na terceira seção intitulada “Ser sócio da Sociedade Pestalozzi é proporcionar aos alunos pobres da escola primária os meios materiais necessários à sua instrução e educação”: apresentamos a atuação da Sociedade Pestalozzi no Território do Acre (1945-1960), o percurso de sua organização de cunho filantrópico em solo acreano, destacamos objetivos, materialidades e que apropriações estiveram por trás dos ideais de assistência prestada pela Sociedade. E na quarta seção, ressaltamos quais sujeitos e instituições estiveram à frente da constituição e da assistência prestada pela Sociedade filantrópica, a fim de descrevermos quais representações e apropriações estes faziam da Sociedade e realidade que os circundavam.

Ao término do presente estudo, estão expostas as “Considerações Finais” apresentando uma retomada do trajeto realizado buscando relacionar os objetivos do estudo aos resultados encontrados. Ao final, encontram-se as referências, que foram elencadas com o intento de localizar e fundamentar as teorias e conceitos apresentados, possibilitando possíveis consultas. Para complementação, comprovação e validação dos argumentos expostos no texto, estão dispostos os apêndices.

1 BREVE HISTÓRICO DA ASSISTENCIA À INFÂNCIA

Por volta do final do século XIX e início do século XX surgem preocupações mais explícitas com as questões sobre a assistência e a educação das crianças, visando atender suas necessidades físicas, higiênicas, cognitivas e afetivas, trazendo uma melhor diferenciação de tratamento para com a infância. No entanto, em seus primórdios, tais preocupações eram de cunho preventivo, ou seja, voltado para cuidar das crianças pobres, “menores abandonados” para que não se tornassem delinquentes (Kuhlmann 2004).

Foi o desenvolvimento da industrialização e da urbanização que propiciou a entrada da mulher no mercado de trabalho. Voltada para as mães operárias surge a preocupação de criar instituições especializadas no atendimento à infância. Dessa maneira, inicialmente as instituições se apresentaram com caráter higienista e moralista, sendo compreendidas como continuação da família.

No Brasil, a maioria das mudanças ocorridas sobre a forma de ver a infância, foram pautadas em questões de moralização e no progresso da nação, visando de que maneira poderiam cuidar e educar as crianças para colaborarem com o avanço esperado. O país ansiava por modernização e estava envolto aos avanços da industrialização, necessitando de patriotas destinados a alavancar o país nesse sonho de nação progressista. Quanto a esse olhar sobre a infância, Rizzini (2011, p. 107) salienta que “era sobre a criança filha da pobreza, reprodutora do vício e da imoralidade, que a ação pública concentraria seus esforços”. Neste sentido, Kuhlmann (2000) destaca que na história da sociedade brasileira, devido a diversos fatores e percursos, o olhar para as crianças pequenas foi instituído a partir de concepções e modelos que se diferenciavam a partir da classe social a qual pertencia.

Essa distinção de modelos e fatores sobre a maneira de enxergar o atendimento à infância, como assistencial, higienista e preventivo começou a se modificar a partir das contribuições da Constituição Brasileira de 1988, chamada de Constituição Cidadã, na qual a criança passou a ser vista como sujeito de direitos. A partir da LDB (Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação) Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, a criança pequena passa a ser atendida em creches com ação educacional, tanto para pobres quanto para ricos, e não mais como cunho assistencial, de acordo com Kuhlmann (2004), contribuindo assim para despertar novas visões e concepções sobre a infância.

Atualmente, as pesquisas em torno da infância aumentaram consideravelmente, se tratando de assistência, direitos, proteção, saúde, educação e afetividade. Os olhares para a especificidade que a fase da vida deste sujeito histórico, político e social (a criança) apresenta, tem sido um leque ampliado de conhecimento para educadores, psicólogos, juristas e médicos. Entretanto, a teoria nos mostra que nem sempre os olhares viram essa fase da vida e estes sujeitos históricos e sociais dessa forma.

Por conseguinte, gostaríamos de ressaltar que historicamente a sociedade de cada época vem construindo olhares diferenciados para a criança e seu percurso de vida, por isso, trazemos em linhas gerais como proposta deste capítulo, destacar esses olhares e concepções históricas, sociais e culturais sobre a infância.

1.1 PARA DAR A VER: BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA E SEUS ENFOQUES ASSISTENCIAIS

Compreendemos que no decorrer do tempo tem se modificado os olhares sobre as crianças. Postman (2002) destaca que a infância surge na modernidade no centro da família burguesa. E para isso, ressalta que nenhuma ideia nova se concretiza sem que outras se modifiquem. Nesse sentido, com o conceito de infância após o advento da prensa tipográfica não foi diferente. Essa distinção moderna do adulto e da criança despertou um olhar mais atento e uma busca de maior compreensão sobre a especificidade que essa fase da vida que é a infância apresenta. Sobre esse surgimento de uma ideia de infância o mesmo autor salienta que:

não se deve supor que a ideia de infância surgiu já plenamente desenvolvida da prensa de Guttenberg e da aula do mestre-escola, é verdade que estes foram acontecimentos essenciais na formação da infância moderna. Mas como qualquer ideia, especialmente uma de importância mundial, ela tem significado coisas diferentes para pessoas diferentes em épocas diferentes. Como cada nação tentou entendê-la e integrá-la na sua cultura, a infância assumiu um aspecto singular conforme o cenário econômico, religioso e intelectual em que apareceu. Em alguns casos foi enriquecida, em outros negligenciada, em outros degradada (Postman, 2002. p.66).

Heywood (2004) acrescenta que outras sociedades em tempos e espaços diferentes teriam uma concepção de infância e de criança distintas. A concepção construída historicamente, socialmente, culturalmente, economicamente, psicologicamente e

politicamente. Em todas as épocas se teve um conceito formado sobre o entendimento de que a criança se difere do adulto, seja nos aspectos físicos e intelectuais, uma vez que, o que se diferenciava eram as concepções de infância que essas sociedades e sujeitos adultos tinham.

Diante de todas essas linhas gerais, para tal perspectiva, a criança é considerada um sujeito histórico, no entanto, cabe destacar que tem sua história escrita pelos adultos, ou seja, “a criança não escreve sua história, a história da criança é uma história sobre a criança” (Kuhlmann, 2000, p. 31).

Em meados do século XX, a infância começou a ser um objeto de estudo aprofundado no campo sociológico, como um campo singular, mas ainda em sintonia com outros campos de estudo como a sociologia da família e da educação. Antes, os estudos no que diz respeito a crianças eram fragmentados, conforme a especificidade e interesse da área de estudo, como faz saber Sarmiento (2013):

assim, os estudos médicos (os primeiros a tomarem a criança como objeto de conhecimento próprio) assumem o corpo doente versus o corpo saudável da criança como objeto; os estudos psicológicos elegem o desenvolvimento cognitivo e sócio moral da criança como foco central; os estudos educacionais e pedagógico tomam a condição da criança-aluna como centro de reflexão e de pesquisa; os estudos socioantropológicos clássicos adotam a condição da criança configurada pelas estruturas sociais e culturais como tópico de análise mais geral do conjunto da sociedade, e por aí adiante (Sarmiento, 2013, p. 14-15).

Quando se pensava na criança como alvo de alguma questão, os aspectos levados em consideração eram os aspectos construídos por narrativas prontas de profissionais que levaram em estima a sua parte de interesse de estudo, como destaca Freitas (2006):

a criança que se torna sujeito de um processo, qualquer que seja a sua natureza jurídica ou o objeto em debate, é apresentada com as práticas narrativas e discursivas do psicólogo, do médico, do jurista, do pedagogo, do assistente social, do sociólogo etc. Seu comportamento, ou a expectativa sobre seu futuro tornam-se, em centenas de processos, subordinados às considerações expressas naquelas fontes de estudo (Freitas, 2006, p.13).

Assim, é necessário entender que o contexto social é fator determinante para que se compreenda o papel que uma criança tem em determinada família ou sociedade, e nem sempre na história do país essa compreensão foi sensível, as dores da infância pobre.

Camara (2010, p. 24) destaca que a formulação do termo infância como sendo fase ou período de vida que requer cuidado, proteção e educação, traz a cena representações, acerca de perfis cambiantes de crianças, mas também de uma condição social que lhes faltava, por exemplo, a infância pobre, um estado de debilidade, de carência social e econômica.

Dessa maneira, historicamente no Brasil, devido a fatores culturais, sociais e econômicos o atendimento às crianças foi instituído a partir de dois modelos distintos: o primeiro para crianças pobres, de caráter filantrópico e ou assistencial e o segundo, de cunho educacional para as crianças das classes mais abastadas.

As primeiras ações de atendimento à infância no Brasil foram dos jesuítas que tinham como objetivo civilizar os indígenas para que se tornassem mão de obra da coroa e sendo assim acharam mais fácil educar as crianças por estarem ainda em formação (Couto e Melo 1998). Outro aspecto contribuinte que culminou no surgimento das instituições de atendimento à criança foram as iniciativas de acolhimento aos órfãos, tendo a finalidade de encobrir a vergonha da mãe solteira, a maioria filhas da Corte, embora essas iniciativas se voltassem mais para o lado caritativo.

Fatores como o abandono, a desnutrição, acidentes domésticos, maus tratos e mortalidade são motivos pelos quais a criança passou a ser assistida no Brasil, pois a mãe rica tinha como pagar uma babá, já a pobre tinha que deixar o filho sozinho sem os cuidados de um adulto, ou então com um adulto despreparado, no caso de não conseguir uma instituição que os abrigasse. Das causas que colaboravam para esse quadro alarmante no Brasil, estavam a ignorância dos adultos, sobretudo das mães, como também as precárias ou quase nulas condições de funcionamento das instituições que se destinassem ao atendimento das crianças.

Rizzini (2011, p. 111) destaca que uma das primeiras instituições brasileiras a zelar pelas crianças pobres foi a Roda dos Expostos, ou a Roda dos Excluídos. A roda, tinha o objetivo de receber as crianças rejeitadas, na maioria das vezes filhos fora do casamento, preservando assim a identidade de quem as deixava, pois, as crianças eram deixadas em um dispositivo de madeira que puxado por uma corda girava e dava acesso para dentro da instituição de caridade. Para Marcílio (2010), a roda deixava de ser apenas espaço de salvação da alma pelo batismo e caridade, e se tornava lugar de capacitação profissional para serem úteis a si e a nação.

A roda dos expostos foi abolida por volta da década de 1960 após inúmeras críticas dos médicos higienistas e dos moralistas, que enfatizam que dever-se-ia adotar métodos mais higiênicos e morais para a assistência, pautados nos conhecimentos da ciência médica. Dessa forma

sua existência não poderia ser mais tolerada: por um lado ela constituía um atentado à moralidade ao incentivar uniões ilícitas, que resultavam em filhos ilegítimos, anonimamente abandonados nas Rodas. Além disso, era sabido que em época de escassez, os pais entregavam seus filhos às Rodas para aliviarem-se dos encargos de cria-los; por outro lado, o amontoamento de crianças nos asilos feria todos os preceitos da higiene, o que era largamente atestado pela facilidade com que as crianças morriam naqueles estabelecimentos (Rizzini, 2011, p. 111).

Com diversos preceitos higiênicos feridos e alta mortalidade infantil, o movimento higienista volta seu olhar para a infância no final do século XIX, na busca de ensinar às crianças e às famílias hábitos de higiene e comportamentos socialmente aceitos. “A higiene passa a ser condição “sine qua non” de poder, progresso e de civilização”, destaca Rizzini (2011, p. 109). Vale ressaltar que essa implementação de instituições assistenciais de atendimento a infância pautadas em preceitos da higiene médica e da civilização, foram seguidas de algumas tendências amplamente divulgadas durante as primeiras décadas do século XX, sendo elas

[...] a Jurídico-policia, que defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham a intenção de combater o alto índice de mortalidade infantil, tanto no interior da família quanto como nas instituições de atendimento a infância (Paschoal; Machado, 2009. p. 83).

Essas tendências demonstravam ter uma visão bem pejorativas sobre as camadas populares. Kramer (1995) salienta que se tinha uma visão das crianças pertencentes às camadas pobres como inferiores, carentes e deficientes de alguns atributos sociais que deveriam ser compensados pelo poder público. Para Sanglard (2015, p. 135), a percepção acerca da infância, tanto a exposta quanto a que vivia no seio familiar, vai se modificando com o surgimento de novas especialidades médicas, como a puericultura⁶ (1863) e a pediatria (1872).

⁶ Ramo da medicina pediátrica que se vale de técnicas que visam cooperar com uma vida saudável da criança e da mãe desde o momento da pré-concepção até seus primeiros anos de vida. Tem como foco assegurar o pleno desenvolvimento físico e mental da criança até por volta dos 5 anos. (Ferreira, 1999). Conforme assinala

A referida autora acrescenta que o processo de controle da esfera pública sobre a infância se intensifica na segunda metade do século XIX com o surgimento das especialidades médicas voltadas para a infância, e mais ainda na virada do século XX quando se associam à questão social, quando se aumenta as críticas relativas à ausência do Estado na promoção de medidas assistenciais, destaca Sanglard (2015). Esses novos especialistas, “alicerçados em uma concepção positivista, vislumbravam na mortalidade infantil um obstáculo ao progresso e modernização do país” (Camara, 2010, p. 21).

Médicos, higienistas, filantropos e poderes públicos passam a se preocupar com duas questões: a delinquência infantil e a mortalidade infantil. Essas duas questões geram o que chamam de o Problema da infância (Sanglard, 2015. p.145). Entre os especialistas pioneiros na proteção e na assistência a infância está o médico Arthur Moncorvo Filho que defendia a organização de instituições que realizassem a proteção, a fiscalização e a educação higiênica, direcionada a infância e as famílias (Camara, 2011, p. 38). Moncorvo filho, via a necessidade de o Estado olhar para o problema da Infância:

tempo já é de organizarmos de uma maneira definitiva e eficiente a Assistência Pública no Brasil e os governos, ante as nossas prementes necessidades, nesse sentido, os grandes progressos das nações, do Velho e do Novo continente e o momento social que atravessamos tem a imperiosa obrigação de olhar carinhosamente para a resolução do palpitante problema, procurando como se exige hodiernamente, amparar a criança, o velho, o pobre, o doente, o indigente, o desvalido (Moncorvo Filho, 1924, página 128 – 129. *Apud* Camara, 2011).

No Brasil, setores da sociedade voltaram-se a pensar sobre a infância e os problemas sociais, dentre eles, a situação de vida, saúde educação e sobretudo, a moralidade. O processo de industrialização e de urbanização pelo qual as principais cidades do país passaram, acabou por impulsionar e acirrar os problemas sociais, transformando a pobreza em um tema de urgência debatido pelos principais teóricos, educadores, intelectuais, médicos e juristas.

Leite Filho (2008), a Puericultura: —representa, nos seus primórdios, a consolidação de um projeto iniciado na Europa, no século XVIII, que visava à conservação das crianças, essencial para os grandes Estados modernos, os quais mediam as suas forças pelo tamanho de seus mercados e exércitos. Ela pode ser considerada como uma prática da sociedade ocidental moderna, pois é na origem da criança moderna que a história social da puericultura encontra seu ponto de partida. Juntos, medicina e Estados, preocupados com suas populações, passam a privilegiar a infância (LEITE FILHO, 2008, p.45)

Camara (2010, p. 152) salienta que no Brasil a pobreza era vista como um fenômeno social, que deveria ser combatido, visando o bem comum da nação. Segundo a autora, “medidas tutelares sobre a população pobre foram recorrentes no sentido de conter os riscos que a sua presença implicava para a ordem estabelecida e para o bem-estar social”. Daí justificava-se a implementação de medidas e propostas de socorro provenientes tanto da esfera pública quanto particular, dentre elas as organizações filantrópicas. Câmara ressalta que

para minimizar os efeitos decorrentes dos males advindos com a pobreza e sua marginalização, a caridade, a filantropia, e a assistência constituíram-se como faces de um discurso que objetivava atingi-la, atenuando as suas causas. {...} o modelo de filantropia que se estruturou, então, foi baseado na aliança estratégica entre as iniciativas de cunho religioso, privado e estatal, através de subvenções e das gestões religiosas das instituições concebidas pelo Estado (Camara, 2010, p. 153).

Quanto a isso, Sanglard (2015, p 135) chama a atenção para a necessidade de refletirmos acerca do papel da Igreja Católica, como motivadora dos filantropos na criação e manutenção de instituições voltadas à assistência a infância. Embasavam-se em uma narrativa de proteção à infância e aos valores familiares e patrióticos e na busca de se resolver o que se convencionou chamar de “questão social”. A referida autora, destaca ainda, que a filantropia pode ser entendida, grosso modo, como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas.

o "fazer o bem", o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade é entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, doar largamente, daí a forte presença das grandes fortunas entre os principais filantropos. Contudo, tanto a caridade quanto a filantropia destinam suas obras aos necessitados. [...] nas regiões pobres ou fora dos muros da cidade, onde vivem os necessitados e onde se localizam os terrenos mais baratos, as fundações" (Duprat, 1996, p. 317 *Apud* Sanglard, 2003).

A pobreza deveria ser um problema a ser superado e a população pobre dentre elas as crianças, tinha direitos sociais que o Estado deveria resolver. Todas as medidas filantrópicas e de assistência que foram surgindo não eram vistas como esmola ou auxílio humilhante aos pobres, mas como “iniciativas que visavam reintegrar socialmente os deserdados de tudo, especialmente as crianças, eternas carecedoras das iniciativas de benesse pública ou privada” (Camara, 2010. p. 154). Esta mesma autora enfatiza que esse

novo ideário salvacionista da criança tinha na modernidade sua bandeira. E nessa bandeira, instituições de atendimento a infância, dentre eles: a escola primária, os jardins de infância, as creches, internatos, ambulatórios, preventórios, consultas a lactantes e gestantes e instituições de assistência estiveram em cena.

Quanto ao fato social da escolarização, Kuhlmann (2000) destaca que se explicaria em outros fatos sociais, envolvendo a demografia infantil, o trabalho feminino, as transformações familiares, novas representações sociais da infância etc. Diante disso, as instituições escolares para a infância foram difundidas internacionalmente, a partir da segunda metade do século XIX, como parte de um conjunto de medidas que conformam uma nova concepção de assistência, mas é somente no século XX que elas ganham força no Brasil. Camara (2011, p. 51) salienta que o alvorecer do século XX trazia a promessa de um período que anunciava a perspectiva de dar a ver a infância como objeto de intervenção de políticas públicas de bem-estar social por parte do Estado e da sociedade.

Segundo Oliveira (2005, p. 91), “até meados do século XIX, o atendimento de crianças longe da mãe em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil”. Como destaca a autora, isso vai mudando depois da metade do século XIX, com a abolição da escravatura e a migração das famílias rurais para a zona urbana, o que suscitou um alto índice de mortalidade infantil e abandono de crianças.

a abolição da escravatura no Brasil, suscitou, de um lado, novos problemas concernentes ao destino dos filhos de escravos, que já não iriam assumir a condição de seus pais, e, de outro, concorreu para o aumento do abandono de crianças e para a busca de novas soluções para o problema da infância, as quais, na verdade, representavam apenas uma “arte de varrer o problema para debaixo do tapete”: criação de creches, asilos e internatos, vistos na época como instituições assemelhadas e destinadas a cuidar das crianças pobres” (Oliveira, 2005, p.92).

Com o advento da modernização e da revolução industrial, que teve um impacto na mudança da estrutura familiar tradicional agrária, para uma estrutura industrial, as fábricas passaram a admitir muitas mulheres nas indústrias. Estas passaram a reivindicar um lugar de guarda e atendimento seguro para seus filhos durante o seu trabalho, posto que muitas crianças morriam por maus tratos. Algumas mães não tinham com quem deixar seus filhos deixando aos cuidados das “mães mercenárias” (espécie de babás baratas que cuidavam dos filhos das mães operárias). Devido a esses maus tratos, muitas reivindicações foram feitas.

as reivindicações operárias, dirigidas, inicialmente aos donos de indústrias, foram sendo, com o tempo, canalizadas para o Estado e atuaram como força de pressão pela criação de creches, escolas maternais e parques infantis por parte dos órgãos governamentais. Em 1923, a primeira regulamentação sobre o trabalho da mulher previa a instalação de creches, salas de amamentação próximas do ambiente de trabalho (Oliveira, 2005. p. 97).

Ainda segundo Oliveira (2005, p. 100) “desde o início do século até a década de 1950, as poucas creches fora das indústrias eram de responsabilidade de entidades filantrópicas laicas, e principalmente religiosas”. Para Kuhlmann (2011, p. 472- 476), a creche está associada historicamente à mãe trabalhadora. “A creche, para bebês, cumpriria uma função de apoio à família e seria exclusivamente para quando as mães necessitassem trabalhar. Isso significava à época, as mulheres pobres e operárias”, já a outra instituição, “O jardim de infância cumpriria um papel de moralização da cultura infantil, de educar para o controle da vida social”.

Entretanto, o jardim de infância era uma perspectiva mais elitizada (para os ricos), com o intuito de educar. Também existiam jardim para os pobres, mas havia uma diferença na proposta educativa, pois voltava-se mais para questões de guarda e cuidado, entretanto também educavam de alguma forma. Quanto a isso, Paschoal e Machado (2009) destacam que:

as creches, escolas maternais e jardins de infância tiveram, somente no seu início, o objetivo assistencialista, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças. Mas, no entanto, apesar de seu início estar mais voltado para questões assistenciais e de custódia, Kuhlmann (2001) ressalta que essas instituições se preocupavam com questões não só de cuidados, mas de educação, visto se apresentarem como pedagógicas já em seu início (Paschoal; Machado, 2009. p. 81).

Podemos perceber na literatura voltada para a historiografia da infância, que a sociedade brasileira, travou no início do século XX, um verdadeiro programa social e intelectual de reforma educacional e de higiene social, no qual a infância, sobretudo, a infância pobre, ganhou um papel de destaque. O século XX é conhecido na literatura sobre infância, como o século da criança⁷, pois em todos os países conhecidos como civilizados o problema em torno do que conhecemos como “proteção, tratamento, educação das

⁷ Lema proposto pela escritora sueca Ellen Key.

crianças constitui uma preocupação absorvente dos governos e de um sem-número de instituições públicas e privadas, com as mais variadas designações” (OLIVEIRA, 1929, p.8).

Dentre essas instituições filantrópicas que visavam proteger e reintegrar as crianças pobres na sociedade por meio de suas benesses, destacou-se a Sociedade Pestalozzi do Brasil, organização a qual, discorreremos no capítulo a seguir, buscando sublinhar de que forma esta chegou ao Brasil e quais princípios e ideais refletiam na assistência prestada à nação brasileira.

2 HISTÓRIA DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE PESTALOZZI NO BRASIL: UNIÃO ENTRE PODER PÚBLICO E FILANTROPIA

A história do atendimento as crianças pequenas no Brasil, se assemelha, de certo modo, à história da educação especial. Ambas as classes tiveram, inicialmente, sua educação assumida pela sociedade civil, por meio de entidades de cunho filantrópico, que partilhavam de uma visão compensatória. Algo faltava a esses seres que deveria ser compensado pela sociedade e pelo poder público do governo da época.

Santos, Gonçalves e Mantovani (2015) destacam que instituídas no bojo do sistema capitalista, as instituições de caráter filantrópico foram implementadas no Brasil por uma elite instruída, tendo ações centradas no apoio político.

Fundadas com mais intensidade na década de 1930, essas iniciativas filantrópicas tiveram a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1934) como pioneira, sob a chancela da educadora russa Helena Antipoff. Torna-se impossível falar sobre as Pestalozzis, sem falar de Antipoff. Helena é o nome por trás de todas as obras das SP no Brasil. É a partir do seu olhar sobre o sistema social, educacional e político brasileiro, na busca de uma modificação social, que surgem as iniciativas de implementação das Pestalozzis.

2.1 HELENA ANTIPOFF E AS PESTALOZZIS: ALENTO PARA “AS CRIANÇAS EM PERIGO MORAL”⁸

Helena Antipoff nasceu em 1892, na Rússia, formou-se em psicologia em Paris, nos anos de 1912 e 1916 Helena obteve em Genebra seu diploma, com especialização em psicologia da educação, pelo Institut Jean Jaques Rousseau. Por sua formação, Antipoff, era segundo Campos (2003), adepta e estudiosa da “escola ativa”⁹, acreditava em uma

⁸ A grafia se encontra entre aspas, por se tratar de expressão encontrada nas fontes bibliográficas, referentes a visão que se tinham sobre as crianças na época. Ressaltamos que neste trabalho, optamos por utilizar a grafia original das fontes documentais, buscando preservar assim a historicidade por trás da escrita.

⁹ A Escola Nova é um movimento de renovação do ensino que surgiu no fim do século XIX e ganhou força na primeira metade do século XX. Também chamada de Escola Ativa ou Escola Progressiva, a Escola Nova propôs mudanças no sistema de ensino, colocando o aluno no centro do processo de construção do conhecimento. Os criadores do movimento consideravam que os métodos de ensino tradicionais já não tinham tanta eficácia na realidade social do momento e não garantiam a preparação dos alunos para serem cidadãos bem adaptados ao convívio social. O surgimento do ideário da Escola Nova acontece inicialmente na Europa no fim do século XIX. O movimento, também chamado de Escolanovismo ou Escolanovista, surge como forma de questionamento e contraposição aos moldes tradicionais utilizados na educação até então. Foi baseado em ideias de Jean-Jacques Rousseau, Heinrich Pestalozzi, John Dewey e Freidrich Fröebel. Foi motivado pela rapidez das transformações sociais, políticas e econômicas da época, assim como suas consequências. Essas mudanças foram resultado principalmente das alterações causadas pela Segunda Revolução Industrial, ocorrida

educação que formava para o trabalho e para a autonomia crítica do indivíduo voltada para uma experiência social e científica.

No ano de 1929, Helena começa sua jornada pela educação brasileira, convidada pelas autoridades locais para lecionar em Minas Gerais e participar da implementação da reforma Francisco Campos¹⁰. Foi chamada para organizar um laboratório de psicologia pedagógica na Escola de Aperfeiçoamento, para as professoras do Estado e para promover investigações entre os alunos para as classes especiais.

Para compreendermos o papel que Helena Antipoff desempenhou na educação e na história da assistência brasileira, como também quais representações estiveram pautando sua jornada em nosso país, precisamos fazer um breve resgate histórico educacional da época. Hilsdorf (2017) e Ribeiro (1988) nos permitem fazer um mapeamento geral sobre as características econômicas, o contexto social e político do Brasil. Pode-se destacar que historicamente o Brasil, no início do século XX, vinha passando por uma ampla campanha na busca de expansão econômica, política e social, com alta valorização do nacionalismo, moralismo e patriotismo, visando se destacar e seguir o progresso no qual o mundo vinha desenvolvendo. Essa campanha foi amplamente divulgada entre 1930 e 1945, na chamada Era Vargas, que se desenvolveria num misto de avanços e retrocessos, de vanguarda e conservadorismo.

O Estado Novo, primeiro governo provisório de Getúlio Vargas surge nesse contexto e se caracteriza como o período em que por meio de um golpe de estado que usou como discurso uma ameaça comunista, Vargas se instaura no poder, governando de forma

no final do século XIX. No Brasil, a Escola Nova ganhou força a partir da década de 1920, sendo Rui Barbosa o pioneiro das ideias escolanovistas no país.

¹⁰ Primeira reforma educacional de caráter nacional, realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Essa reforma, de 1931, foi marcada pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”. Dentre algumas medidas da Reforma Francisco Campos, estava a criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial. Este último foi destinado à “formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”, construindo no seu espírito todo um “sistema de hábitos, atitudes e comportamentos pautados no movimento de renovação da educação.” Dessa forma, Francisco Campos havia dividido o curso secundário em dois ciclos de cinco e dois anos, respectivamente, o primeiro fundamental, e o segundo complementar, orientado para as diferentes opções de carreira universitária. A lei de 1931 previa, ainda, a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário, a ser feito por uma rede de inspetores regionais. As universidades também sofreram uma nova orientação, voltada para a pesquisa, difusão da cultura e maior autonomia administrativa e pedagógica. (MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Reforma Francisco Campos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/reforma-francisco-campos/>>. Acesso em 05 out 2023.) Ver reforma na íntegra em: [Decreto 19.890- 1931 Reforma Francisco Campos | HISTEDBR \(unicamp.br\)](#).

antidemocrática e com poder centralizado de 1937 a 1945, nesse período Getúlio desenvolveu, como ninguém, um tipo de política populista que se pautava em um Estado de Bem-Estar Social. Caracterizando-se como um Estado forte e que demonstrava uma maior preocupação com o atendimento à população infantil, já que estas eram vistas como o futuro do país.

Nesse contexto da Era Vargas, na busca do andar para frente, em nome da construção de uma nação moderna, em progresso, avançada, nacionalismo e autoritarismo marchavam lado a lado com o Estado Novo. O governo Vargas, buscou tal emancipação desenvolvendo uma identidade nacional e patriótica na nação brasileira por meio da educação, espelhando-se nas ditaduras fascistas e nazistas que vinham acontecendo mundialmente.

Tendo em vista a reprodução de práticas sociais internalizadas, o Estado Novo tinha como ideais de valorização a família, o trabalho, a religião e a pátria, definindo como sua cultura oficial o nacionalismo, o amor ao país e o culto aos heróis da nação (Hilsdorf, 2017). Como forma de legitimação e reprodução desses ideais, cabia à educação incorporar e difundir tais valores, como cabia também aos intelectuais e educadores da época moldar e expandir tais representações.

Nesse sentido, na perspectiva do Estado Novo, a educação tem um padrão civilizador, enraizado em uma concepção de evolução, mudança, transformação e educabilidade do sujeito, pautando-se em uma crença de que a educação possibilita o progresso humano. Dentro dessa matriz civilizatória de formação de um homem útil aos seus, a educação era usada como um dos aparelhos mais fortes de ideologia do Estado Novo, visando a legitimação e valorização da perspectiva política da época. Vargas via na escola um meio poderoso de organizar o coletivo. Não bastava somente instruir a população, era necessário incorporar valores morais que orientassem o comportamento coletivo, formando assim um novo brasileiro, civilizado a partir dos valores socialmente aceitos na época

Com a visão positivista de crença no progresso e na educação como alavanca dos padrões sociais, o governo instituiu práticas de educação preventiva, redentora e curativa do sujeito, justificadas na tríade, instrução, moralização e civilização, pautadas nos valores médicos, sanitários, juristas, culturais e morais que buscavam inserir o sujeito nas práticas sociais, como um bom cidadão, incumbindo à educação a função de gerar o cidadão conhecedor da sua utilidade e força para elevar o padrão da nação brasileira.

A educação no tempo de Vargas, trazia consigo um olhar otimista sobre a pedagogia e a educação, otimismo que se pautava na crença sobre o poder da educação de formar, por meio de sua influência, o brasileiro perfeito desde a sua infância, autorregulado, bom cristão, bom trabalhador, boa mãe, bom filho, patriota. Entendendo civilização no sentido de elevação dos padrões sociais, o otimismo da época via na formação desse novo homem, uma certa melhoria na sociedade por meio da educação civilizatória, educação essa, com uma função um tanto quanto desafiadora, de elevar o padrão nacional sem mexer na estrutura social.

Conforme Boto (2010), educar é civilizar, é prevenir a barbárie do sujeito. Para que os sujeitos deixem seus impulsos de lado é necessário estabelecer padrões de moral universais. Por meio de práticas educativas civilizatórias e nacionalistas os tornariam sujeitos moralmente emancipados e civilizados, que seriam capazes de controlar seus aspectos selvagens, capazes de colocar a coletividade à frente do seu individual e contribuindo, assim, com o desenvolvimento da nação brasileira. Tal ideal de emancipação, deveria ser incorporado pelo meio social. Os legisladores viam na educação o meio de difundir e inculcar nas mentalidades os ideais nacionalistas de modernização e construção de um homem distante de seus instintos selvagens, um cidadão perfeito, a fim de serem aceitos socialmente.

A sociedade estava mudando, a busca pelo novo país, mais urbanizado e avançado, toda a agitação e sentimento de mudança chegaria até a organização escolar. A educação deveria acompanhar o que vinha emergindo e ser motor para essa mudança de nação que deixaria de ser subdesenvolvida e atrasada em relação as outras nações do mundo. O que nos traz à um dos principais argumentos da época, o de que se renova a sociedade por meio da escola e da educação. Argumento esse rebatido veementemente por Helena Antipoff. Rafante e Lopes (2009, p. 9) ilustram uma fala importante da educadora russa, a de que “jamais a educação se tornará a cura que dela espera a sociedade”. Ora, estando a educação tão desigual, jamais ela trará a emancipação esperada.

Apesar de a política social desenvolvida pelo Estado ser voltada para o cunho assistencial, nesse contexto de mudanças políticas e sociais, Helena Antipoff observou que o futuro das crianças estava diretamente ligado à sua classe social, e ao meio a qual pertenciam, se eram abastadas, filhas de operários ou socialmente abandonados. Os novos

ideais nacionalistas e as reformas educacionais implantadas¹¹, continuaram mantendo a seletividade na formação e as relações de dominação. Criou-se dois tipos de formação¹², uma para elite, que formava para o pleno desenvolvimento do pensamento (para comandar) e outra, para o povo que formava o trabalhador, a mão de obra da indústria. Um mútuo jogo de interesses, com o objetivo de transformar a sociedade e tirar o país do subdesenvolvimento. Ideais esses que buscavam erradicar o que era diferente, colocando a população, sobretudo, a criança escolar, dentro de um padrão socialmente aceito.

Por razões políticas e sociais o acesso à educação era restrito, e uma parte considerável da população ficava excluída desse processo. Antipoff, nas suas investigações, logo percebeu o descaso político em que as crianças brasileiras se encontravam, viu que a escola não estava atendendo as necessidades das crianças que se encontravam em “perigo moral”. Por isso, segundo Campos (2003, p.13 -14) ela propôs ao apelo social de melhorar a vida da infância miserável, buscando evitar que futuramente se tornassem adultos não só miseráveis, mas também perigosos e revoltados. Nasce, assim, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, visando atuar no foco da exclusão social, no intuito de resguardar os direitos das crianças em situação de risco social.

Retomando nosso foco, sendo ele de compreender os passos de Antipoff no Brasil, ela, como dissemos, cria a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte, juntamente a um grupo de educadores, médicos e religiosos. Campos (2003) destaca que a instituição tinha o objetivo de promover o cuidado das crianças “excepcionais”. Rafante e Lopes (2009, p 24) acrescentam que o termo “excepcional” aparece grafado com aspas por se tratar de um conceito específico de um período histórico. Trata-se um termo que caracteriza e inclui crianças e adolescentes que se desviam de seus grupos, em termos de características e comportamentos mentais e sociais. Crianças indisciplinadas, com perturbação de caráter,

¹¹ Nesse contexto enfatizamos a Reforma Francisco Campos, como também as reformas posteriores, voltadas para a organização do ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) e do ensino secundário (Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942), que instituiu no Brasil o sistema educacional de três graus, sendo o ensino superior regido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931). O ensino de primeiro grau era constituído pelo ensino primário de quatro ou cinco anos, sendo obrigatório para crianças de 7 a 12 anos e gratuito nas escolas públicas. O ensino de segundo grau, posterior ao primeiro, também chamado de ensino médio, era destinado a jovens de 12 anos ou mais. Compreendia cinco ramos, sendo um deles com a finalidade de preparação para o ensino superior e os demais para formar força de trabalho para os principais setores de produção: o ensino industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal. Este último para formação de professores para o ensino primário.

¹² Modelo dualista, que deriva das leis orgânicas do ensino, e que oficializa esse modelo escolar de dois caminhos bifurcados. A teoria da escola dualista é uma teoria que afirma que a escola está dividida em duas grandes redes, a burguesa e a proletária, explicada pela divisão da sociedade em duas classes opostas. Segundo essa teoria, a escola serve como aparelho ideológico apenas à burguesia na luta contra o operariado. Essa teoria foi elaborada por C. Baudelot e R. Establet e exposta no livro *L'École Capitaliste en France* (1971).

antissociais, e particularmente difíceis de educar, essas eram as crianças “excepcionais” para Helena Antipoff¹³.

Rafante e Lopes (2009, p. 5 e 6) enfatizam que as crianças que necessitavam de uma educação especial eram provenientes das classes mais pobres. Por meio das classes especiais e testes de inteligência, Helena pode observar que “crianças inteligentes no meio operário eram raras”. Por isso, viu a necessidade de criar instituições para receber essas crianças “excepcionais”. As autoras enfatizam que o atendimento prestado visava adaptar os recebedores de suas benesses a uma realidade social pré-estabelecida.

A Sociedade Pestalozzi caracterizava-se como uma Sociedade civil, mantida por doações da Sociedade em geral. Era destinada a proteção da infância visando a preservação da Sociedade e da raça contra as influências nocivas para a saúde mental e para o equilíbrio moral. Apesar de se apresentarem como instituições filantrópicas, Campos (2003, p 15) destaca que as obras das Sociedades Pestalozzis do Brasil tinham o apoio do governo estadual e federal na época. Tais instituições atendiam crianças abandonadas com “sérios problemas de ajustamento”, buscando reintegrá-las a Sociedade, demonstrando os benefícios civilizatórios da escola.

Como apontam Rafante e Lopes (2009, p 16), a assistência aos “excepcionais” prestava um serviço à Sociedade na medida em que os preparava para serem capazes de ganhar a vida, quer dizer, torná-los aptos para o trabalho, se ajustando ao meio, para que pudessem sobreviver, independente da ajuda do Estado, não sendo um peso para a Sociedade. Antipoff, por meio das suas organizações, chama a atenção da sociedade civil para o “problema da infância brasileira”. Helena observou que no Brasil, embora sem haver, guerras ou desastres naturais/sociais as crianças viviam miseráveis, por puro descaso político.

Seu legado e atuação no foco da exclusão social é incomparável, rendendo a criação de Pestalozzis por vários pontos do país, no início do século XX, a saber:

1934 – Funda a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais;

1945 – Surge a Sociedade Pestalozzi do Brasil, com base na de Minas;

1948 – Implementa a Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro, está com uma característica mais assistencialista.

¹³ Helena Antipoff, chamou essas crianças desajustadas de excepcionais sociais. São aquelas cujas condições familiares ou sociais impediam uma adequada estimulação. (Ver Heulalia Rafante e Lopes 2009).

Borges e Barbosa (2010, p. 2) enfatizam que “todas as entidades tinham como público-alvo as crianças consideradas fora do padrão de normalidade pretendido na época”. E acrescentam que a criação da Sociedade Pestalozzi se insere em um contexto no qual a filantropia se afirmava como ferramenta para promoção da proteção à infância. Já que o Estado não destinava para a infância um olhar mais sensível, cabia a sociedade civil, por meio da filantropia, ter compromisso com a infância e com a preservação da ordem social, por meio da filantropia e da caridade. Campos (2010) salienta que esta organização

[...] se destinava a oferecer tratamento especializado e atividades educativas aos portadores de deficiências e a crianças desajustadas: Era assim que a SBP chegava a todos: o povo, a criança da favela, a criança limitada, a desajustada, em rasgos abertos para a rua e para a comunidade (Campos, 2010, p. 77).

A população de crianças que se encontravam abaixo da linha pobreza eram consideradas “anormais” ou “excepcionais. E a essas eram ofertados nas instituições serviços essenciais, a qual o Estado não supria. Borges e Barbosa (2010, p 10) evidenciam que existia uma troca entre Estado e filantropia, a qual a “Sociedade Pestalozzi de Minas recebia apoio financeiro do poder público, ao mesmo tempo que prestava serviços relevantes para a secretaria de educação”. Serviços educacionais, médicos e sociais, referentes a cursos de formação de professores, teatros para as crianças carentes, consultório médico pedagógico, serviços dentários, oficinas pedagógicas, centros de internato e semi-internatos, fazendas agrícolas, dentre outros. De acordo com Campos (2010, p. 7) os ideais da Sociedade Pestalozzi visavam a “higiene mental” e os preceitos higienistas:

esses mecanismos de intervenção visavam à melhoria da raça humana e, em conseqüência, uma perfeita harmonia social, refletindo a presença das idéias eugênicas no Brasil. Divulgadora dessas idéias, a Sociedade Pestalozzi vai buscar concretizá-las com a criação de instituições para atender às crianças “excepcionais”: o Pavilhão de Natal (1934), o Instituto Pestalozzi (1935) e a Fazenda do Rosário (1940). A criação desse tipo de instituição estava prevista no Estatuto da Sociedade, cuja finalidade era proteger a infância no sentido de “(...) fornecer-lhe meios para melhoramento de seu estado mental, moral e social, de sorte que na idade adulta, pese ela o menos possível à Sociedade” (Sociedade Pestalozzi, 1939, p. 3 *Apud* Campos 2010).

Todo esse trabalho filantrópico de busca de elevação da formação saudável da população infante, todas essas representações sociais assistencialistas foram apropriadas

em diversos estados do Brasil, inclusive no território do Acre implementados por Maria Angélica de Castro, celebre educadora que atuou em território acreano, e que teve uma íntima relação com Helena Antipoff, de quem foi assistente até 1938, no Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento em Minas Gerais, tendo um papel importante na implementação da SP no Território do Acre.

Dessa maneira a seção seguinte busca apresentar de que forma a Sociedade Pestalozzi se organizou no território acreano, quais serviços e proventos materiais destinou à infância pobre. E quem foram os sujeitos e instituições que contribuíram com a missão da Sociedade Pestalozzi do Território do Acre. É sobre tais aspectos que discorreremos a seguir, partindo das inferências e vislumbres que as fontes nos permitiram.

Os dados preliminares observados no Jornal - O Acre¹⁴ acabaram caminhando inicialmente para aspectos relativos ao uso do uniforme escolar como uma cultura de nivelamento de ricos e pobres. Quanto ao fornecimento de materiais escolares, fardamento e merenda escolar, a hipótese levantada foi a de que esta assistência era pensada para que os alunos pobres pudessem de alguma forma contribuir com o projeto de nação que se buscava à época, projeto esse pautado na modernização do país e do Território do Acre.

¹⁴ O jornal "O Acre" era um semanário que funcionava como um diário oficial, noticiando os regulamentos sobre a educação, relatórios de governo e de diretores de educação, inaugurações de prédios escolares, notas de alunas do Magistério. Também publicava os discursos dos educadores da época, as notícias sobre reformas ocorridas nos espaços físicos escolares e na legislação, aquisição de material para as escolas, quadros estatísticos sobre a educação e as ideias de cada novo diretor ou inspetor de ensino chegado ao Território, pois estes eram oriundos de outras cidades ou eram acreanos que haviam saído para estudar em outros Estados. Em cumprimento a determinações legais do período, professores, diretores, inspetores e secretários de educação registravam com minúcias no Jornal O Acre a organização administrativa e didático-pedagógica, as ocorrências profissionais, os eventos comemorativos e os problemas do ensino público no Território. Esses fatos fornecem muitos elementos para a compreensão das práticas e do cotidiano dos estabelecimentos escolares e conseqüentemente do ideário que embasava o ensino nos anos de 1946 a 1951 (CASTRO, 2011. P. 18).

3 “SER SÓCIO DA SOCIEDADE PESTALLOZI É PROPORCIONAR AOS ALUNOS POBRES DA ESCOLA PRIMÁRIA OS MEIOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À SUA INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO”: ATUAÇÃO DA SOCIEDADE PESTALLOZZI NO TERRITÓRIO DO ACRE

Um decreto de 1940, que cria o Departamento Nacional da Criança, Decreto lei Nº 2.024 de 17 de fevereiro, (Decreto encontrado no texto de Rafante e Lopes 2010) destaca que “o território do Acre deveria organizar com recurso próprio e com auxílio federal, um sistema de serviços destinados a proteção da infância”. Serviço esse que foi consolidando-se a curtos passos. Assim, nomeado pelo presidente da República Eurico Gaspar Dutra, Guiomard Santos teve sob sua administração (14/02/1946 a 30/05/1950) um grande desafio para promover mudanças na melhoria das condições de vida da população infantil do Acre.

Liberal e defensor do ideal democrático, acreditava que o progresso e a modernização do Território somente ocorreriam por meio da participação massiva da população. Quanto ao projeto educacional de Guiomard Santos, constava o de modernização e expansão do ensino. “Esse projeto ficou a cargo da Diretora do Departamento de Cultura, a professora Maria Angélica de Castro” (Grotti; Carvalho, 2021 p, 425). Antes de apresentarmos qual foi o papel desempenhado e qual relação estes dois sujeitos estiveram com a SP do Território do Acre, (o que faremos mais à frente), consideramos situar brevemente o contexto histórico, político e social da época.

O Estado do Acre passou ao longo de sua história por mudanças bem peculiares em suas configurações político-administrativas, distinções essas que vão desde seu pertencimento à Bolívia, à sua anexação ao território brasileiro, em 1903. Das suas três configurações destaca-se departamentos autônomos até o ano de 1920, Território Federal Unificado e, por fim, Estado da Federação em 1962.

Na passagem do século XIX e XX, a história das terras que conhecemos e que fazem parte do estado do Acre, foi alvo de uma intensa disputa entre Bolívia e Brasil que se iniciou em 6 de agosto de 1902, na chamada “Revolução Acreana” confronto intenso onde ocorre a tomada da vila da cidade de Xapuri. Historiadores acreanos a destacam como uma revolução que foi intensa e de inúmeros confrontos, na medida em que “a Bolívia, apenas perturbada em sua soberania, não abrisse mão dos direitos que lhe reconheceu o governo federal, ante aquela sublevação da população acreana” (Costa, 1973, p. 54).

Plácido de Castro ¹⁵ foi um militar que liderou essa batalha em busca de emancipação política e anexação das terras acreanas ao Brasil. Em 24 de janeiro de 1903 houve a derrota das forças bolivianas e a tomada de Porto Acre. As terras foram conquistadas e declaradas Estado Independente do Acre, tornando Plácido de Castro governador. Ao fim da revolução, foram feitas negociações diplomáticas com a figura de Barão do Rio Branco ¹⁶ como ministro das relações exteriores, instituído pelo então Presidente da República Rodrigues Alves e iniciam-se as intensas movimentações burocráticas, resultando na assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903. Foi acordado com esse tratado, além de outras questões, os limites definitivos entre Brasil e Bolívia e uma indenização monetária na quantia de 2 milhões de libras esterlinas pagas à Bolívia, (COSTA, 1973).

Depois de incorporado o território se organizou político-administrativamente e sob decisão do então presidente Rodrigues Alves ficou acordado que o território seria administrado diretamente pela União. Surge então, a primeira organização político-administrativa do território conhecido como o período departamental, através do Decreto nº 5.188, de 7 de abril de 1904, perdurando entre os anos de 1904 e 1920 (Costa, 1973). O recém anexado território passa a ser organizado administrativamente em três departamentos autônomos: Departamento do Alto Acre, Departamento do Alto Purus e

¹⁵ Plácido de Castro foi um militar e político brasileiro que nasceu em São Gabriel, Rio Grande do Sul, em 9 de setembro de 1873 e faleceu em Seringal Benfica, Acre, em 9 de agosto de 1908. Ele era descendente de uma família de militares e seu pai havia lutado na Guerra do Paraguai. Plácido de Castro estudou na Escola Militar e, quando estourou a Revolução Federalista, ele se aliou a Gumerindo Saraiva, líder dos maragatos, que defendia o sistema parlamentar de governo e a centralização política, com o fortalecimento do governo federal. Em 1899, Plácido de Castro partiu para o Amazonas em busca de fortuna. Chegando ao atual Estado do Acre, àquela época ainda pertencente à Bolívia, mas praticamente ocupado por seringueiros do Brasil, ele trabalhou na área do rio Purus. Plácido ficou sabendo do arrendamento que o governo boliviano pretendia concluir, entregando a região ao Bolivian Syndicate, de norte-americanos e ingleses, concedendo-lhes o direito de extrair a borracha por vinte anos. Contaminado pela onda de revolta que tomou conta dos seringueiros, Plácido participou da reunião que formou uma Junta Revolucionária em julho de 1902. Os objetivos da junta eram a independência do Acre e sua integração ao Brasil. Formou-se nos arredores de Xapuri um exército de dois mil seringueiros que tomaram o povoado. As guarnições enviadas de La Paz não conseguiram debelar a revolta, pois os seringueiros, instruídos e comandados por Plácido, utilizaram táticas de guerrilha e surgiram inesperadamente do meio da floresta, fazendo ataques relâmpagos. Poucos meses depois, toda a região do rio Acre já se encontrava em poder dos seringueiros, que atacaram então o último reduto boliviano, Porto Acre. Os combates duraram três dias, ao fim dos quais se proclamou o Estado Independente do Acre. Sabendo que o presidente da Bolívia preparava um ataque fulminante sobre a região, o governo brasileiro decidiu intervir. O ministro das Relações Exteriores barão do Rio Branco iniciou as negociações que selaram o Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903. Segundo o tratado, o Brasil adquiria o Acre pela quantia de 2 milhões de libras esterlinas e cedia algumas terras no Mato Grosso. Plácido de Castro foi governador do Estado Independente do Acre entre 7 de agosto de 1902 e 25 de fevereiro de 1904. Depois disso ele adquiriu um seringal e tornou-se gradualmente um dos maiores seringalistas da região.

¹⁶ José Maria da Silva Paranhos Júnior, conhecido como Barão do Rio Branco, nasceu no Rio de Janeiro em 1845, foi um diplomata, jornalista e político brasileiro. Exerceu o cargo de ministro das relações exteriores entre 1902 e 1912, sendo responsável por resolver diplomaticamente a disputa de terras de fronteira, entre elas, a disputa entre Brasil e Bolívia. Em sua homenagem, as terras que hoje formam a capital do estado do Acre deixaram de se chamar Vila Penápolis para se chamar Rio Branco. (SOUZA, 2005).

Departamento do Alto Juruá. Cada um possuía uma sede própria ¹⁷e um prefeito indicado diretamente pelo Presidente da República. Em 1912, essa forma de organização é ampliada, ao criar-se o Departamento do Alto Tarauacá, através do Decreto Lei nº 9.831, tendo como sede o município de Tarauacá.

De acordo com Souza (2005), a condição Departamental, com organização de prefeituras autônomas e fragmentadas se encerra com a publicação do Decreto n. 14.383, de 1º de outubro de 1920. O Acre passa novamente por uma reorganização político-administrativa, funcionando agora como Território Federal Unificado e passa a ter um único governador ou interventor federal, indicado diretamente pelo Presidente da República. O município de Rio Branco torna-se a sede, administrativa de toda a região acreana. Os outros municípios/municipalidades como Sena Madureira/Purus, Cruzeiro do Sul/Juruá, Xapuri e Tarauacá continuam existindo, no entanto, seus prefeitos seriam nomeados pelo governador do Território. A criação do Território Federal do Acre, representou um grande avanço político e administrativo para a região, proporcionando a descentralização da administração pública e a autonomia na execução de políticas públicas. Tais medidas adotadas no plano administrativo visavam colocar o Acre em pé de igualdade com os demais estados brasileiros.

Essa forma de organização perdura até o ano de 1962, quando o Território do Acre é elevado à categoria de Estado da Federação. Vale destacar que neste período que se estende de 1920 a 1962, assumiram a direção do território um total de 51 governadores e interventores nomeados diretamente pelo Presidente da República, alguns permanecendo apenas poucos meses na gestão do território (SOUZA, 2005). Essa grande rotatividade de governadores gerou severas descontinuidades nos projetos educativos e de assistência. Tantas mudanças de interventores nos faz abrir os olhos para as diversas representações e apropriações que tais sujeitos trouxeram para a política e para a organização social da época. Cada um com ideais que se diferenciavam, dado que vários partidos políticos participaram dessa unificação.

Indo ao encontro ao nosso recorte temporal, a década de 1940 foi um período de significativas transformações para o território do Acre. À época, a região era uma das mais isoladas e menos desenvolvidas do nosso país, possuidora de uma economia baseada essencialmente na extração da borracha e da madeira. Com o fim do período da borracha

¹⁷ Com sede em Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.

na década anterior, o Acre enfrentou uma crise econômica e social. Para o enfrentamento dessa crise sem precedentes, o governo federal empreendeu uma política de colonização para solucionar o problema e atrair novos habitantes para a região da Amazônia.

A região, que há pouco tempo havia enfrentado uma crise econômica pela queda da demanda da borracha, agora se reorganizava para se desenvolver em outras áreas. O governo federal implementou políticas de colonização e desenvolvimento regional no Acre. Uma das principais estratégias foi o incentivo à agropecuária para suprir as necessidades alimentares da região e gerar excedente para a comercialização. Grotti (2016) salienta que neste período

brasileiros, nordestinos, principalmente do estado do Ceará, vieram para a região Amazônica fugindo da seca que assolava sua região. Essas terras pareciam-lhes uma boa solução, de modo que, influenciados pela Campanha do governo federal em prol da ocupação da Amazônia, muitos deles acabaram se estabelecendo no Acre (Grotti, 2016, p.108).

O Território do Acre, nos anos de 1940 a 1960, viveu um período de transformações sociais, políticas e econômicas significativas. O contexto geral do Brasil nessa época influenciou diretamente a região, que passou por mudanças importantes. O Período Getulista (1930-1945) exerceu uma forte influência sobre o Acre. A região passou por um processo de integração mais efetiva ao restante do país, com a construção de estradas, desenvolvimento da infraestrutura e modernização da economia.

O uso de estradas pavimentadas foi um importante marco para o desenvolvimento da região, demonstrando o anseio local de se fazer parte da modernidade que o Brasil vinha cursando. Sobrinho (2016) ilustra que esse período foi denominado de tempos modernos para o território, já que passou por distintas e inúmeras modificações.

A expressão "tempos mais modernos" era comumente usada pelos habitantes do Acre para se referir ao período específico entre 1946 e 1950. Essa designação se justificava pelo fato de que nessa época, o território do Acre experimentou diversas melhorias, como a introdução de carros particulares, construções em alvenaria, sistemas de telegrafia, transporte aéreo, geração de energia elétrica, produção de cerâmica e oficinas mecânicas, aumento do rebanho bovino, investimentos em recursos educacionais, bem como a conclusão e construção de várias obras públicas, incluindo escolas, hospitais, delegacias e outros órgãos governamentais. Nesse contexto, a noção de "moderno" estava intimamente ligada às transformações na infraestrutura da cidade (Sobrinho, 2016, p.4).

No anseio pelo moderno, destaca-se no Acre no período pesquisado, uma ampla campanha de busca de expansão econômica, política e social, com alta valorização do nacionalismo, moralismo e patriotismo, visando se destacar e seguir o progresso no qual o Brasil vinha desenvolvendo no século XX. No que se refere à educação voltada para as crianças, o padrão que imperava quanto ao tratamento, currículo e posturas didático-pedagógicas buscava refletir as mentalidades da época.

No recorte temporal escolhido para esse estudo, a região acreana, se inseria nacionalmente em um contexto político que segue de 1930 a 1945 conhecido como a 'Era Vargas', caracterizado por uma crise econômica nacional que resultou no golpe de estado que inseriu o 'Estado Novo' em 1937, conduzido por Getúlio Vargas. Esse período, como destaca Andreotti (2006), gerou o andamento de expansão e intensificação do sistema capitalista, no contexto da educação, a Era Vargas a entende como um direito constitucional, e a usava simultaneamente de propaganda aos ideais do governo.

O período conhecido como Nacional desenvolvimentista, a qual nosso estudo também abrange, sucede a Era Vargas e como salienta Andreotti (2006), caracteriza-se pela busca de estruturação na educação nacional, com ideias voltadas para a educação profissional como forma de preparo de mão de obra para o período de intensa industrialização que tomava forma no país. Assim dado os contextos, a sociedade acreana estava buscando acompanhar as mudanças, e colocá-las em prática no Território com vistas à modernização educacional e social. Havia toda uma agitação e sentimento de transformação que emergia no país e este chega até a organização escolar acreana. Andreotti (2006) ressalta que

nesse contexto de expansão das forças produtivas, a educação escolar foi considerada um instrumento fundamental de inserção social, tanto por educadores, quanto por uma ampla parcela da população que almejava lugar nesse processo. Às aspirações republicanas sobre a educação como propulsora do progresso, soma-se a sua função de instrumento para a reconstrução nacional e promoção social (Andreotti, 2006, p. 105).

Era justo que a educação acompanhasse o que vinha emergindo e ser motor para essa mudança de população que deixaria de ser atrasada em relação às outras do país. Esse era um dos principais sentimentos e argumentos brasileiros da época, a fé na emancipação do sujeito atrasado, por meio da educação, da assistência e da filantropia,

levando em consideração que a pobreza infantil e familiar deveria ser combatida por meio desses vieses (Rizzini, 2011).

Nesse ínterim político, educacional e social que se inicia nas décadas de 1930, se intensificam em 1940 e se estende as décadas de 1950 e 1960, se evidenciam e se expandem as atividades de assistência à criança pobre, de modo a buscar resolver o “problema da infância” como requisito de se atingir a modernidade no país. Pautando-se nesses ideais de progresso da nação, se acentuam a preocupação com a infância pobre, dessa forma, a infância passa a ser concebida como um problema social, dentro dessa perspectiva, amparar, dar assistência à criança pobre e resolver o “problema da infância” era trabalhar para o melhoramento da nação (Rizzini, 2011).

Os olhares voltam-se para quem anteriormente não era visto socialmente, o olhar se direciona para as crianças, passando estas a serem o futuro da nação. O entendimento sobre infância adquire novo sentido social, ou seja, a “criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado” já que a criança passa a ser vista como o sujeito que vai salvar e modernizar a nação (Rizzini, 2011, p. 24-25). Assim em âmbito local, no Território do Acre, a infância ganha um foco a mais, pensado através de questões que se delineiam em torno da assistência e escolarização da criança

a infância ganha um foco de prestígio que, até então, não havia recebido. De uma criança pensada como uma mão de obra a mais para o sustento da família, a uma criança acreana que passa a ser tratada, nesse processo de reorganização da instrução pública primária, como sendo um sujeito que precisa de cuidados e de uma educação segundo novos padrões de sujeito moderno (Barbosa Sobrinho, 2016, p. 72).

Partindo do “olhar retrospectivo, próprio do historiador” (Luz; Anjos, 2022) olhar esse que se evidencia por meio de suas fontes, percebemos que partindo desta proposta de reorganização da instrução pública, o olhar diferenciado para a infância acreana por meio das iniciativas de cunho educacional e de instituições de assistência vinham de pessoas de outros estados onde as concepções pedagógicas eram bastante marcantes e bem mais desenvolvidas em termos de aprendizagem e socialização infantil.

O jornal O Acre de 1960 trata de uma “Carta do Rotary Club” sobre a cidade de Rio Branco e nela é destacado que a cidade estava em crescimento e em franco progresso, indo ao encontro do que Kuhlmann (2011, p. 470) destaca sobre essas instituições serem

“parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização”. Cenário no qual o Território se encontrava, em termos de busca de urbanização e modernização.

O jornal O Acre de 1959, que trata de uma homenagem a madame Eunice Weaver¹⁸, presidente da “Associação de Assistência aos Lázaros”, e uma das fundadoras do Educandário Santa Margarida¹⁹, fala sobre a assistência e moralização da criança para o progresso, para civilização e de acordo com ela principalmente para serem autônomas educadas e não esperarem sempre pelo governo, o que demonstra interesses civilizatórios, na busca de isentar o Estado de responsabilidades futuras.

é assim, para isso que nós estamos educando estas crianças, para dizer a cada uma delas: você, hoje, aprende a dançar com essa graça, esse encanto que estes pequeninos fizeram há pouco, amanhã, você aprenderá a usar as mãos e a sua cabeça para engrandecer a sua terra. Ela vai orgulhar-se de você e você dela (O Acre, 1959).

Na busca de se fazer moderno, o fator da civilização e formação moral por meio da escolarização se tornou importante para os legisladores acreanos. Nessa década, a obrigatoriedade da educação escolar para todas as crianças, não somente as abastadas, se fez presente com maior destaque no cotidiano social acreano, resultando em punições aos familiares que não enviassem seus filhos à escola. No contexto em que a criança contribuía com o sustento da família, o governo do território precisou trabalhar em meios para o convencimento dos pais, “afinal de contas, enviar um filho à escola, além de simbolizar um desfalque no orçamento familiar, imprimia ainda um gasto a mais à família com a educação da criança (Barbosa Sobrinho, 2016, p. 94).

O contexto do trabalho infantil era algo corriqueiro e necessário às famílias. Na época, as crianças eram vistas como uma mão de obra para ajudar no sustento da casa, trabalhando nas colheitas, plantios e serviços domésticos. A mão de obra infantil também era utilizada como pagamento para se manter na escola. Diante desse período de

¹⁸ Grotti (2016, p 177) salienta que Weaver era natural do Estado de São Paulo formou-se na Escola Normal e se especializou em Educação Sanitária. Em 1935, Eunice Weaver assumiu a presidência da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Sua atuação em defesa dos hansenianos se tornou sua atividade profissional o que a levou a representar o Brasil em diversos eventos nacionais e internacionais sobre o tema da hanseníase (MOURA e RODRIGUES apud GROTTI, 2014).

¹⁹ Grotti acrescenta que o educandário Santa Margarida prestou assistência às crianças pobres da comunidade e às crianças indicadas pelo Juizado de Menores e pelo Conselho Tutelar. Essa instituição funciona ainda nos dias de hoje, se mantendo com doações e verbas do estado.

reorganização educacional, social e de novas noções de infância, Sobrinho (2016, p. 96) destaca que “embora tenham ocorrido inúmeras iniciativas de oferta de educação às crianças pobres, somente no ano de 1946 a questão do trabalho infantil passou a ser pensada como algo que precisa ser eliminado da vida da criança acreana”. E o remédio para eliminar esse mal foi encontrado na filantropia e na assistência. Estratégias essas utilizadas para suprir a ausência do Estado em matéria do custeio da educação da infância.

Sob a ótica dos preceitos modernos, a criança deveria passar a maior parte do tempo na escola, a fim de se tornarem produtivos ao país. Entretanto, a situação das crianças pobres nas escolas acreanas na década de 1940 era bem desafiadora. Sobrinho (2016) evidencia que as crianças que não podiam pagar a mensalidade escolar eram privadas da merenda escolar. Como ilustração desse desafio, em uma das notícias veiculadas no jornal O Acre 1962, vemos de forma bem incisiva essa desigualdade, sendo o uniforme escolar²⁰ um mecanismo de nivelamento das crianças ricas e das pobres, visando, assim, diferenciar os pagantes e não pagantes:

na diretoria de cada escola, será exibido o modelo do uniforme, que, de início, não é obrigatório, esperando-se, porém, que os pais compreendam a necessidade da farda para efeito de nivelar, no ambiente escolar, os ricos e os pobres (O Acre, 1962).

Essa notícia destaca o quanto o Acre se encontrava em pé de atraso em relação aos demais estados em termos de pensamento teórico. Demonstra, também, mais uma peculiaridade local na época, ou seja, a desigualdade que outros estados queriam esconder, era realçada no Território acreano.

3.1 A PRESCRIÇÃO DO UNIFORME ESCOLAR E SUA FUNÇÃO NIVELADORA NA EDUCAÇÃO: alguns apontamentos

No decorrer do século XX, o uso de uniformes escolares se tornou uma prática comum ao redor do mundo. Em muitos países, o emprego de uniformes em contextos educacionais teve diferentes propósitos e evoluiu ao longo do tempo, refletindo mudanças

²⁰ O uniforme escolar é um objeto histórico, visto como uma fonte importante do universo escolar, nos permitindo por meio deste refletir sobre seus usos e quais funções esse representou na cultura material escolar. Para mais aprofundamento, consultar o texto “Das Materialidades da escola: o uniforme escolar” de Ivanir Ribeiro e Vera Lucia Gaspar da Silva.

nas normas sociais e nos sistemas educacionais. No início do século XX, a ideia de uniformes escolares começou a ganhar popularidade no Brasil. Essa tendência foi influenciada por uma série de fatores, incluindo a necessidade de promover uma maior igualdade entre os alunos, independentemente de sua classe social, e a crescente importância da educação como parte do processo de modernização do país.

A prescrição do uso dos uniformes escolares nas escolas brasileiras ganha força com o advento da República, a fim de esculpir uma conduta limpa, ordenada e civilizada na sociedade escolarizada, assim:

se durante o século XIX não havia ainda uma prescrição mais agressiva acerca do uso de uniformes padronizados para os alunos das escolas públicas brasileiras, com o advento da República e a expansão do ensino, tal prescrição ganha força. Um dos argumentos fortes para a adoção do uniforme, conforme aponta Inês Dussel (2005), foi a ideia de que, por meio dele, seria possível evitar o contraste entre ricos e pobres, tão caro à concepção de democratização do ensino (Ribeiro; Gaspar da Silva, 2012, p. 582).

A partir da década de 1930, o governo brasileiro adotou uma abordagem mais proativa em relação aos uniformes escolares, como parte de um esforço para fortalecer a identidade nacional e promover valores cívicos. Muitas escolas passaram a incluir símbolos nacionais, como a bandeira brasileira, nos uniformes dos estudantes. Isso não apenas enfatizou a unidade nacional, mas também contribuiu para o patriotismo em um período de transformação e construção da identidade brasileira.

O uso do uniforme escolar no Brasil, nas décadas de 1940 a 1960 desempenhou um papel significativo na cultura educacional e na sociedade da época, papel esse de busca por identidade e disciplina nas instituições de ensino do país. Durante esse período, o país passava por uma série de transformações econômicas, políticas e sociais, e o uniforme escolar se tornou um elemento simbólico de disciplina e identidade nas escolas. Neste contexto, o Brasil estava sob o governo de Getúlio Vargas, que se estendeu até meados dos anos 1950, trouxe consigo políticas de industrialização e modernização do país, incluindo reformas no sistema educacional. Durante esse período, a padronização do uniforme escolar tornou-se uma estratégia para promover a igualdade entre os estudantes, independentemente de sua origem social.

Os uniformes escolares geralmente consistiam em peças simples, como blusas, saias ou calças, muitas vezes em cores sóbrias, como azul-marinho ou cáqui. Para os

meninos, os paletós e suspensórios eram frequentemente uma parte integrante do uniforme. Os materiais eram geralmente simples, refletindo as limitações econômicas da época. Sendo os sapatos o artigo mais caro do uniforme. A padronização dos uniformes visava criar um senso de identidade e igualdade entre os estudantes, ao mesmo tempo em que reduzia a competição baseada em roupas de grife e ajudava a manter a ordem nas escolas.

O que na prática não ocorria, dado que o acesso a escolarização ainda era muito desigual e somente estudavam os alunos da classe média, que tinham condições de custear as roupas e os sapatos exigidos. Como destaca Katiene Nogueira da Silva (2006) em seu texto *Criança Calçada, Criança Sadia*, a obrigatoriedade do uso deste traje “consistia num empecilho para o acesso das crianças à escola, impedindo inclusive as crianças que não podiam comprar os uniformes de frequentá-la” (p.78). A prescrição dos uniformes estava longe de ser um meio de equidade nas instituições escolares

o uso dos uniformes escolares não realizava suas intenções, não igualava os ricos e os pobres. As escolas públicas exigiam o uso dos uniformes escolares e recebiam somente as crianças cujas famílias podiam pagá-los, ou seja, ricas ou de “classe média”, que conseguiam adquirir o traje, ao passo que os pobres ficavam em escolas rurais ou fora da escola. Em todo o traje escolar, a peça que custava mais caro era o sapato. Principalmente no início dos anos 1930. O sapato era algo muito raro, a população rural nem estava habituada a usá-lo, poucos lugares o fabricavam no Brasil (Silva, 2006, p. 78).

Nacionalmente uma das razões para a adoção de uniformes escolares era promover a igualdade entre os alunos. Independentemente de suas origens sociais ou econômicas, todos os alunos vestiam o mesmo uniforme, reduzindo a visibilidade das diferenças econômicas e, em teoria, criando um ambiente mais igualitário. Além de seu propósito prático de facilitar a identificação dos estudantes e criar uma atmosfera de igualdade, os uniformes escolares também tinham implicações simbólicas. Eles representavam a autoridade da instituição de ensino e serviam como um símbolo de respeito e obediência. Dos estudantes era esperado tratar seus uniformes com cuidado e zelo e o não cumprimento dessa norma muitas vezes resultava em punições, dado que “os uniformes também assumiam a função de controle sobre os alunos, pelo fato de esses estarem sujeitos à autoridade do diretor e dos professores, onde quer que estivessem, quando uniformizados” (Souza, 2006, p. 77).

Se por um lado a nação brasileira buscava evitar o contraste entre ricos e pobres na escola, o Território do Acre de forma bem peculiar estava longe de uma efetiva democratização do ensino, cumprindo essa importante função niveladora de evidenciar a oposição rico/pobre materializada por meio do uniforme escolar. Acontecendo no Território do Acre essa forte campanha de obrigatoriedade escolar e democratização da educação que visava o envio das crianças à escola, partindo de uma concepção da criança como um vir a ser, que precisa ser moralizada e assistida na sua infância para que não venha se tornar um adulto problemático, percebeu-se a necessidade de prestar assistência aos escolares, por conta das dificuldades encontradas pelas famílias nos altos custos educacionais. Sobre essas iniciativas Ribeiro e Gaspar da Silva (2012) destacam que:

em nome da democratização do ensino foram criadas, no Brasil, várias estratégias e políticas públicas com o objetivo de fazer com que os alunos permanecessem na escola, a exemplo das Caixas Escolares, das Fundações Educacionais, da Seção de Orientação e Assistência Escolar. Essas instituições caracterizavam-se como auxiliares, destinadas, entre outros benefícios, à compra de vestuário e calçados para os alunos que não tivessem condições de adquiri-los. Vemos aqui uma engenhosa forma de responsabilizar a comunidade por assegurar o cumprimento de desejos, desafios e normas imputadas pelo Estado (Ribeiro; Gaspar da Silva, 2012, p. 589).

Devido ao fato de representarem um custo elevado se evidenciavam grandes dificuldades para adoção dos materiais escolares e uniformes escolares “por todos os alunos, por parte do Estado quanto por parte das famílias, principalmente os calçados, artigos pouco utilizados pela maioria da população até, no mínimo, meados do século XX” Eram corriqueiros os pedidos de apadrinhamento e ajuda estatal vindos das famílias, para o custeio educacional dos filhos. Garantir a matrícula, o auxílio e permanência das crianças na escola dependia de estratégias de assistência diversificadas e “durante grande parte do século XX, garantir o vestuário figurava como um dos itens importantes” (Ribeiro; Gaspar da Silva, 2012, p.575 e 583).

Sendo assim foram implementadas iniciativas para suprir tais demandas, na qual se voltava para o assistencialismo e a moralização das crianças “desprezadas pela sorte” (O Acre, 1955, p.4). De acordo com as fontes, uma dessas iniciativas eram as “caixas

escolares”²¹, uma espécie de fundo de arrecadação não obrigatório que funcionavam nas escolas. Através destas se recebiam donativos e ajuda financeira dos pais das crianças matriculadas que podiam contribuir para custear a vida escolar dos mais necessitados, “por existirem famílias que não podiam fazê-lo e tinham seus filhos matriculados na escola, isto é, famílias em situação de pobreza, é que havia a Caixa Escolar” (Luz; Anjos, 2022, p. 51).

Os autores citados destacam ainda que a caixa escolar “foi e ainda é – de fato, sua história chega até nossos dias – um mecanismo de financiamento da educação de alunos pobres ou, como diríamos no presente, em situação de vulnerabilidade social” (Luz; Anjos, 2022, p. 176). Apesar da existência das Caixas Escolares, que eram organizações criadas para apoiar as escolas e fornecer materiais educacionais, roupas e calçados para aqueles que não podiam adquiri-los, os recursos disponíveis eram limitados e não conseguiram atender a todas as pessoas necessitadas. Portanto, era realizada uma seleção para prestar auxílio material a alguns dos muitos que precisavam desse suporte, e vários ficavam sem receber esse auxílio, sendo excluídos do processo de escolarização, como ressalta Silva (2006).

Nesse período estavam muito presentes as visões higienistas, de puericultura, e de eugênia²², correntes vinculadas e defendidas principalmente por médicos, religiosos e juristas que visavam desenvolver hábitos mentais e fisicamente saudáveis na infância, prestando atendimento preventivo e de proteção contra infração, tendo principalmente como foco os pobres e os menores abandonados, pois este eram considerados perigosos para a sociedade, Kuhlmann Jr (2000). O uniforme escolar parecia ser uma parte integrante dessa transformação de hábitos e a regulamentação em vigor nas escolas estabeleciam que ele deveria permanecer limpo e bem cuidado. Além de garantir que os alunos apresentassem uma aparência limpa, o uniforme também servia como um meio de regular o tipo de vestimenta que poderia ser usada. A imagem a seguir, datada da década de 1940, ilustra o uniforme escolar no território acreano.

²¹ Para maior aprofundamento sobre os usos e as formas de financiamentos da caixa escolar no Brasil, consultar o texto “Financiamento e usos da caixa escolar nos jardins de infância de Brasília (1960-1970) e “A caixa escolar na historiografia educacional brasileira recente (2011-2021)” dos autores Alana Souza Cruz e Juarez José Tuchinski dos Anjos.

²² A eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de —nascimentos indesejáveis e controlados; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante - desencorajar uniões consideradas nocivas à sociedade. (SCHWARCZ, 1993, p. 60). A puericultura segue os mesmos preceitos da eugenia, os de melhoramento da raça.

FIGURA 1- ALUNOS DO GINÁSIO ACREANO, EM CLASSE. SALA DE CIÊNCIAS NATURAIS, EM 1940.



Fonte: CDIH/ Memorial dos Autonomistas

A preocupação com o asseio do corpo e a limpeza do uniforme escolar como uma obrigação do aluno e da família reflete neste período a inquietação com a desestruturação familiar que era um ponto de preocupação, visto que consideravam os pobres, os delinquentes e os menores abandonados a escória da família, o que dificultava o desenvolvimento de uma sociedade e nação saudável (Câmara (2010). Essas estratégias desenvolvidas pelo Estado, em parceria com instituições assistenciais, não tinham um viés diferente do qual destaca Donzelot, (1986, p. 28) “seu objetivo é conciliar os interesses das famílias e o interesse do Estado, conciliar a paz das famílias pela moralização dos comportamentos”. Moralização esta, que no caso do território do Acre, se alcançaria por meio da escola.

Existia todo um cuidado voltado para a higiene física e mental das crianças visando que elas se tornassem adultos que colaborassem com o progresso para civilização da nação. Donzelot (1986) assegura que, para o Estado, a mortalidade infantil e o menor abandonado faziam parte dos aspectos que empobreciam e dificultavam o desenvolvimento da nação. E o Acre, nessa época, estava envolto nesse processo de emancipação, desenvolvimento e progresso para uma nação fortalecida, sendo assim, o pobre se tornava uma ameaça para o Estado.

Visando o combate a essa ameaça, o Território do Acre participava de congressos voltados para as questões de proteção à infância, tendo uma visão bem desenvolvida sobre o cuidado necessário à infância para desenvolver hábitos mentais e físicos mais saudáveis e promover o combate à mortalidade infantil que assolava o território na época. Observamos na fonte do jornal *O Acre* de 17 de maio de 1953, que o Território também estava participando do II Congresso de Proteção à Infância que aconteceu em Curitiba, no qual cada estado mandou um de seus delegados para discutir questões de proteção jurídica ao menor, proteção do menor no campo da educação e saúde e proteção ao menor no campo da assistência social, mas antes já teria participado do 1º Congresso que contou com delegados de diversos Estados Brasileiros. Segundo Kuhlmann (2011):

a educação da criança pequena foi discutida principalmente no 1ª Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que funcionou em conjunto com o 3º congresso Americano da Criança. Os 2.243 delegados nacionais eram representantes da capital e dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Paraná, Sergipe, Rio Grande do Sul, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba do Norte, Maranhão, Pará, Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Alagoas, Goiás, Piauí e **Território do Acre** (p. 478, *grifos nossos*).

Podemos perceber que devido a estas participações, se tinha uma visão um pouco mais desenvolvida sobre a infância, uma visão que trazia uma representação de outros estados, entendia-se que a criança precisava de proteção, educação, de um ambiente que respeitasse sua singularidade e que proporcionasse um desenvolvimento saudável e pleno durante sua infância.

Na realidade, o interesse por trás destas participações não se atrelava unicamente a preocupação com a infância, mas sim, à busca de resolver problemas de saúde pública e questões jurídicas envolvendo as crianças geralmente pobres que dificultavam o andamento do progresso estatal, pois o abandono e a vagabundagem causavam prejuízo, já que se tinha uma mão de obra futura desperdiçada.

As concepções educacionais da época estavam voltadas para o progresso da nação existiam dois tipos de atendimento, educacional para os mais abastados e assistenciais para os pobres. Assim as organizações filantrópicas no território do Acre, com intuito de atender a infância pobre se inseriram com iniciativas assistencialistas, com visões moralizadoras, civilizadoras e higienistas, no sentido de oferecer às crianças assistência

física, alimentar e moral, nos moldes que aconteciam em todo o Brasil nas décadas de 1940 a 1960.

Existia uma grande participação de sujeitos e instituições estatais, sociais, assistenciais e filantrópicas na prestação de serviços a infância pobre, claro que este atendimento se pautava em interesses próprios de cada um. Como bem destaca Donzelot (1986, p. 56) na filantropia em “1º lugar há o polo assistencial que se utiliza do Estado para divulgar conselhos e preceitos, a fim de transformar uma questão de moralidade política em moralidade econômica. E em 2º lugar, há o polo médico higienista que visa conjurar os riscos de enfraquecimento físico e moral da população”. Tais interesses se voltavam no território tanto para um desenvolvimento moral, quanto para o físico da sociedade acreana.

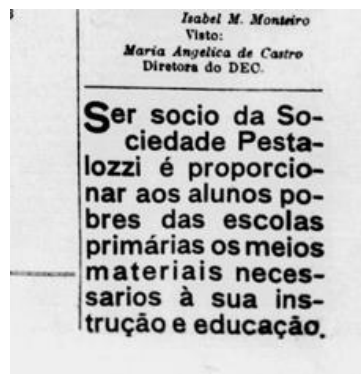
Grotti (2016, p. 57) destaca que a “carga colocada sobre a criança, sendo esta vista como a origem e o futuro da nação, continha uma representação de criança pobre que vivia a fase da infância como uma criança desvalida”. É justamente nesse contexto de infância desvalida e na presença de um ideário de crianças como futuro da nação, que organizações como a Sociedade Pestalozzi do Território do Acre se inserem. Essa organização prestou uma grande contribuição à região, uma vez que a ela competia o oferecimento de fardamento, material escolar e assistência alimentar e de saúde às crianças pobres e desvalidas do Território.

Buscamos anteriormente, a partir de um “olhar retrospectivo” daquele que navega pela história, ilustrar em que contexto histórico, político e social se encontrava o Território do Acre no início do século XX, para posteriormente, situarmos e entendermos como o nosso objeto de estudo se insere nesse período. Dessa forma, o tópico seguinte busca apresentar fragmentos da história da constituição e atuação dessa organização, em torno do que as fontes históricas locais denominam de uma grande obra de proteção ao escolar pobre nas terras acreanas. Para alcançar esse propósito, utilizamos os discursos encontrados nas reportagens do jornal O Acre e, quando apropriado, recorreremos a imagens e às declarações dos entrevistados para enriquecer as narrativas contidas neste periódico semanal.

4 AJUDA A SOCIEDADE PESTALOZZI NA SUA OBRA DE PROTEÇÃO AO ESTUDANTE POBRE DO ACRE²³: FRAGMENTOS DA SUA CONSTITUIÇÃO E ATUAÇÃO EM TERRITÓRIO ACREANO

A sociedade Pestalozzi surge no território do Acre como uma alternativa que buscava o convencimento da população a enviar os filhos para a escola, principalmente, visava o convencimento das famílias pobres. Castro (2011) destaca que a educação popular, no Território do Acre era reflexo das discussões nacionais, e essas inquietações colocavam em evidência a educação primária e o alto índice de analfabetismo no país. “No Acre, esse índice chegava a 70,2%. Era prioridade, portanto, a instrução do seu povo, sem a qual não seria possível o seu desenvolvimento” (Castro, 2011, p. 76). Na década de 1940, propagandas e campanhas em prol da Sociedade Pestalozzi são constantes nos jornais da época. Como apresenta a figura 2, sobre essa constância O jornal O Acre de 1949 (figura 2). Estampa a seguinte propaganda:

FIGURA 2 - PROPAGANDA ENFATIZANDO A IMPORTÂNCIA DE SER SÓCIO DA SOCIEDADE PESTALOZZI



FONTE: Jornal O Acre de 1949. Hemeroteca Digital.

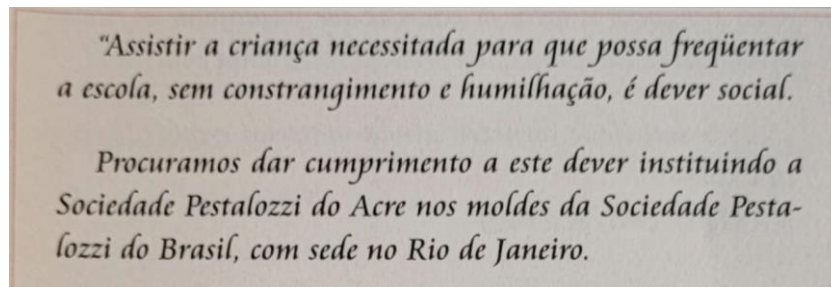
O apelo social para a implementação das obras da organização era muito forte na época. À toda a sociedade era dada a responsabilidade de contribuir com o ideário de formação das crianças desvalidas. De acordo com o relatório de Maria Angélica de Castro²⁴, nome por trás da fundação da SP no Território do Acre e diretora do Departamento de

²³ Fragmentos retirados de anúncio em prol da Sociedade Pestalozzi no jornal O ACRE de 1950.

²⁴ Para um estudo e compreensão mais aprofundada sobre a história de vida, concepções e apropriações de ideias e atuação de Maria Angélica de Castro no Território do Acre, a frente do Departamento de Educação e Cultura – DEC, indico a leitura na tese de doutoramento de CLEYDE OLIVEIRA DE CASTRO (2011) intitulada a “Gestão Maria Angélica de Castro: apropriação das ideias sobre a Escola Nova no Território Federal do Acre (1946/1951)”.

Educação e Cultura, a Sociedade Pestalozzi do Acre seguiu os mesmos moldes da Sociedade Pestalozzi do Brasil, com sede no Rio de Janeiro.

FIGURA 3 - FALA DE MARIA ANGÉLICA DE CASTRO NO RELATÓRIO DO DEC DE 1947.



Fonte: Relatório do Departamento de Educação e Cultura, 1947.

A figura acima, deixando Maria Angélica “falar”, concordando com o que Castro (2011, p. 96) sobre a compreensão da realidade não se limitar ao momento presente, pois ela também se constrói a partir do passado, que, mesmo quando distante, se manifesta por meio de registros e narrativas, possibilitando, dessa forma, a observação dessa realidade. Assim, “ao se trabalhar com os discursos presentes nas fontes documentais, esses não são neutros, mas impregnados de intencionalidades, de sentidos, de lacunas e de subterfúgios”. Nesse sentido Chartier afirma que:

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros e a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as escolhas, as condutas (Chartier, 1990, p. 17).

Maria Angélica foi auxiliar de Hellena Antipoff, fundadora da primeira Sociedade Pestalozzi no Brasil, com sede em Minas Gerais. É convidada pelo então nomeado governador territorial Major Guiomard dos Santos no ano de 1946 para assumir a direção do DEC - Departamento de Educação e Cultura no Acre, trouxe consigo representações sociais de um projeto reformador e buscou com afinco fazer com que a sociedade acreana se apropriasse delas. Maria Angélica, acreditava assim como Antipoff, ser dever social assistir os necessitados, sobretudo, a infância escolar.

Assim como sua mentora, Helena Antipoff, a mineira Maria Angélica era entusiasta da Escola Nova, acreditando em propostas educativas que colocassem as crianças no

centro de interesse da educação, formando para uma vida útil a sociedade. Ginelli (2008) aponta que já nos anos de 1936 houve uma tentativa, dentro da realidade acreana) de aplicação dos princípios da Escola Nova, dado que naquela época era uma inovação no ensino. Nesse período, a região em matéria de ensino, não era atrasada e nem alienada das descobertas e dos métodos modernos, havia, no entanto, dificuldades de aplicação por aspectos como corrupção política e falta de preparos, meios e condições, como material didáticos, formação de professorado dentre outros. É nesse contexto de busca de um melhor preparo e de apropriar-se do moderno que Maria Angélica chega ao DEC em 1949.

Maria Angélica e Guiomard Santos já mencionado anteriormente executavam um trabalho integrado em prol da modernidade educacional da região do Acre. O governo de Guiomard dos Santos, em colaboração com Maria Angélica, foi basilar na ampliação e organização do ensino urbano e rural no Acre. Ficou marcado como uma parceria dinamizada e decidida a mudar os rumos da educação escolar territorial, sendo uma gestão comprometida com a aplicação e execução do dinheiro público (Ginelli, 2008). Sobre o Governo de Guiomard, Castro (2011, p. 100 - 112) destaca que “José Guiomard dos Santos era o quadragésimo segundo governador indicado pelo Presidente da República em quarenta e três anos de existência do Território”. A autora acrescenta que o discurso de Guiomard, buscava o apoio e crédito do povo no desenvolvimento do seu trabalho para que o povo o reconhecesse como “construtor do que ele denominou de modernidade do Território”.

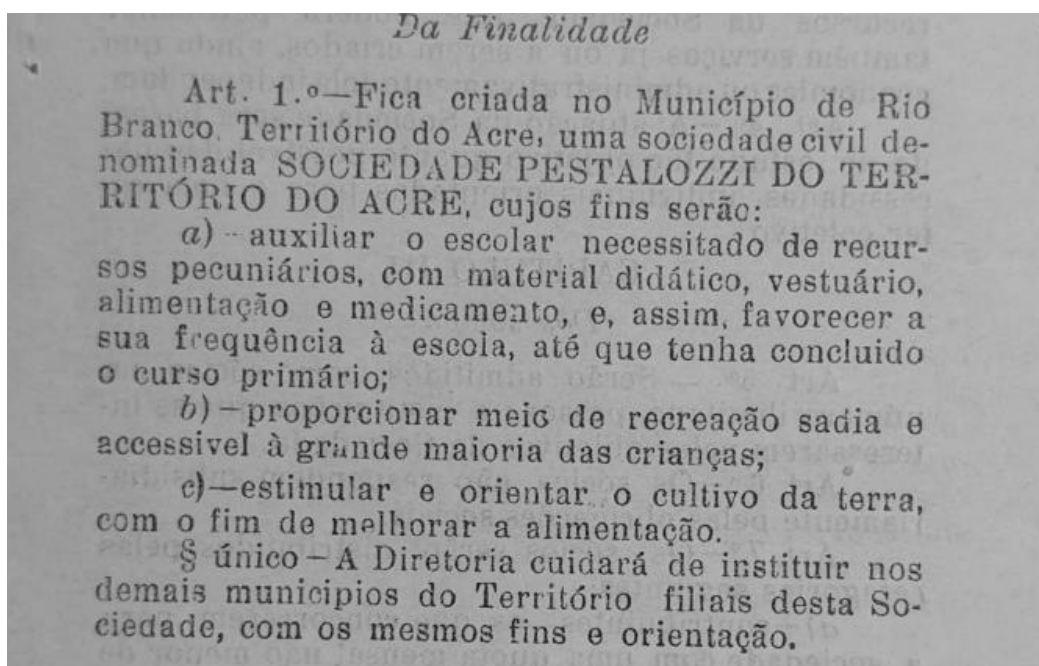
No projeto reformador de Maria Angélica se encontra a implementação da Sociedade Pestalozzi em solo acreano. Quanto às representações que serviram de apropriação para os ideais de construção social da infância no território acreano, Barbosa Sobrinho (2016) salienta que enfrentaram uma certa colisão entre as famílias e os responsáveis pela administração. Por um lado, a família encarava a infância como um período de aprendizado relacionado ao apoio financeiro do núcleo familiar na qual a criança desempenhava um papel como mão de obra contributiva e um membro de grande importância devido à sua capacidade física. Por outro lado, os responsáveis pela administração territorial viam a infância como uma etapa de formação moral, intelectual e social para as crianças, considerando que elas deveriam se tornar forças intelectuais capazes de impulsionar o progresso da nação

se os pais se utilizavam da tática de não enviar os filhos à escola em períodos de plantio ou colheita, o Estado vem na contramão instalando no

Território do Acre o Caixa Escolar e, posteriormente, a Sociedade Pestalozzi. O intuito era oferecer ajuda de custo às crianças pobres por meio de material escolar, fardamento e merenda escolar (Barbosa Sobrinho, 2016, p.145).

A chegada da organização filantrópica foi amplamente comemorada na sociedade acreana mais abastada da época. Foi fundada em 21 de outubro de 1946, em Rio Branco, a Sociedade Pestalozzi do Território do Acre. Em seu Estatuto (publicado no relatório do departamento de educação e cultura de 1947) se denomina como uma sociedade civil que visa auxiliar o escolar necessitado, prestando serviços de materiais didáticos, saúde, alimentação e vestimenta, com o intento de manter e favorecer a frequência escolar. Contribuindo, assim, com a necessidade do Estado de fomento à escolarização. Conforme a figura 4, das finalidades da Sociedade Pestalozzi estão as seguintes:

FIGURA 4: DA FINALIDADE DA SOCIEDADE PESTALOZZI



FONTE: Relatório do Departamento de Educação e Cultura do Território do Acre 1947.

O estatuto da organização deixa claro que sua tarefa principal era a de prover os materiais necessários para manter a criança pobre na escola. Grotti (2016, p.170) salienta que a “Sociedade Pestalozzi, conclamou, para o alcance de seus objetivos, todas as forças

vivas do território” para que a móvel organização, por meio de seus membros voluntários cumprisse com essa tarefa.

O Jornal o Acre de 03 de novembro de 1946, celebra a chegada da Sociedade Pestalozzi na região, designada como uma “louvável iniciativa de patriotismo e assistência”, advindos de membros do Rotary Clube ²⁵de Rio Branco e de grande ajuda para o governo local.

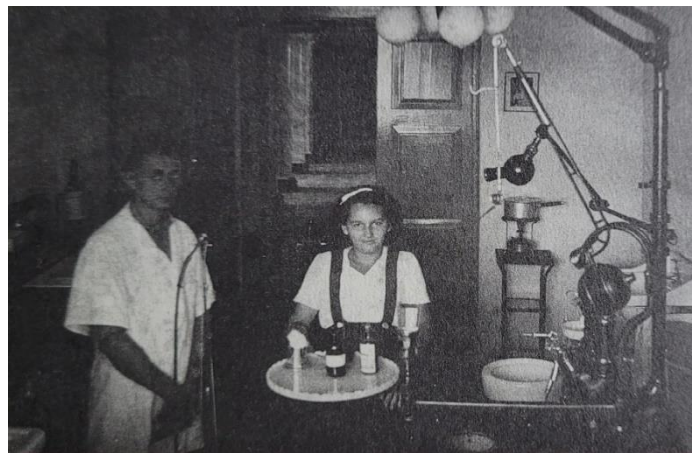
Acaba de ser fundada em Rio Branco, por louvável iniciativa dos elementos do Rotary Clube local, a Sociedade Pestalozzi do Território Acreano. Em duas palavras poderá ser traduzido o significado profundo dessa iniciativa dos rotarianos: **patriotismo e assistência**. Sua finalidade é daquelas que bem merecem apoiadas por quantos desejam o engrandecimento desta terra longínqua, onde, sem forças bem conduzidas, sem energias bem-organizadas, em apoio direto e constante ao governo passará sob os anos seu destino, sem as mudanças, sem as mutações para o crescendo social, político e econômico. Efeito da compreensão do papel do homem na democracia esse ato inspirado dos rotarianos constitui-se em uma coluna elevada que muito ajudará aos homens de governo, na realização de um programa de atividade positiva a prol do Acre e dos acreanos (O Acre, 1946, *grifos nossos*).

O mesmo jornal também cita os objetivos de atendimento da organização assistencial, que traz ao Acre um moderno e gigante programa “fala por um programa gigante pelo povo e para o povo, pelo Acre e para o Brasil (O Acre, 1946). Esse moderno

²⁵ O Rotary Club é uma organização internacional dedicada ao serviço comunitário e ao desenvolvimento de líderes comprometidos com a ética e a paz. Fundado por Paul Harris em 1905, em Chicago, Illinois, o Rotary Club rapidamente se expandiu para se tornar uma das maiores redes de clubes de serviço do mundo. O Rotary Club foi criado com a visão de proporcionar uma oportunidade para profissionais de diversas áreas se reunirem e trabalharem juntos para melhorar suas comunidades. Paul Harris, um advogado, junto com três amigos, estabeleceu o primeiro clube, com ênfase na amizade e no serviço. A ideia do "rodízio" de reuniões em locais diferentes, que inspirou o nome "Rotary," simboliza a natureza rotativa das funções e lideranças dentro do clube. Os clubes do Rotary desenvolvem uma ampla variedade de programas de serviço, incluindo a erradicação da poliomielite, a promoção da paz e resolução de conflitos, o desenvolvimento de projetos de água e saneamento, educação e bolsas de estudo, além de inúmeros projetos locais que atendem às necessidades das comunidades. O Rotary Club desempenhou um papel fundamental na quase erradicação da poliomielite em todo o mundo. Através da campanha "End Polio Now," o Rotary trabalha em parceria com a Organização Mundial da Saúde e o UNICEF para imunizar crianças e combater a poliomielite em áreas de alto risco. Harris, Paul P. "My Road to Rotary: The Story of a Boy, a Vermont Community and Rotary". The Rotary Club of Chicago, 1948; Rotschild, Arnold D. "The Rotary Club of Chicago: Its History and Activities". Rotary International, 1923; Rotary International. "Rotary's Areas of Focus." Disponível em: <https://www.rotary.org/en/our-causes>. Acessado em 24 de outubro de 2023; World Health Organization (WHO). "Global Polio Eradication Initiative." Disponível em: <https://www.who.int/initiatives/polio>. Acessado em 24 de outubro de 2023.

programa tinha dentre os objetivos principais a que atingia “a novel organização social de assistência”, a organização, orientação e manutenção dos serviços de caixa de assistência, consultório médico-dentário pedagógico, cantina e cooperativa escolar, club agrícola e de saúde, aquisição de livros, vestuários, medicamentos e recreação aos escolares pobres (O Acre, 1946). A imagem abaixo ilustra o consultório médico dentário que funcionava com assistência de organização. Para esse objetivo, a organização filantrópica conclamou todas as forças vivas do e para o povo acreano, principalmente para a infância pobre.

FIGURA 5- GABINETE DENTÁRIO DO GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE GASPAR EURICO DUTRA, NA DÉCADA DE 1940.



Fonte: CDIH/ Memorial dos Autonomistas.

As forças às quais a Sociedade Pestalozzi proclama dizem respeito a órgãos de proteção e amparo à infância, como o Departamento Nacional da Criança, a Legião Brasileira de Assistência²⁶, o Serviço Especial de Saúde do Território e o Serviço de

²⁶ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) é uma instituição que desempenhou um papel significativo na história social e filantrópica do Brasil. Fundada em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, a LBA teve como sua principal idealizadora e líder, Darcy Vargas, a esposa do então presidente. A LBA tinha como principal objetivo promover a assistência social, o bem-estar das crianças, e auxiliar as famílias em situações de vulnerabilidade. A criação da LBA refletiu o contexto político e social da época. O Brasil estava envolvido na Segunda Guerra Mundial, e havia uma necessidade de consolidar a unidade nacional e promover uma imagem positiva do país no cenário internacional. Nesse sentido, a LBA desempenhou um papel importante, fornecendo assistência às famílias dos soldados brasileiros que estavam servindo no exterior. A LBA também se envolveu em uma série de iniciativas sociais, incluindo a criação de creches, escolas, abrigos e programas de assistência médica. Além disso, a instituição promoveu campanhas de arrecadação de fundos e mobilizou a sociedade brasileira para apoiar as ações filantrópicas. No entanto, a LBA também foi alvo de críticas ao longo de sua existência. Alguns argumentavam que a instituição era utilizada para fins políticos e eleitoreiros, e que as ações da LBA nem sempre atendiam às necessidades mais prementes da população carente. Após o fim do governo de Getúlio Vargas em 1945, a LBA passou por transformações em sua estrutura e atuação. A Legião Brasileira de Assistência foi extinta em 1967, mas seu legado perdura na memória social brasileira como um importante capítulo na história da assistência social e da filantropia no Brasil. Ela influenciou a criação de políticas públicas de assistência social no país, que evoluíram ao longo do tempo, e serviu como inspiração para outras organizações não governamentais dedicadas à promoção do bem-estar social. Azzi, R., & Frigo, J. F. (1991). Darcy Vargas: representação e ideologia na revista 'A mulher e o tempo' (1943-

Documentação do Ministério de Agricultura (Grotti, 2016). A grande obra social da Sociedade Pestalozzi se estendia a outros municípios do Território. O Jornal O Acre de 24 de outubro de 1948, publicou uma matéria tratando da fundação da Sociedade Pestalozzi de Cruzeiro do Sul, que era presidida por Geraldo Teles e funcionava nos mesmos moldes que a organização da capital do Acre, inclusive tendo iniciativa também do Rotary Club. A matéria traz as seguintes colocações:

O município de Cruzeiro do Sul num movimento que coloca em posição de realce no cenário das iniciativas de ação social, vem de fundar a Sociedade Pestalozzi, similar da que vem funcionando nesta capital com magníficos serviços prestados aos escolares pobres do Acre. Como aqui, também, ali a fundação dessa útil e benemérita sociedade foi feita por iniciativa do Rotary Club local (O Acre, 1948).

Por se tratar de um acontecimento social de grande porte para a região, o então governador major José Guiomard Santos recebeu um comunicado telegráfico do diretor da organização comunicando as boas novas e agradecendo o apoio do governo às obras filantrópicas, tal telegrama dizia o seguinte:

Exmo. Snr. Governador Major Guiomard Santos; Rio Branco-ar. – Tenho o prazer de comunicar a V. Excia, que às 20 horas do dia 17 do corrente mês no Teatro Municipal Jose Alencar, nesta cidade, presentes todas as classes sociais cruzeirenses, o Rotary Club desta cidade promoveu s fundação com os objetivos de sua congênere de Rio Branco e com grande jubilo da população local, a Sociedade Pestalozzi de Cruzeiro do Sul, tendo sido eleita a diretoria e conselho fiscal e pelos oradores lembrado o vosso nome como governante progressista, bem como timoneiro inteligente do atual governo do Acre. **Tal fundação constitui o reflexo do grande apoio que V. Excia, tem dado as boas causas e como repercussão compreensiva de alto empenho do nosso governo em solucionar os problemas sociais, visando, no campo de ensino, aproveitar os pendores da infância desprovida de meios materiais de educação.** Por esse significativo acontecimento partido da iniciativa do Rotary Club, em meu nome e dos demais dirigentes da novel sociedade, apresento a V. Excia, sinceras congratulações, exprimindo também o nosso desejo em efetuar um programa deveras realizador, contando como certo o vosso precioso e amplo apoio, a fim de que seja mais bem alcançado o fim colimado (O Acre, 1948, grifos nossos).

1945). In: Revista Estudos Feministas, 20(2), 319-337; Rodrigues, P. C. (2001). Ação feminina no Brasil: desempenho político da Legião Brasileira de Assistência (1942-1945). In: Cadernos Pagu, (17), 113-146.

O governo buscava sempre deixar em foco o programa reformador e de modernização da educação acreana por meio da assistência e da escola. Alguns anos a frente o jornal O Juruá de 1953, traz outra matéria sobre a SP de Cruzeiro do Sul, sobre o movimento da Sociedade Pestalozzi em 1952. A matéria apresenta um balancete de gastos e recebimentos da Sociedade, recebimentos estes de uma festa realizada em seu benefício em 31/12/1951. Acreditamos ser uma festa natalina, pela data e por já termos indícios nas fontes que a organização executava festas natalinas em prol de um Natal feliz para as crianças pobres do Território, como também para receber donativos e contribuições financeiras para suas receitas do ano seguinte.

FIGURA 6 - BALANCETE DO MOVIMENTO DA SP DE CRUZEIRO DO SUL

Balancete do movimento da So- ciedade "Pestalozzi" de Cruzeiro do Sul, durante o ano letivo de 1952		
RECEITA		
Resultado líquido da Festa reali- zada em benefício, em 31/12/51	Cr\$ 11.000,00	
Recebido dos sócios p/contribuição	5.150,00	
Imp. em dep. no Banco do Brasil	1.609,50	17.819,50
DESPESA		
Pago por 6 peças mescla e 200mts. a Cr. \$	14,00	4.200,00
Idem por 6 peças Azul Co- legial 300 mts. a Cr. \$	12,00	4.080,00
Idem por 6 peças Tec. Branco 150 mts. a Cr. \$	12,00	1.908,00
Idem 3 peças Vira Linho 142 mts. a Cr. \$	15,00	2.130,00
10 moias Resmas papel almaço a Cr. \$	200,00	2.100,00
33 cadernos escolares a Cr. \$	2,00	630,00
5 Gramas de Lápis a Cr. \$	120,00	600,00
Pago por merendas na se- mana da Criança Cr. \$	691,00	16.270,00
Saldo para 1953		1.541,50
	Cr. \$	17.819,50
NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS POR ESCOLA, Em 1952		
Grupo Escolar «Barão do Rio Branco»	257	
Grupo «Comandante Braz de Aguiar»	157	
Escola Rural «Hugo Carneiro»	61	
Escola «Acre Amazonas»	19	
Escola Rural «Coronel Contreiras»	12	
	Total:	489
VISTO: Professora <i>Zuleide Pinheiro</i> Presidente - <i>Antônio de Barros</i> Tesoureiro		
NÃO PERCAIS TEMPO! OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ESTÃO ESPERANDO A MATRÍCULA DOS VOSSOS FILHOS.		

Fonte: Jornal O Juruá. 15 de fevereiro de 1953.

Na figura acima, olhando para as despesas, podemos observar os gastos com o uniforme escolar, compras de tecidos de linho, e de cores azul e branca, gastos com a merenda escolar da semana da criança, como também com materiais escolares como papel, cadernos e lápis. Podemos perceber, também, que nas colunas do jornal O Acre o olhar para a assistência e para quem a empregava era um olhar de muito respeito e

engrandecimento. As notícias dos jornais rasgavam elogios para as organizações e para os sujeitos, que de forma altruísta, prestavam um grande trabalho a nação. Especialmente o Jornal O Acre tem uma peculiaridade em relação à Sociedade Pestalozzi, pois o diretor do jornal, Felipe Pereira, era um membro do Rotary Club e ativo na organização, tendo nos anos de 1950 o cargo de presidente da SP do território. Isso vai ao encontro com Chartier (1990) sobre as percepções do social não serem ações e discursos neutros. Outro fragmento da fonte anterior podemos ilustrar todo o respeito destinado a quem fazia a “novel” e difícil tarefa assistencial de “assistir o cidadão para a grandeza e orgulho da pátria” (O Acre, 1946).

estamos certos, aos rotarianos não faltarão o apoio e concurso, a cooperação, pela estimativa edificante da obra; estamos certos; os rotarianos bem pesaram as responsabilidades do encargo que tomaram com a fundação de tão importante sociedade assistencial, e pugnaram pela sua vida, desenvolvimento e ampliação com efetivo e intensivo labôr, para que seja, com as côres bonitas da vitória, alcançado seu objetivo primacial, que é assistir o cidadão para a grandeza e orgulho da PATRIA (O Acre, 1946).

Tais fragmentos deixam claro o empenho das entidades filantrópicas em solucionar os problemas sociais, oferecendo assistência educacional, moral e física para as famílias e os menores e para zelar pelo interesse de construção de uma nação forte, moral, ética, saudável e evoluída, tendo em vista que a preocupação da época se voltava para o combate à mortalidade, ao desenvolvimento de hábitos saudáveis na infância e o combate ao abandono. Visando torná-las saudáveis fisicamente, mental e moralmente, para que contribuam com progresso da nação visando a industrialização e modernização no Estado, indo de encontro ao cenário em que o país se encontrava no início do século XX.

Segundo o Estatuto da organização, todos aqueles que quisessem seriam admitidos como sócio, “serão admitidos em número ilimitado, pessoas e instituições que se interessarem pelos objetivos da Sociedade” (Relatório do Departamento de Educação e Cultura do Território do Acre 1947, p.5). Estes eram distribuídos em categorias, os que contribuía mais, estavam no topo. Os benfeitores, eram considerados a categoria que concorriam com uma cota igual ou superior a cinco mil cruzeiros, conforme previsto em seu Estatuto, Capítulo III, artigo 7º, os sócios se organizavam da seguinte forma:

- a) - contribuintes - os que concorrerem para a sociedade com uma quota mensal não menor de cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00);
- b) - colaboradores - os que, além da quota mensal em dinheiro, trouxerem à Sociedade o concurso permanente de seu esforço pessoal;
- c) - protetores - os que contribuírem para a Sociedade, mensalmente, com quantia igual ou superior a cem cruzeiros (Cr\$ 100,00); 172
- d) - benfeitores - os que doarem à Sociedade quantia igual ou superior a cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00);
- e) - beneméritos – os que prestarem serviços relevantes reconhecidos e assim julgados em pronunciamento unânime de Assembleia Geral dos sócios;
- f) - honorários – aqueles a quem a Sociedade julgar acertado conferir esta distinção. (Idem, ibidem).

Todos os sócios que estiveram presentes e assinaram o Estatuto, foram considerados sócios fundadores da Sociedade Pestalozzi do Acre. Com a contribuição dos sócios e a parceria de órgão governamentais como o Departamento Nacional da Criança, a organização funcionava e organizava os serviços da seguinte forma:

Art. 2º - Para a realização de seus fins, a Sociedade orientará, organizará e manterá os serviços necessários, dentre os quais se podem enumerar caixa de assistência, consultório médico-dentário-pedagógico, cantina e cooperativa escolar, clube agrícola e de saúde, e promoverá entendimentos com os órgãos de proteção à infância (Departamento Nacional da Criança e Legião Brasileira de Assistência, como o Serviço Especial de Saúde Pública, Departamento de Saúde do Território e Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura).

Art. 3º - Os serviços acima enumerados e outros julgados úteis, serão criados na medida das necessidades e de conformidade com o aumento de recursos da Sociedade, que poderá patrocinar também serviços já ou a serem criados, ainda que econômica ou administrativamente, dela independam.

Art. 4º - A atuação da sociedade será baseada num estudo tão objetivo quanto possível, das necessidades individuais orientadas para o bem-estar coletivo. (Estatuto da Sociedade Pestalozzi. Relatório do Departamento de Educação e Cultura do Território do Acre 1947).

Como podemos ver, a organização não trabalhava sozinha, tinha parceria com outras instituições e sujeitos, na oferta dos provimentos materiais aos escolares. Dentre essas parcerias se destaca a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Nas fontes do jornal O Acre de março de 1954, podemos perceber uma forte participação da LBA em Rio Branco.

Essa organização proporcionava, dentre outras tantas ações, a entrega de brinquedos no Natal para as crianças pobres sob a presidência da Dona Darcy Vargas. Além disso, a LBA oferecia cursos de puericultura, visando ensinar como proteger as

crianças. Como destaca o jornal o Acre de 8 de outubro de 1955, sobre o curso popular de puericultura:

a finalidade precípua desses cursos é ensinar os meios de proteger as crianças, especialmente contra as doenças, criando-as rígidas, e procurar orientar as mães de todas as classes sociais, mormente aquelas, cujos “conhecimentos dos métodos de assegurar o perfeito desenvolvimento os filhos”, nos moldes da puericultura moderna, são muito atrasados. Destinam-se esses cursos, preferencialmente as gestantes e mães que frequentam obras próprias ou auxiliadas pela L.B.A. (O Acre, 1955, p.03).

Quanto a essa forte participação da LBA no atendimento às crianças, a fonte do O Jornal de 1979, detalha a história de atuação da LBA no Acre e os serviços de assistência que está oferecia a população acreana. A Legião tinha o objetivo de proteger a maternidade e a infância de amparar os velhos e desvalidos. Durante o segundo grande conflito mundial, uma equipe de senhoras lideradas pela esposa do então Presidente da República a senhora Darcy Vargas, cria em 28 de agosto de 1942 a Legião Brasileira de Assistência-LBA (O Acre, 1955).

Unindo a essas notícias em prol do importante trabalho realizado pelas organizações temos relatórios de instrução pública que enfatizavam o aumento no número de escolas e de matrículas no território, na busca de demonstrar e fazer a sociedade se apropriar da importância do trabalho de tais organizações filantrópicas.

Dentre esses relatórios, temos uma notícia do Jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro do ano de 1949 intitulado “O ensino no Acre”, que fala sobre as boas novas recebidas sobre o progresso da escolarização no Território do Acre, fazendo um comparativo dos anos de 1944 a 1948. Demonstra que houve expansivas melhorias no número de escola, contratação de professores e aumento no número de matrícula, enfatizando que o Acre estava deixando de ser o “enjeitado da federação”:

É agradável registrar as últimas correspondências que vimos do Acre, revelam o progresso da instrução no território. Assim, as 111 unidades escolares que ali existiam em 1944, passaram a 117 em 1946, e 136 em 1948. Os professores, que eram 174, em 1944, e 186 em 1946, somavam 242 em 1948. A matrícula geral era de 6.220 em 1944, a 6.829 em 1946, e a 8.151, em 1948. Contaram-se 1.895 aprovações, em 1944, 2.185, em 1946, 2.865, em 1948.

Outro desenvolvimento expressivo deveu-se no ensino fundamental supletivo, isto é, o noturno, destinado a adultos. As unidades escolares de 1944. Eram seis, em 1946. Mas em 1948, atingiram a 43. Os 295 alunos de 1944 eram 1.926, em 1948.

Houve também a construção de vários grupos escolares providos de moderno material didático. Reorganizou-se o ensino normal, O ginásio Acreano que funciona em Rio Branco é um prédio de dois pavimentos e se diz que está bem instalado. Alguns professores estão contratados procedentes de outros meios culturais mais adiantado do país. Consolam e confortam as informações. O Acre não há de ser eternamente o enfeitado da Federação (O Correio da Manhã do Rio, 1949).

Outra notícia do jornal O Acre de 1948 traz essa observação relativa à frequência das crianças à escola, dando destaque para à proporção que em 1946 era de 50%, passando para 85% em 1947. “Encerram-se as matrículas nos Grupos Escolares da nossa Capital registrando-se um total de mil cento e cinquenta e duas crianças matriculadas nos três principais estabelecimentos de ensino primário, número esse jamais atingidos em épocas anteriores” (O Acre, 1948). Esse aumento surpreendente no número de matrículas nos anos de 1948 dar a ver, que de fato, o governo local e as organizações assistenciais conseguiram o convencimento dos pais, quanto o envio das crianças à escola, por meio dos proventos materiais ofertados.

O aumento das matrículas no território do Acre apresentado à nação brasileira vinha, na esfera local, servindo de apelo social e governamental em prol de mais ajuda e contribuições para a organização. No jornal O Acre de abril de 1951 é estampado um relatório do Departamento de Educação e Cultura, falando sobre as benfeitorias da Sociedade Pestalozzi em prol do aumento do número de matrículas. Nele, Maria Angélica, aponta os resultados da assistência prestada, enfatizando que a organização tem total apoio do governo em suas obras assistenciais.

a escola primária realiza em Rio Branco, através da Sociedade Pestalozzi, um importante obra de assistência social organizada pela atual administração e auxiliada pelo governo, seus objetivos visam a amparar o aluno pobre para que ele possa ser assíduo às aulas. Os resultados dessa assistência já têm sido notados com a verificação da melhoria da frequência e maior aproveitamento escolar. **Como o nosso propósito em matéria de educação não se limita a instruir, uma vez que, nos tempos atuais, a função da escola é, sobretudo, de caráter assistencial**, porquanto, só por uma obra fundamentalmente humanitária poderá atingir seus fins, temo-nos empenhado na execução de uma das mais importantes tarefas escolares, qual seja, a de proporcionar a alimentação sadia aos alunos. Desde 1947, a Sociedade Pestalozzi, que conta atualmente com a contribuição mensal de 380 sócios, mantém o seu serviço de merenda escolar, distribuindo a princípio, na própria sala de aula, frutas. A partir do segundo semestre de 1949, quando foi inaugurada a primeira cantina escolar do Território, uma merenda mais farta e variada - mingau, sopa, canjica, salada de frutas, é servida às crianças em dois amplos e bem-

organizados refeitórios. Além da merenda, a Sociedade Pestalozzi distribuiu tecidos para os uniformes escolares, cadernos, lápis, enquanto o Governo dá o livro e assistência dentária, está a cargo do Departamento de Saúde (O Acre, 1951, *grifos nossos*).

Para o governo da época, assistir a criança necessitada para que pudesse frequentar a escola, sem constrangimento e humilhação, é dever moral, segundo o relatório do DEC – Departamento de Educação e Cultura de 1947. A intenção educacional da época não era somente instruir, a escola naquele tempo tinha sobretudo, um caráter assistencial. O jornal O Acre de 1952 traz um balancete referente a assistência escolar no território e apresenta uma preocupação acerca do sentimento de pertencimento das crianças pobres em relação as mais abastadas destaca que:

por melhor que sejam os prédios e os professores, não se desenvolverá eficientemente se um movimento de solidariedade humana não amparar os escolares pobres. Uma criança desprovida de todo recurso material, não se sentirá bem, na classe, se, ao seu lado, sentar-se uma outra mais bem vestida, com necessário material escolar, boa merenda à hora do recreio (O Acre, 1952).

O jornal O Acre de 1952 ilustra os proventos materiais ofertados aos escolares e a expansão do número de matrículas no território do Acre e na capital, Rio Branco. Além da merenda escolar, como frutas, pão, mingau, biscoitos, a organização também fornecia cadernos, lápis, resmas de papel, tecidos e uniformes em grandes quantidades, conforme evidencia as fontes

verificando em Rio Branco que a frequência às classes não era satisfatória (816 comparecimentos diários sobre 1.234 matriculados, ou seja, 66%, em 1945) procuramos organizar uma instituição, a Sociedade Pestalozzi do Acre, que desde 1947 vinha distribuindo benefícios, avultados, graças à compreensão dos pais e professores que se fizeram dela, sócios contribuintes e a sua dinâmica e eficiente diretoria, auxiliada pela generosidade de um governo que fez as necessidades do povo, preocupações suas.

Em 1950, a Sociedade Pestalozzi distribuiu só nos cursos primários de Rio Branco, 915 uniformes, 4.154 lápis, 7.449 cadernos, merenda diária há 620 alunos e, pela verba do governo, 9.543 livros.

A frequência em 1950, no município de Rio Branco, se elevou a 1.747 sobre 2.189 matriculados, ou seja, 80%, enquanto no Território a frequência média de 3.429 em 1945, passou a 7.605 em 1950. As aprovações também foram mais numerosas; em Rio Branco, 394 aprovados, em 1945, e 865, em 1950; No Território, 1.809, em 1945, e 3.097, em 1950 (O Acre, 1952).

Notamos que a maioria dos proventos da organização vinham de pais e professores associados, por isso o esforço para demonstrar à população os avanços da escolarização por meio da assistência eram grandes, demonstrando o quanto a Sociedade Pestalozzi, junto com o Governo, estava empenhada em zelar pela educação e saúde da infância escolar acreana e assim ser chamariz de novos benfeitores:

a Sociedade Pestalozzi, instituição protetora dos estudantes primários, fundada neste Território sob os auspícios do Rotary Club local, e que tem recebido o apoio do Governo acreano, através do Departamento de Educação e Cultura, vem prestando uma eficiente assistência ao escolar de Rio Branco, notadamente aquele que membro de família numerosa ou de poucos recursos, encontra-se embaraços em frequentar as aulas por falta de roupas e de material escolar. Essa útil Sociedade no ano passado distribuiu gratuitamente aos escolares pobres, roupas ou melhor, fardamento e material didático, tendo também instituído a merenda escolar, que foi durante todo o ano letivo distribuída regularmente nos grupos escolares e escolas reunidas da Capital (O Acre, 1948).

Sobressai o constante reforço e apelo à manutenção das contribuições dos sócios, reforçando a importância de que novas pessoas se integrem à Sociedade, nessa empreitada de zelar pelo sujeito futuro enfatizando que: —Auxiliar a Sociedade Pestalozzi é favorecer a criança de hoje, ajudando a formar o homem de amanhã, de quem depende o futuro do nosso Brasil (O Acre, 1948).

quando se reiniciarem as aulas, nada mais justo que essa benemérita sociedade receba o apoio de todos os homens de espírito bem formado para que o seu quadro social aumente, elevando-se o número de sócios contribuintes, pois assim, maior facilidade terá essa instituição de ampliar os seus benefícios. O chefe de família ou mesmo cidadão solteiro que percebe uma diária de quarenta cruzeiros e mais, poderá, sem sacrifício algum, contribuir com uma mensalidade de cinco cruzeiros, ou seja, a irrisória quantia de um pouco mais de dezesseis centavos diários. Se a situação de muitos é boa e os filhos dispõem de tudo o que precisam, o mesmo não acontece com a maioria dos outros, cujos filhos precisam também frequentar a escola asseadamente e possui os mesmos materiais para o estudo (O Acre, 1948).

Assim, a sociedade Pestalozzi do Acre trabalhava pelo escolar necessitado, contando com auxílios do governo da época e das benfeitorias de contribuições particulares, contribuições estas que eram descontadas de alguns associados logo que saíam seus pagamentos:

a Sociedade Pestalozzi do Território do Acre solicitou-nos tornássemos público que as mensalidades dos seus contribuintes que são funcionários da administração veem sendo descontadas na Pagadoria do Governo, do que resulta apreciável economia das percentagens que seriam destinadas a cobradores (O Acre, 1947).

Como ilustra o jornal O Acre de abril de 1950, a tesouraria da guarda territorial enviava mensalmente, sem atraso, as doações para a sociedade, por meio do DEC, demonstrando uma parceria público privada na assistência prestada a diversas escolas do território.

FIGURA 7 - RENOVAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PRESTADOS PELA SOCIEDADE PESTALOZZI AS ESCOLAS DA CAPITAL.

O ACRE
GOVERNO DO TERRITÓRIO
BRANCO Domingo, 2 de Abril de 1950
la Generosidade»
•Exma. Sra. D. Lidia ma, Sebastião Inácio Pereira, Maria
D. Presidente Casa De Sald, Waldemar Teixeira da Silva,
Sr. Manoel Gomes da Cunha, Francisco

SOCIEDADE PESTALOZZI

Renovam-se os beneficios dessa instituição aos escolares da Capital

A Sociedade Pestalozzi, associação de amparo ao escolar pobre, já bem conhecida em Rio Branco, porque é mantida com os recursos provenientes de auxilios do Governo e contribuições de particulares, continua distribuindo tecidos para as fardas dos alunos que frequentam os grupos escolares da nossa Capital. Atentem: o fornecimento de fardas por estabelecimento de ensino era o seguinte:

	Metros de tecido	Fardas
Grupo Escolar «Presidente Dutra» (1e 2º turnos)	1.050,80	366
Grupo Escolar «Sete de Setembro»	694,00	239
Grupo Escolar «24 de Janeiro»	362,84	141
Total	2.088,60	746

Dentre as contribuições que recebe essa Sociedade, há as que se destacam pela espontaneidade da oferta, por exemplo a da Guarda Territorial. Ali não se procura a contribuição do mês. Ao contrário, é enviada ao D. E. C. pela Tesouraria da Guarda, logo que sai o pagamento da Corporação. Já a do mês de Janeiro, que se eleva a Cr\$ 250,000, acaba de ser entregue para encaminhamento à tesouraria da Sociedade.

Rio Branco, 17 de Março de 1950
Maria Angélica de Castro,
Diretora do D. E. C.

FONTE: Jornal O Acre 1950. Hemeroteca Digital.

Sobre os benefícios e contribuições fornecidos, essa organização, bem conhecida pela sociedade e pelos escolares do território, prestou atendimento ao Grupo Escolar “Presidente Dutra”, nos seus dois turnos de funcionamento, fornecendo-lhes 366 fardas. Ao Grupo Escolar “Sete de Setembro”, foi fornecido 239 fardas nesse período e ao grupo “24 de janeiro” 141 fardamento, totalizando 746 alunos atendidos com fardas. Um quantitativo bem comemorado na época, principalmente pelo governo que se isentava da responsabilidade de prover os recursos necessários para a permanência obrigatória das crianças na escola.

O Jornal O Acre de 1947 comemora essa ação da Sociedade Pestalozzi em nosso território, destacando que essa não passou despercebida aos olhos atentos:

todos aqueles que se interessam pelos problemas educacionais do Território, especialmente pelos que dizem respeito ao ensino popular ministrado nas escolas primárias mantidas pelo Governo, tem tido, de certo, oportunidades várias de verificar que a Sociedade Pestalozzi do Território do Acre, instituição fundada aqui há poucos meses e cujos objetivos, já por demais conhecidos, são os mais altruísticos e patrióticos possíveis, vem no desenvolvimento do seu programa de ação, prestando reais benefícios aos escolares reconhecidamente pobres, contribuindo, destarte, para o aumento de matrículas, e, notadamente, para a constância da frequência às aulas, o que tem sido observado nos estabelecimentos de ensino daquele grau (O Acre, 1947).

Na figura abaixo, vemos o prédio da Escola Presidente Dutra, uma das escolas atendidas pela benevolência da Sociedade Pestalozzi.

FIGURA 8 - GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE DUTRA 1949.



Fonte: Blog Tarauacá Notícias.²⁷

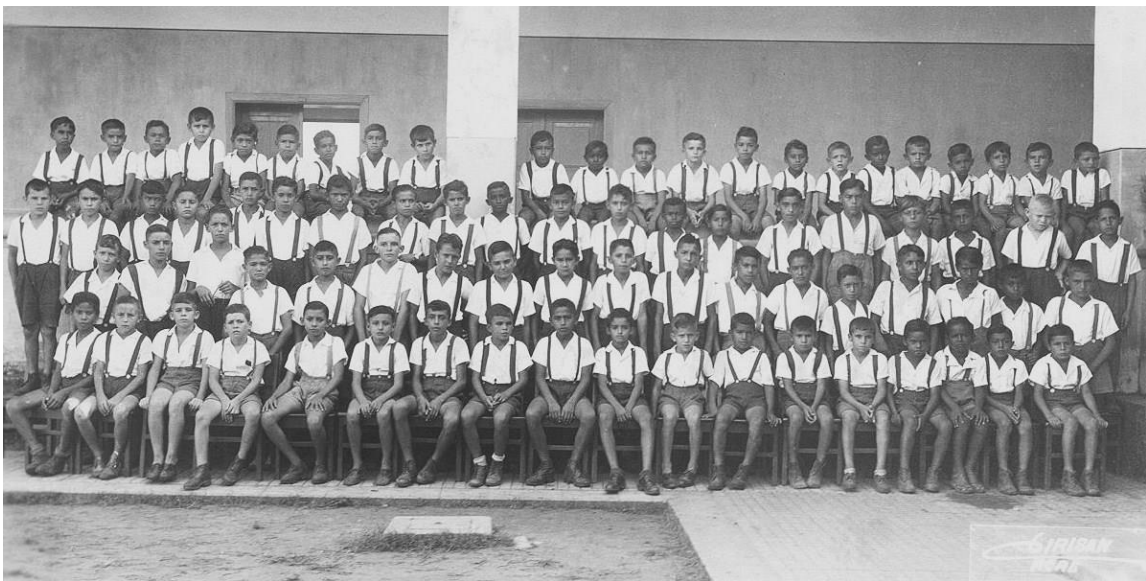
Dentre os proventos materiais ofertados pela instituição, se destaca sempre o uniforme escolar, doado em grande número para meninos e meninas. Ao direcionamos nosso olhar para o uso do uniforme escolar, podemos observar preceitos higienistas, dando a ver que o uso do uniforme, garantia não somente uma função niveladora, mas também disciplinava os corpos dos alunos, a fim de esculpir uma conduta esperada de uma organização social moderna, ou seja, uma conduta limpa e civilizada. Como discutido no capítulo anterior, conforme destaca Ribeiro; Gaspar da Silva (2012)

²⁷ Disponível em: <http://tarauacanoticias.blogspot.com/2010/03/grupo-escolar-presidente-dutra-rio.html>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

ao situar a roupa como preservação da saúde e do pudor e como critério para adoção de uma estética, a escola construiu estratégias de intervenção sobre os corpos dos alunos, disciplinando-os de modo a torná-los adequados para circular na emergente e idealizada sociedade: limpa, ordenada, sã e, enfim, civilizada, já que a roupa/uniforme esculpe uma conduta e reflete uma dada organização social (RIBEIRO E GASPAR DA SILVA, p. 582).

A imagem abaixo, (figura 9) ilustra os escolares do grupo Presidente Dutra.

FIGURA 9 - ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE DUTRA 1940.



Fonte: Blog Memórias do Acre²⁸.

Na figura acima podemos observar os traços higienistas da época. Todos os alunos com cabelos bem cortados, uniformes passados e padronizados em cores brancas, calças com suspensórios para os meninos, cabelos bem arrumados. Para Grotti (2016), na visão política do Estado Novo, a escola foi pensada como local adequado à formação moral e higiênica das crianças, assim

as escolas, consideradas como campo fértil de atuação para a realização da profilaxia da saúde da população, passaram a se tornar o foco de intervenção das prescrições médicas e da assistência, uma vez que era a escola pública o lugar para onde afluía a população pobre, considerada como detentora das enfermidades (Grotti, 2016, p. 166)

²⁸ Disponível em: MEMÓRIAS DO ACRE: ALUNOS DO GRUPO PRESIDENTE DUTRA NOS ANOS 40 (memoriasdoacre.blogspot.com) acesso em: 30 de junho de 2023.

Pensando nessa sociedade detentora das enfermidades e mazelas, o jornal O Acre de dezembro de 1950 apresenta um balancete das obras realizadas pela organização em prol dos escolares pobres referentes aos anos de 1947 a 1950. Constam informações acerca dos uniformes escolares, lápis, cadernos e alimentação. A fonte traz também um agradecimento prestado por Maria Angélica de Castro aos dinâmicos e eficientes diretores a frente da Sociedade Pestalozzi do Território do Acre.

FIGURA 10 - BALANCETE DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE PESTALOZZI EM 1949.

NUMERÁRIO EXISTENTE					
Saldo do caixa em 1949					10.866,00
Deficit verificado					9.100,40
Saldo do caixa em 1950					1.765,60
Depositado no Banco do Brasil S/A					11.140,20
Total					Cr\$ 12.905,80
Rio Branco, 31 de Dezembro de 1950.					
DISTRIBUIÇÃO	1947	1948	1949	1950	Total
Uniformes escolares	908	1 107	1 018	915	3 948
Lapis	2 669	2 084	4 318	4 154	13 225
Cadernos	2 350	3 037	7 751	7 449	20 587
Nº de escolares que recebiam merendas diariamente	328	560	504	620	2 012

Referindo-nos a essa sociedade de caráter social, mas que contou sempre com o apoio e auxílio do Governo, é justo que resistemos uma palavra de agradecimento aos sócios contribuintes e de reconhecimento aos membros da sua dinâmica e eficiente diretoria: Major Armando Jobim, presidente de honra; Dr. Gerardo Parente Soares, presidente; Dr. Achilles Peret, vice-presidente; Professora Nilce de Pinho Leite, 1ª. secretária; Professora Maria José dos Reis, 2ª. secretária; sr. João Firmo da Cunha, 1º. tesoureiro; Antônia de Araujo Passos, 2ª. tesoureira.

(Trecho do relatório sobre as atividades do Departamento de Educação e Cultura apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Território, pela Diretora, professora, Maria Angélica de Castro).

Fonte: Jornal O Acre 1950. Hemeroteca Digital.

A figura 10 também nos dá a ver que os números de atendimento e de oferta dos proventos materiais se expandiram durante o passar dos anos. Isso por conta do esforço constante e da campanha de convites em prol de associados e benfeitores dispostos a lutar pela causa dos desvalidos, contribuindo com a organização filantrópica com vistas a beneficiar a nação brasileira. Podemos notar, também, no quadro apresentado, que ocorre uma oscilação dos números entre os anos de 1948 a 1950, mostrando que a organização já não contava com tantas contribuições, justificando a grande necessidade de apelo nos jornais da época. O jornal O Acre de 1947 traz o seguinte apelo ao povo que almeja o progresso do Acre:

a ação da Sociedade Pestalozzi a prol do escolar necessitado tem sido, na verdade, notável. Poderá, entretanto, dilatar se cada vez mais, na razão direta do apoio que o povo lhe der, do concurso patriótico dos brasileiros que almejam o progresso do Acre e desejam viver em uma Pátria engrandecida pela educação dos seus filhos, lhe possam oferecer. Deixamos aqui, por conseguinte o nosso caloroso apelo aos acreanos de boa vontade, no sentido de levarem o seu auxílio por intermédio da Sociedade Pestalozzi, aos nossos pequenos patrícios necessitados de recursos, que bem merecem. Contribuir para que seja aumentado o quadro de sócios daquela instituição, é uma das melhores maneiras de trabalhar-se pela educação dos brasileiros do Acre (O Acre,1947).

Conforme previsto em seu Estatuto, Capítulo VII, artigo 22º, o patrimônio da Sociedade se constituirá de:

- a) De contribuições dos sócios e donativos;
- b) De subvenções, auxílios e legados;
- c) De rendas de festivais, produtos de jogos esportivos, quermesses etc.;
- d) De bens que a Sociedade vier a adquirir ou que lhe forem doados.

O patrimônio da Sociedade Pestalozzi do Acre, vinha de subvenções do governo local e da união. O jornal O Acre reuni muitos relatórios e balancetes prestando contas sobre os valores recebidos não só pela Sociedade, mas por outras organizações que também prestavam um serviço de assistência no Território.

Dentre estes, se destaca na fonte de 1956 do jornal citado, um balanço de subvenção prestado pela União, na época, sendo a Sociedade Pestalozzi a última da lista, beneficiada com um montante de 55 mil cruzeiros. Outras fontes demonstram que essa subvenção aconteceu desde os primórdios da organização e se estendeu aos anos de 1959.

entidades Assistenciais Beneficiadas com Dotações no Orçamento da União para o Ano em Curso (Ministério de Educação e Cultura). Para conhecimento dos interessados, a fim de, que providenciem os papeis necessários ao recebimento das dotações que lhes foram atribuídas, transcrevemos, a seguir, a relação dos contemplados com as respectivas importâncias: {...} Sociedade Pestalozzi do Acre – Rio Branco...55.000,00 Cr\$ (O Acre, 1956, *grifos nossos*).

Entretanto, indícios demonstram que a ajuda de custo não era suficiente para as obras da organização, dado o grande número de publicações no jornal O Acre, relativos a convites para novos contribuintes e associados, como também a divulgação de bailes beneficentes por parte do Rotary Club de Rio Branco, em prol de arrecadação de fundos para a Sociedade Pestalozzi do Território.

O fato de merecer a confiança do povo, e buscar tanto a ajuda de novos associados chamou a atenção nas fontes isso nos indicou que a novel instituição tão aclamada no jornal, sobretudo O Acre, também recebia algumas críticas da população, principalmente de pais de alunos pobres que reclamavam da má distribuição dos benefícios da Sociedade Pestalozzi. O jornal O Acre de 8 de janeiro de 1950 traz um texto de Hugo F. de Carvalho, destacando quão injustas são tais restrições. Vejamos:

não podem passar despercebidos, àqueles que se interessam pelo progresso do Acre, tão acentuado nestes últimos anos em todos os setores da vida regional, as atividades que vem desenvolvendo no que se refere à assistência à infância escolar de Rio Branco, a Sociedade Pestalozzi, daí o crescente número de sócios contribuintes que se tem escrito no quadro dessa benemérita instituição, permitindo lhe na medida do possível, realizar os seus objetivos, **Infelizmente, porém, e elevado ainda é o número de pessoas que, em absoluta ignorância do assunto, levemente, portanto, menosprezam uma obra de mais alta significação social, como é o que vem realizando entre nós a Sociedade Pestalozzi.** Esquecidas, talvez de que com isso podem prejudicar os próprios filhos. Em verdade, há nada mais visa essa importante instituição do que ao amparo ao escolar, pobre dos nossos estabelecimentos primários de ensino. Amparo esse que tem se traduzido efetivamente pela distribuição gratuita entre os alunos mais pobres das várias escolas locais, daquilo que eles mais necessitam, ou seja, os alimentos, roupas e material escolar (O Acre, 1950, *grifos nossos*).

O mesmo jornal dá conta de ilustrar um pouco mais de informações acerca das críticas recebidas pela instituição e de suas respostas quando a essas colocações dos pais, destacando que, mesmo com pouco, a organização fazia muito “uma vez que a Pestalozzi não é uma entidade oficial, mas de iniciativa particular, embora conte com o mais franco e dedicado apoio do Governo do Território” (O Acre, 1950).

não é raro, todavia, encontrar-se pais de alunos pobres que se queixam da pouca uma distribuição dos benefícios da sociedade. Mas, evidentemente, essas reclamações, provém que esses pais não conhecem a verdadeira situação econômico-financeira da Pestalozzi e talvez jamais tenham pensado que a justiça consiste na igualdade e que a igualdade, a sua vez, consiste em tratar-se desigualmente os desiguais. Ora, está claro que a sociedade procedia, acertadamente, quando dá mais a um aluno que tem menos e inversamente, menos a um aluno que tem mais, conquanto seja ainda pobre.

Para ser mais claro ainda, merece naturalmente maior benefício o pai, que, sendo pobre tem quatro ou cinco filhos a cuidar, do que aquele que sendo também pobre, possui apenas um ou dois filhos somente. Há de se ter em

conta ainda que também a Sociedade é pobre e todo o benefício que pode ser distribuído resulta da contribuição das dos sócios (O Acre, 1950).

A Sociedade Pestalozzi entre 1949 e 1950, contava somente com 449 sócios contribuintes e atendia cerca de 3 mil escolares na capital acreana. Eles contavam com o recebimento de proventos materiais, dentre eles a merenda diária, que era um importante benefício da Sociedade Pestalozzi, pois “deles usufruíram cerca de 504 escolares durante todo o ano, sendo 101 do grupo escolar, 24 de janeiro, 202 do grupo escolar, 7 de Setembro e 198 do grupo escolar Presidente Dutra” (O ACRE, 1950). Com referência ao material escolar, a mesma fonte destaca que “a Sociedade Pestalozzi forneceu, durante o exercício de 1949, 4.318, lápis e 3.591 cadernos, e 52 resmas de papel almaço”. Outros provimentos como fardas/uniforme escolar também tiveram uma quantidade significativa, conforme podemos constatar:

expressivo, é o número das fardas distribuídas em março e setembro de 1949 e que custam nada menos de Cr\$ 60, 00 cada uma. Esse número é de 1.018 fardas que foram distribuídas, em março pelos grupos escolares 24 de janeiro, (101 fardas) Presidente Dutra, (311 fardas) Sete de Setembro, (225 fardas), Escola do Engenho, Independência, (20 fardas) Escola Minas Gerais na Fazenda Sobral, (23), Escola Carlos de Vasconcelos, no bairro Quinze (41), e Escolas Wenceslau Salinas, em Porto Acre, (53). E em setembro, pelos grupos escolares 24 de Janeiro (77), Presidente Dutra, (62), e Sete de Setembro, (105), num total de 2.611 metros de fazenda (O Acre, 1950).

Vale ressaltar que essa assistência, segundo o estatuto da sociedade e os escritos da fonte abaixo, era prestada somente às famílias pobres. Entretanto, outros indícios deram a ver que mais pessoas foram contempladas com os proventos materiais, nos permitindo entender de onde surgem as críticas feitas pela população. O redator e diretor do jornal deixam bem claro sua opinião quanto às críticas feitas a má distribuição dos proventos da Sociedade e demonstra de que forma a população deve ajudar a instituição assistencial:

do que ficou exposto se conclui que são injustas todas as restrições acaso feitas a tão nobre entidade assistencial. O que se impõe é que a ajudemos na medida do que desejamos que ela faça e votemos as pessoas que carinhosa e desinteressadamente há animam ou dirigem, o nosso respeito e gratidão pelo muito que fizeram e que prometeram fazer ainda em proveito dos escolares de Rio Branco e quiçá do Território (O Acre, 1950).

Outras fontes demonstram que os subsídios não eram ofertados de fato e de direito somente aos pobres, mas utilizados como moeda de troca aos associados da instituição. Foram ofertados proventos materiais, sendo eles uniformes, para funcionários públicos, pais, diaristas, dentre outros que fizessem parte da instituição, a saber:

contando apenas com 383 sócios, a benemérita instituição, além de vir assistindo, tão eficientemente quanto lhe permitem os seus atuais recursos financeiros, aos escolares reconhecidamente necessitados, como acentuamos, estenderá aqueles benefícios às crianças cujos pais, sendo seus associados, modestos funcionários públicos, operários, diaristas, guardas territoriais, se vêm envolvidos, constantemente, na quadra excepcional que ora atravessamos, de carestia, por dificuldades diversas. Aos primeiros vem fornecendo gratuitamente, desde o início do vigente período letivo, o uniforme com que deverão comparecer as aulas. Já foram oferecidos 587 uniformes, assim distribuídos: Grupo escolar 7 de setembro: - para meninos, 208; para meninas 268, perfazendo um total 476. Grupo Escolar 24 de Janeiro: - para meninos 38; para meninas 53, num total de 91. Escola Carlos de Vasconcelos (bairro 15): para meninos 6; para meninas 14, num total de 20. (O Acre, 1947).

Os subsídios angariados pela Sociedade Pestalozzi do Território do Acre também eram utilizados em prol das festas escolares, nas quais a instituição destinava prêmios para os alunos que se destacavam, como também bombons e biscoitos para encerrar o ano letivo. Essas doações se estendiam para festas natalinas e para a semana da criança. É curioso que sempre se enfatizava o apoio do Governo, por meio do Departamento de Educação.

as festas de encerramento do ano letivo da Capital serão este ano patrocinadas pela Sociedade Pestalozzi de Rio Branco, que para isso já entrou em entendimento com a ilustre diretora do Departamento de Educação e Cultura do Território. A Sociedade Pestalozzi mandou adquirir na capital federal os prêmios necessários para a conferir aos alunos que mais se distinguiram no curso e conseguiram boa classificação nas provas finais do ano. Mandou também buscar grande quantidade de bombons e biscoitos de boa qualidade para distribuir as crianças nas festas de encerramento do ano escolar, e está cuidando de conseguir ainda um filme interessante para exibir no salão de projeções do cinema educativo do Departamento de Educação (O Acre, 1947).

O jornal O Acre servia como um veículo de angariação de associados, prestação de contas e de avisos referentes à Sociedade Pestalozzi do Acre. Uma notícia de 1958 traz informes dos subsídios advindos do governo federal, destacando que publicarão frequentemente em todas as edições a relação das entidades contempladas com a verba pública, com o intuito de ajudar as organizações, dentre elas a Pestalozzi última da lista na

figura 11, recebendo 30 mil cruzeiros, a terem as suas cotas em tempo hábil e de acordo com as exigências legais.

FIGURA 11 - AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PARA A SOCIEDADE PESTALOZZI.

O ACRE	
Auxílios e Subvenções para Entidades no Território	
Ministério da Justiça	
Publicamos, a seguir, e continuaremos a fazê-lo nas próximas edições, uma relação das entidades sediadas neste Território, que foram contempladas com auxílios e subvenções do Governo Federal, em 1958.	
Essa publicação é feita no intuito de possibilitar aos interessados tempo necessário para que se habilitem ao recebimento das suas respectivas quotas, de acordo com as exigências legais:	
VERBA 2.0.00 - Transferências	
CONSIGNAÇÃO 2.1.00 - Auxílios e Subvenções	
SUBCONSIGNAÇÕES 2.1.02 - Subconsignações Ordinárias	
1) Para aplicação nos termos do artigo 12 da Lei n. 1.492, de 13/12/51, conforme discriminação no anexo «B»:	
01) A C R E	
Casa do Estudante Acreano - Rio Branco	50.000,00
Casa dos Desajustados Sociais - Rio Branco	77.500,00
Colégio Divina Providência - Xapuri	80.000,00
Colégio Imaculada Conceição - Rio Branco	20.800,00
Escola Don. Prospero Bernardi - Rio Branco	20.000,00
Instituto Divina Providência - Xapuri	245.500,00
Instituto Santa Terezinha - Cruzeiro do Sul	45.000,00
Internato da Escola São José - Cruzeiro do Sul	45.000,00
Obra do Estudante Pobre - Rio Branco	110.000,00
Sociedade Pestalozzi do Território do Acre - Rio Branco	30.000,00
	693.000,00
2.1.03 - SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	

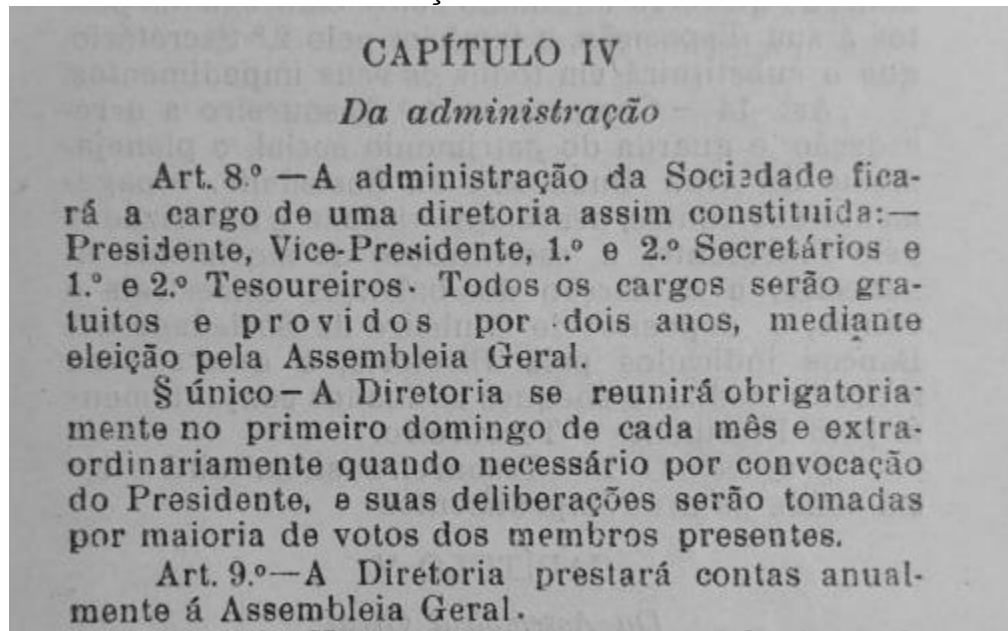
Fonte: Jornal O Acre 1958. Hemeroteca Digital.

Fato curioso dessa preocupação e que demonstra a falta de neutralidade das fontes jornalísticas, é que um dos jornalistas e colunistas do jornal O Acre, Felipe Pereira, era membro sócio da Sociedade Pestalozzi e parte do Rotary Club. Isso ilustra a grande abertura e circulação de informações sobre a Sociedade Pestalozzi nesse periódico. Esse fato nos direciona ao pensamento de Chartier (1990) sobre a importância de reconhecer que a apropriação não é um processo unidirecional, mas sim uma troca constante entre a cultura dominante e as culturas subalternas. Essa interação dinâmica entre a cultura oficial e as práticas de apropriação é fundamental para a compreensão da evolução cultural ao longo do tempo.

Os membros do Rotary Club de Rio branco também costumavam dar festas luxuosas para o alto escalão do território, visando arrecadação de fundos e novos sócios para a organização assistencial. Nessas festas sempre se faziam presentes redatores do jornal. A diretoria da Sociedade Pestalozzi era composta por figuras de renome, como educadores, secretários de justiça, políticos, juizes, advogados, médicos, jornalistas, dentre

outros. Conforme previsto em seu Estatuto, Capítulo IV, artigo 8º, a administração da Sociedade se organizava:

FIGURA 12 - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE PESTALOZZI.



Fonte: Estatuto da Sociedade Pestalozzi. Relatório do Departamento de Educação e Cultura, 1947.

As contas da sociedade eram prestadas anualmente e divulgadas nos balancetes do jornal O Acre, como também nos relatórios do DEC. Também era veiculado no jornal O Acre a chamativa dos sócios para as assembleias e reuniões da organização e para a eleição de novas diretorias que se renovavam a cada dois anos. A imagem a seguir é um fragmento do jornal O Acre de 1958 e ilustra alguns desses convites e informes sobre as novas diretorias que mereciam o apelo do poder público e a confiança do povo.

FIGURA 13 - NOVA DIRETORIA DA SOCIEDADE PESTALOZZI.

**Tem Nova Diretoria
a Sociedade
Pestalozzi**

Em reunião de Assembléia Geral realizada no dia 27 de agosto pp. na sede do Rio Branco F.C., foi empossada a nova Diretoria da Sociedade Pestalozzi, eleita para o biênio 1958/59, ficando assim constituída:

Presidente — Jovino de Araujo Luz.
Vice-Presidente — Leonidas Nogueira de Pontes.
1º Secretário — Luiz de Carvalho Fontenele.
2º Secretário — Mariano Oliveira.
1º Tesoureiro — Mustafa Zacour.
2º Tesoureiro — Alberto Felício.

CONSELHO FISCAL

Teófilo Pacheco Conduru
Alexandre dos Santos Leitão
Francisco Sobreira Cavalcante
Geraldo Gurgel de Mesquita
Ary Rodrigues
Clio Rodrigues Leite
Romano Evangelista da Silva.

Espera-se que o novo corpo diretor daquela entidade de assistência escolar continue desenvolvendo o seu louvável programa assistencial, merecendo assim o apóio dos poderes públicos e a confiança do povo

Fonte: Jornal O Acre 1958. Hemeroteca Digital.

Todos esses sujeitos tinham uma representação comum, o de prover às crianças pobres os proventos materiais para que se mantivessem na escola, vislumbrando um projeto para o amanhã, projeto esse de modernização do território. A Sociedade Pestalozzi, por meio dos sujeitos e instituições que lhes prestaram auxílio financeiro, promoveu assistência à infância pobre acreana e, apesar de buscar inculcar nas mentalidades destes um ideal nacionalista e civilizatório, moldando costumes, hábitos e culturas, ressaltamos que, sem o auxílio dessa organização assistencial às crianças pobres, os familiares, provavelmente teriam enfrentado maiores dificuldades decorrentes de sua condição econômica e social (Grotti, 2016), não tendo como manter seus filhos na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado, teve como objeto central, a atuação da Sociedade Pestalozzi no Território do Acre no século XX. O ponto de partida deste estudo foi a perspectiva da cultura material, dada a extensa variedade de recursos materiais destinados aos estudantes carentes da capital acreana por esta Sociedade. A indagação central que orientou nossa pesquisa foi a seguinte: Como se configurou a materialidade escolar a partir da assistência proporcionada pela Sociedade Pestalozzi aos estudantes no Território do Acre, entre 1945 e 1960? Dessa questão principal derivaram outras indagações fundamentais que nos serviram como farol, sendo elas: a) quais instituições foram beneficiadas e quem eram os responsáveis por essa Sociedade? b) houve apoio financeiro do governo? c) quais recursos materiais a Sociedade Pestalozzi disponibilizava para os estudantes carentes da capital acreana? d) como a sociedade da época percebia e assimilava essa forma de assistência, e de que maneira ela se refletia na cultura material escolar?

No intento de responder tais indagações o estudo demonstrou que ao final do século XIX e início do século XX, surgiram preocupações crescentes com a assistência e educação das crianças, visando atender às suas necessidades físicas, higiênicas, cognitivas e afetivas. Inicialmente, essas preocupações tinham um caráter preventivo, concentrado em cuidar das crianças pobres e "menores abandonados" para evitar que se tornassem delinquentes. Enfatizamos que o Brasil, as mudanças na forma de perceber a infância estiveram ligadas a questões de moralização e progresso nacional. A sociedade brasileira buscava educar as crianças para contribuírem com o progresso do país, especialmente durante a modernização e industrialização. As crianças eram vistas, em sua maioria, como filhas da pobreza, associadas ao vício e à imoralidade. Esse olhar sobre a infância variava de acordo com a classe social a qual a criança pertencia. Essas concepções sobre o atendimento à infância, como assistencial, higienista e preventiva, começaram a mudar com a Constituição Brasileira de 1988, que reconheceu a criança como sujeito de direitos. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 passou a proporcionar atendimento educacional em creches para crianças de todas as classes sociais, não mais com o viés assistencialista.

Enfatizamos também, como no decorrer da história, a sociedade foi construindo diferentes perspectivas sobre a infância e seu desenvolvimento, influenciadas por fatores históricos, sociais e culturais. A história do atendimento às crianças pequenas no Brasil tem semelhanças com a história da educação especial. Inicialmente, ambas foram assumidas pela sociedade civil, com abordagem filantrópica, com a ideia de compensar algo que faltava nessas crianças, algo que deveria ser suprido pela sociedade e pelo poder público. Instituições filantrópicas foram criadas, principalmente na década de 1930, como a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais sendo pioneira graças ao trabalho da educadora russa Helena Antipoff.

Helena Antipoff, formada em psicologia em Paris e especializada em psicologia da educação, veio ao Brasil em 1929 a convite das autoridades brasileiras para lecionar em Minas Gerais e implementar reformas educacionais. O contexto político principal de sua atuação nas SP tinha como pano de fundo, o Estado Novo de Getúlio Vargas caracterizado por uma política populista, com foco no bem-estar social e maior atenção a educação das crianças, que eram vistas como o futuro do país. No entanto, Helena Antipoff discordou da visão otimista da educação como a cura para todos os problemas sociais e notou que a educação no Brasil não atendia adequadamente as crianças em "perigo moral". Ela fundou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais em 1934, com o objetivo de atuar na exclusão social e proteger os direitos das crianças em situação de risco social. Ela também criou outras Pestalozzis em diferentes partes do Brasil.

Essas instituições atendiam crianças "excepcionais" e visavam adaptá-las a um padrão socialmente aceito, preparando-as para o trabalho e a sobrevivência independente do Estado. Apesar de serem filantrópicas, essas organizações contaram com o apoio do governo estadual e federal. A assistência aos "excepcionais" era uma troca entre o Estado e a filantropia, em que as instituições recebiam apoio financeiro do governo em troca de prestarem serviços relevantes para a educação e saúde das crianças. Essa ação filantrópica visava à higiene mental e à harmonia social, refletindo ideias eugênicas.

A Sociedade Pestalozzi no Acre, por exemplo, foi influenciada por Helena Antipoff dado que Maria Angélica de Castro, educadora mineira, pupila de Antipoff, e diretora do DEC, foi quem esteve à frente da implementação da SP do Território do Acre. Sociedade essa que localmente, contribuiu para a oferta de uniformes escolares, materiais escolares

e merenda para crianças pobres, como parte do projeto de modernização do país e do território acreano na época.

O período de 1940 a 1960 foi marcado por intensas transformações sociais, políticas e econômicas no Acre. A região buscou integrar-se mais efetivamente ao restante do Brasil, com a construção de estradas, desenvolvimento da infraestrutura e modernização da economia. A preocupação crescente com a assistência à criança pobre e a educação nesse período, também foi um aspecto importante, dado que a infância passou a ser vista como um problema social, e várias iniciativas visavam fornecer assistência e educação para melhorar a nação. No entanto, as crianças pobres enfrentaram desafios na educação, pois muitas não podiam pagar a mensalidade escolar e eram privados da merenda escolar. Havia também a imposição do uso do uniforme escolar, o que acabava por acarretar um meio de diferenciar as crianças ricas das pobres. Nacionalmente, os uniformes tinham a intenção de promover a igualdade entre os alunos, criando um ambiente mais igualitário e representando a autoridade das instituições de ensino. No entanto, a realidade não condizia com essas intenções, uma vez que as escolas públicas só recebiam alunos cujas famílias podiam pagar pelos uniformes.

Para enfrentar as dificuldades financeiras associadas ao uso de uniformes escolares, foram criadas estratégias de assistência, como as "Caixas Escolares", que visavam arrecadar fundos para fornecer roupas e calçados a alunos carentes. No entanto, esses recursos eram limitados, e muitas crianças ainda não recebiam assistência. A Sociedade Pestalozzi surgiu no Território do Acre como uma alternativa para convencer a população, especialmente as famílias pobres, a enviar seus filhos para a escola, devido ao alto índice de analfabetismo na região, que chegava a 70,2%. Maria Angélica de Castro, diretora do Departamento de Educação e Cultura, juntamente com o Rotary Clube, liderou a implementação da Sociedade Pestalozzi no Acre, seguindo os moldes da Sociedade Pestalozzi do Brasil. Essa organização buscava promover assistência a educação primária e o desenvolvimento da região. Ela se baseava em princípios da Escola Nova, que colocava as crianças no centro da educação e visava formá-las para uma vida útil na sociedade.

A Sociedade Pestalozzi do Acre oferecia ajuda de custo às crianças pobres por meio de materiais escolares, uniformes e merenda escolar, em várias instituições de ensino da cidade de Rio Branco. A iniciativa recebeu grande apoio da sociedade e contou com a colaboração do governo, liderado pelo governador Major Guiomard dos Santos. A

organização se expandiu para outros municípios do Acre, como Cruzeiro do Sul, e contou com o apoio de órgãos de proteção à infância. As notícias da época elogiavam o trabalho da Sociedade Pestalozzi e dos membros do Rotary Club.

Além do Rotary a organização aceitava membros de diferentes categorias, desde contribuintes que doavam uma quantia mensal até benfeitores que faziam doações significativas. Eles colaboravam com escolas, fornecendo uniformes, materiais escolares e merendas, visando melhorar a frequência e o desempenho dos alunos, principalmente os mais necessitados, realizava festas e eventos para arrecadar fundos e promover a assistência à infância, buscando criar uma sociedade mais saudável e evoluída, alinhada com o cenário nacional no início do século XX. A Sociedade Pestalozzi trabalhava em parceria com outras instituições, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), para oferecer serviços adicionais, como cursos de puericultura e assistência a gestantes. A organização buscava aumentar o número de matrículas nas escolas e enfatizava o caráter assistencial da educação na época.

Esta pesquisa evidenciou as parcerias e as contribuições de membros e benfeitores para manter as atividades da Sociedade Pestalozzi. Além disso, encontramos críticas da população, especialmente de pais de alunos pobres, sobre a distribuição dos benefícios da organização. No entanto, a Sociedade Pestalozzi se defendia argumentando que era uma instituição privada, não oficial, e que fazia o que podia para ajudar, com apoio do governo do território. O que nos remete ao que Chartier (1990) destaca, sobre a apropriação englobar a recepção e interpretação ativa das representações culturais por parte dos indivíduos. Estes não são meros receptores passivos dessas representações, mas sim sujeitos que as integram em suas vidas de maneiras que têm significado para eles. Esse processo de apropriação pode abranger a leitura de textos, a interpretação de imagens, a adaptação de conceitos culturais e a reutilização de elementos culturais para atender às suas necessidades e metas pessoais. De acordo com Chartier, a apropriação é uma faceta indispensável no processo de construção de significado e na formação da identidade individual e coletiva, nesse caso uma identidade coletiva em prol da assistência e do apoio a Sociedade Pestalozzi, como também a individual evidenciada por discordâncias em sua atuação.

Assim, enfatizamos a atuação da Sociedade Pestalozzi no Território do Acre, destacando que seus subsídios não eram oferecidos apenas aos pobres, mas também aos

associados da instituição. Foram fornecidos uniformes gratuitamente para crianças carentes e oferecidos prêmios, bombons e biscoitos em festas escolares.

O jornal "O Acre" desempenhava um papel importante na divulgação e prestação de contas da sociedade. Além disso, membros proeminentes da sociedade faziam parte de organizações e eram figuras respeitadas na comunidade. Dessa maneira concluímos que a Sociedade Pestalozzi tinha como objetivo principal, prover assistência à infância pobre no Acre e promover ideais nacionalistas e civilizatórios, contribuindo para a modernização do território e aliviando as dificuldades enfrentadas pelas famílias de baixa renda em manter seus filhos na escola.

Diante do exposto, é possível perceber a evolução histórica do atendimento à infância no Brasil, com um enfoque especial na trajetória da Sociedade Pestalozzi no Território do Acre. No cenário brasileiro, as transformações na percepção da infância foram influenciadas por contextos sociais, econômicos e políticos, refletindo-se em iniciativas como a Sociedade Pestalozzi. A abordagem filantrópica da Sociedade Pestalozzi, fundamentada em princípios da Escola Nova, buscou não apenas integrar as crianças à sociedade, mas também proporcionar condições adequadas para seu desenvolvimento. A colaboração entre a sociedade civil e o poder público mesmo que voltados para interesses nacionalistas, evidencia a importância da ação conjunta para superar desafios e garantir o acesso à educação, especialmente em regiões economicamente desfavorecidas.

Ao analisar esse contexto histórico, é possível compreender como as concepções sobre a infância evoluíram ao longo do tempo, passando de uma visão assistencialista para o reconhecimento dos direitos das crianças. A Sociedade Pestalozzi no Acre, ao buscar promover a educação e assistência à infância, tornou-se parte integrante desse processo de transformação, deixando um legado duradouro na promoção do bem-estar infantil e na contribuição para a modernização do território. Assim, a história da Sociedade Pestalozzi no Acre ressalta a importância de abordagens integradas e colaborativas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada criança tenha a oportunidade de desenvolver seu potencial plenamente.

REFERÊNCIAS

- ARIÊS, Philippe. **História Social da Criança e da família**. 2ª edição. São Paulo, Editora LTC, 1981.
- ANDREOTTI, Azilde Lina. **A administração escolar na era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930 - 1960)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 102–123, ago. 2006.
- BEZERRA, Maria Irinilda da Silva; GROTTI, Giane Lucélia; SILVA, Melrilyn Rayline Marques. Cultura e material escolar no Acre: início da discussão. In: **A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede**. Curitiba. CRV, 2021.
- BENITO, Agustín Escolano. Patrimônio Material de La Escuela e História Cultural. **Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 13 – 28, jul. / dez. 2010.
- BICA, Alessandro Carvalho. **A pesquisa em História da Educação: caminhos, etapas e escolhas no trabalho do historiador**. IX ANPED SUL, 2012.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Jorge Zahar Editor. Editora UFRJ, 1993.
- BORGES, Adriana Araújo Pereira; BARBOSA, Esther Augusta Nunes. "Helena Antipoff E a Sociedade Pestalozzi De Minas Gerais: Filantropia E Ciência Em Prol Dos Anormais." **História, Ciências, Saúde--Manguinhos** 26.Suppl 1 (2019): 163-77. Web.
- BURKE, Peter. (org). Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História. Novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Educação no Brasil: a história**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CARVALHO, Mark Clark Assen; GROTTI, Giane Lucélia. Gênese e demarcações históricas sobre a escola/ patrimônio da educação infantil em Rio Branco. **Revista Humanidades e Inovação**. V.8, n.32, 2021.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Helena Antipoff: Coleção Educadores**. Belo Horizonte. Ministério da Educação, 2010.
- _____. Helena Antipoff: **Razão e Sensibilidade na psicologia e na educação**. Estudos Avançados. v. 17. n. 49, São Paulo, 2003, p. 209-231.

CAMARA, Sônia. **Sob a Guarda da República: a infância menorizada no Rio de Janeiro na década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

_____. **Infância Pobre e Instituições Assistenciais no Brasil Republicano**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; ARAÚJO, Vania Carvalho (orgs.). **História da Educação e da Assistência à Infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011, p. 17-56.

CASTRO, Cleyde Oliveira de. **Gestão Maria Angélica de Castro: apropriação das ideias sobre a Escola nova no território federal do Acre (1946/1951)**. Editora, UFMG. 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, 1992.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CIAVATTA, Maria. A cultura material escolar em trabalho e educação. A memória fotográfica de sua transformação. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 23, n. 46, p. 37-72, jul./dez. 2009.

CERISARA, Ana Beatriz. **Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? Perspectiva**. Florianópolis, v.17, n. Especial, p. 11-21, jul./dez.1999.

COUTO, Inalda, Alice Pimentel do. Melo, Valéria Galo de. **Infância Tutelada e Educação: história e legislação**. Rio de Janeiro. Ravil, 1998.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: **Histórias das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, pp.7-17.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Edições Graal, 1986.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GINELLI, Giovanna. **História da Educação no Acre**. Rio Branco, SEE. 2008.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Eurico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1999.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GROTTI, Giane Lucélia. **História da Assistência da Criança Pobre em Rio Branco-Acre: instituições sujeitos e ações na década de 1940**. Curitiba, 2016.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância: da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HILSDORF, Maria Spedo. **História da educação brasileira: leituras** / Maria Lucia Spedo Hilsdorf. São Paulo. Cengage Learning, 2017.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5ª ed. São Paulo. Cortez, 1995.

KUHLMANN JR Moysés. História da Educação Infantil Brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. maio/jun/jul/ago. 2000, pp. 5-18.

_____. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Editora 12 Mediação, 2004.

_____. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Authêntica, 2011, pp. 469-517.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, p. 423-483.

LIMA, João Francisco Lopes. Educar para a democracia como fundamento da educação no Brasil do século XX: a contribuição de Anísio Teixeira. **Educar em Revista**, Curitiba, 2011.

LIMA, João Francisco Lopes. Pestalozzi: o Romantismo e o nascimento da Pedagogia Social. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, 2010.

LUZ, Alana Souza. ANJOS, Juarez José Tuchinski. **Financiamentos e usos da caixa escolar nos jardins de infância de Brasília (1960-1970)**. Revista *entreideias*. Salvador, 2022.

_____ **A caixa escolar na historiografia educacional brasileira recente (2011-2021)**. Revista *Contemporânea de Educação*, v. 17, n. 39, mai/ago. 2022.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. PASCHOAL, Jaqueline Delgado. A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista Histebr On-line**, Campinas, n. 33.p.78-95, mar. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. **Vozes** Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Augusto de. **Proteção moral e jurídica à infância**. Lisboa: Typografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira, 1929.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 2005.

PASQUINI, Adriana Salvaterra; TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. Historiografia da educação: a imprensa enquanto fonte de investigação. In: **Revista Interfaces Científicas - Educação**. Aracaju: vol. 2, nº 3, p. 257-267, jun, 2010.

PAULILO, André Luiz. A cultura material da escola: apontamentos a partir da história da educação. **Rev. Bras. Hist. Educ**, v.19, 2019.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro, Graphia, 1999.

RAFANTE, Heulalia Charalo; LOPES, Roseli Esquerdo. Helena Antipoff e a educação dos “excepcionais”: uma análise do trabalho como princípio educativo. Revista **HISTEDBR On-line**, Campinas, 2009.

RAFANTE, Heulalia C. **Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: a Fazenda do Rosário e a educação pelo trabalho dos meninos excepcionais de 1940-1948**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2006.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 8. Ed. rev. e ampl. São Paulo, Cortez, 1988.

RIBEIRO, Ivanir. GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2012.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In _____; PILOTTI, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil**. RIZZINI Irene e PILOTTI, Francisco (orgs.), São Paulo: Cortez, 2009.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na primeira República. In: **Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. FGV Editora, 2015.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, 2003.

SANTOS, Natália Gomes. GONÇALVES, Taísa Grasiela Liduenha. MANTOVANI, Juliana Vechetti. O público e o privado na educação especial: o caso da Sociedade Pestalozzi do Brasil. **Revista COCAR**, Belém, 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes, problemáticas e controvérsias. **Sociedade e Cultura**, 2000.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Educação & Sociedade**, 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, Pelotas, 2003. SARMENTO, Manuel Jacinto. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: ASA, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Entrevista. In: DELLGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmento. **Currículo sem Fronteiras**, 2006.

- SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: Correntes e Confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: **Vozes**, 2008. 277 p.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceptuais. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 15-30, 2009.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. A reinvenção do ofício de criança e de aluno. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 6, n. 3, p. 581-602, set./dez. 2011.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. A Sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, Romilda Teodora; GARRANHANI, Marynelma Camargo. **Sociologia da infância e a formação de professores**. Curitiba: Champagnat, 2013.
- SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia. O Espetáculo da Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: **Companhia da Letras**, 1993.
- SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a “pátria dos proscritos”: prisões e destierros para as regiões do Acre em 1904 e 1910**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2010.
- SOBRINHO, M. E. B. “A escola é a forja da civilização”: obrigatoriedade escolar no Território do Acre (1920 – 1950). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2016.
- SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOUZA, Carlos Alberto Alves de. História do Acre: novos temas, novas abordagens. Rio Branco, AC: Editora Carlos Alberto Souza, 2005.
- SOUZA, Roseli Ferreira de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2).
- SOUZA, Nilda S. de. História da educação. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SOUSA, Neidson Maia de. A organização da educação acreana e o discurso da modernidade: as reformas Hugo Carneiro e Francisco de Paula Assis Vasconcelos – 1930/1940. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Acre, Rio Branco: 2016.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves. Arquivos Escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História de Educação**, vol. 5, 2005.

VIÑAO FRAGO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In A. Viñao Frago & A. Escolano. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa** (p. 59-151). Rio de Janeiro, RJ: DP&A. 1998.

FONTES DOCUMENTAIS E JORNALÍSTICAS

O ACRE, 1942.

_____ 28 de agosto de 1942.

O ACRE, 1946.

_____ 21 de outubro de 1946.

O ACRE, 1947.

O ACRE, 1948.

_____ 24 de outubro de 1948.

O ACRE, 1949.

O ACRE, 1950.

O ACRE, 1951.

O ACRE, 1952.

_____ 24 de janeiro de 1952, s/p.

O ACRE, 1953.

_____ 17 de maio de 1953, s/p.

O ACRE. 1955.

_____ março de 1954, s/p.

_____ 07 de setembro de 1955, p. 4.

_____ 08 de outubro de 1955, p. 3.

O ACRE, 1956.

O ACRE, 1957.

O ACRE, 1958.

O ACRE, 1959.

_____ 13 de junho de 1959, p. 3.

O ACRE. 1960.

_____ 01 de outubro de 1960, s/p.

_____ 04 de dezembro de 1960, s/p.

O ACRE, 1962.

Jornal Correio da Manhã, 1949.

Jornal O Juruá. 15 de fevereiro de 1953.

ESTATUTO DA SOCIEDADE PESTALOZZI DO TERRITÓRIO DO ACRE. Relatório do Departamento de Educação e Cultura do Território do Acre 1947.

APÊNDICES

TABELA 1. ARTIGOS ENCONTRADOS NOS PERIÓDICOS DA CAPES COM A TEMÁTICA DA SOCIEDADE PESTALOZZI

Título	Assunto	Referência
Helena Antipoff e a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais: filantropia e ciência em prol dos anormais.	Neste estudo a relação entre filantropia, poder público e conhecimento científico é analisada a partir da experiência de Helena Antipoff na Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.	Borges, Adriana Araújo Pereira, and Esther Augusta Nunes Barbosa. "Helena Antipoff E a Sociedade Pestalozzi De Minas Gerais: Filantropia E Ciência Em Prol Dos Anormais." História, Ciências, Saúde--Manguinhos 26. Suppl 1 (2019): 163-77. Web.
Helena Antipoff, o Teatro de Bonecos e a Sociedade Pestalozzi do Brasil	Este artigo almeja lançar luz sobre a relação entre a trajetória intelectual da psicóloga russa Helena Antipoff, a formação da Sociedade Pestalozzi do Brasil e os primeiros cursos de teatro de bonecos do país, que tiveram início em 1946. Tais cursos tinham como propósito a "missão" de levar "teatrinhos de bonecos" a todas as regiões onde houvesse crianças que necessitassem de recreação para a sua "formação saudável" .	Mendonça, Tânia Gomez. "Helena Antipoff, O Teatro De Bonecos E a Sociedade Pestalozzi Do Brasil." Moin-móin (Jaraquá Do Sul, Santa Catarina) 1.20 (2019): 27-44. Web.
O público e o privado na educação especial: o caso da sociedade Pestalozzi no Brasil	O objetivo deste estudo foi analisar os dados censitários da Educação Especial no Brasil, que evidenciam a relação entre o público e privado nas instituições especiais, dentre elas a Sociedade Pestalozzi. O estudo se baseou na Pedagogia Histórico-Crítica.	Natália Gomes Dos Santos, Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves, and Juliana Vechetti Mantovani. "O Público E O Privado Na Educação Especial: O Caso Da Sociedade Pestalozzi No Brasil." Revista Cocar 9.18 (2016): 350-77. Web.
Gestão em Organizações do Terceiro Setor Associação Pestalozzi de Porto Velho	Este artigo proporciona uma análise sobre gestão em Organizações do Terceiro Setor, tendo como estudo de caso a Associação Pestalozzi de Porto Velho/RO. Essa organização é influenciada pela pedagogia de Joham Pestalozzi, que exerceu um trabalho assistencialista focado na sociedade menos favorecida.	Oliveira, Oleides Francisca De, Nazaré Cristina Mendonça De Lima, and Patricia Pantoja Dos Santos. "GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE PORTO VELHO." Revista Direitos Humanos E Democracia 2.4 (2014): 166. Web.
História e política da Educação Especial no Brasil: bases teórico- -metodológicas e resultados de pesquisa	As análises desse artigo evidenciaram que as ações das Pestalozzi, iniciadas em 1932, exerceram influência significativa para tornar hegemônico um pensamento a respeito da pessoa com deficiência e da proposta para sua educação, articulando a sociedade na reivindicação de políticas públicas para a área e orientando os encaminhamentos das ações educativas destinadas a essa população.	Rafante, Heulalia Charalo. "História E Política Da Educação Especial No Brasil: Bases Teórico- -metodológicas E Resultados De Pesquisa." Revista De Educação PUC-Campinas 21.2 (2016): 149-61. Web.
Helena Antipoff e o desenvolvimento da educação especial no Brasil (1929-1961)	Trata-se de uma pesquisa histórica, baseada em fontes documentais e pesquisa bibliográfica, que analisa o	Rafante, Heulalia Charalo, and Roseli Esquerdo Lopes. "Helena Antipoff E O Desenvolvimento Da Educação Especial No Brasil

	desenvolvimento da Educação Especial no Brasil (1929-1961). Tem como referência a trajetória da educadora Helena Antipoff, seus princípios teóricos e metodológicos, as motivações para sua vinda ao país, sua atuação no ensino brasileiro, que levou à criação da Sociedade Pestalozzi (1932), assim como as ações que empreendeu na área da educação especializada até a década de 1960.	(1929-1961)." Revista HISTEDBR On-line 13.53 (2014): 331. Web.
Helena Antipoff e a educação dos "excepcionais": uma análise do trabalho como princípio educativo	Trata-se de uma pesquisa histórica, baseada em fontes documentais, cuja análise acompanhou os primeiros anos da trajetória da educadora russa Helena Antipoff no Brasil, focando suas atividades no sistema de ensino mineiro, especialmente, nas instituições criadas por ela para atender a crianças consideradas "excepcionais": a Sociedade Pestalozzi (1932), o Pavilhão de Natal (1934), o Instituto Pestalozzi (1935) e a Fazenda do Rosário (1940).	Rafante, Heulalia Charalo, and Roseli Esquerdo Lopes. "Helena Antipoff E a Educação Dos "excepcionais": Uma Análise Do Trabalho Como Princípio Educativo." Revista HISTEDBR On-line 9.33 (2012): 228. Web.

FONTE: elaborada pela pesquisadora (2023).

TABELA 2: TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NO BANCO DA CAPES COM A TEMÁTICA VOLTADA PARA A CULTURA MATERIAL

Título	Resumo do trabalho	Autor
THIAGO MATHEUS WÜRTH E O INSTITUTO PESTOLAZZI (1926 - 1979): O PERSONAGEM E SEU IDEÁRIO SOCIAL A PARTIR DE SEU ARQUIVO PESSOAL E NAS MEMÓRIAS DA FAMÍLIA (Dissertação)	A pesquisa aborda o período dos 50 (cinquenta) primeiros anos do Instituto Pestalozzi sob a orientação de seus fundadores, Thiago e Joana Würth com intuito de compreender a gestão administrativa familiar, através das reminiscências do professor Thiago Würth e memória oral familiar. Esta pesquisa é de cunho exploratório, qualitativo e como método de investigação debruçou-se no período de 1926 até 1979 do Instituto Pestalozzi, utilizando as seguintes fontes de coletas de dados: a) documentos do acervo particular de Thiago	SOUSA, Mireile Steiner de. Thiago Matheus Würth e o Instituto Pestolazzi (1926 - 1979): o personagem e seu ideário social a partir de seu arquivo pessoal e nas memórias da família. 2018. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) - Universidade La Salle, Canoas, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/11690/1422 . Acesso em: 13 fev. 2023

	Würth; b) depoimentos orais colhidos através de entrevistas narrativa individual em profundidade.	
CUMPRA-SE E ARQUIVE-SE! – HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO DE MENINAS E MENINOS DESVALIDOS NO ESTADO DO PARANÁ (1940-1969) (Tese)	Essa pesquisa está inserida nas investigações no campo da História e da Historiografia da Educação e tem o objetivo de compreender como se constituíram os percursos, as condições de vida, assistência e educação de meninas e meninos que passavam pelo “Juízo de Menores da Capital” e eram encaminhados de volta para a sua família, para uma instituição de assistência ou para uma família que assinava o Termo de Responsabilidade e Guarda, no período de 1940 a 1969.	Silva, Joseane de Fátima Machado da. Cumpra-se e Arquite-se! – Histórias da Educação de Meninas e Meninos Desvalidos no Estado do Paraná (1940-1969). / Joseane de Fátima Machado da Silva. – Curitiba, 2015
HISTÓRIAS DE MENINOS E MENINAS NAS PRÁTICAS DE INTERNAMENTO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR NO PARANÁ (1962-1974) (Dissertação)	Esta pesquisa buscou pesquisar como o Instituto de Assistência ao Menor (IAM) organizou as ações para a infância no Estado do Paraná, principalmente por meio do internamento nas entidades oficiais. Inicialmente, procurou-se caracterizar como o Instituto foi criado em 1962 vinculado à Secretaria do Trabalho e Assistência Social no governo de Ney Aminthas Braga e como os governadores do estado do Paraná foram delineando as estratégias e as práticas para esta infância, entendida como órfã e em situação de desajuste social como já preconizava no Código de Menores vigente desde 1927. O principal foco desta pesquisa foi a assistência à infância nas	MARCIA MARIA STAZEK (2013) Não foi possível baixar o arquivo

	décadas de 60 e 70 através do Instituto.	
<p>A ESCOLA É A FORJA DA CIVILIZAÇÃO": OBRIGATORIEDADE ESCOLAR NO TERRITÓRIO DO ACRE</p> <p>(Tese)</p>	<p>A autora busca nesse estudo responder como a necessidade de escolarizar a infância era percebida, compreendida e explicada pelos agentes responsáveis pela educabilidade da infância (pais, governantes e professores) no Território do Acre; - Em que condições a questão da obrigatoriedade escolar do ensino primário foi instituída e quais argumentos foram utilizados para que ela se efetivasse ou não na região acreana? A hipótese e que sustenta essa pesquisa é a de que a necessidade de escolarizar a infância acreana demandou uma exigência de reconfiguração da instrução pública primária cujo intuito era o de produzir sujeitos capazes de se tornarem fator de progresso individual que pudessem contribuir diretamente para o desenvolvimento da região acreana, bem como da Nação brasileira.</p>	<p>SOBRINHO, MARIA EVANILDE BARBOSA. A ESCOLA É A FORJA DA CIVILIZAÇÃO": OBRIGATORIEDADE ESCOLAR NO TERRITÓRIO DO ACRE. Curitiba, 2016.</p>
<p>História da Assistência da Criança Pobre em Rio Branco-Acre: instituições sujeitos e ações na década de 1940.</p> <p>(Tese)</p>	<p>Esta tese analisa, por meio dos periódicos, em especial o jornal "O Acre", a história da assistência à criança pobre em Rio Branco, capital do Acre, nos anos de 1940. O objeto que se delinea é a assistência que essa criança recebeu, na capital acreana, em meio a projetos e práticas dentro da perspectiva de um modelo referendado como moderno, civilizado, símbolo de progresso. Esse entendimento é</p>	<p>GROTTI, Giane Lucélia. História da Assistência da Criança Pobre em Rio Branco-Acre: instituições sujeitos e ações na década de 1940. Curitiba, 2016.</p>

	tomado como base na produção e circulação nacional dos debates, ações e proposições sobre o "problema da infância"	
--	--	--

FONTE: elaborada pela pesquisadora (2023).